

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bianca Martins de Queiroz

RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”

Juiz de Fora

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por
BIANCA MARTINS DE QUEIROZ

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata

Juiz de Fora

2009

Bianca Martins de Queiroz

Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): “A pena e a espada a serviço da pátria”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Mestre em História e aprovada em 01 de setembro de 2009, por:

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata (orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof^a. Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

À minha irmã querida, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata a quem devo este trabalho e boa parte de minha formação acadêmica. Agradeço-lhe pela oportunidade que me concedeu de participar como bolsista de um de seus projetos de iniciação científica, por sua orientação em todos esses anos, pela paciência e atenção que sempre me concedeu, pelos “puxões de orelha” dados nas horas certas, pelos conselhos nos momentos mais difíceis, por ler e responder todos os meus e-mails “estranhos” e principalmente por sua amizade e compreensão.

À minha irmã querida Naylla Martins por me “aturar” durante todos esses anos em meus momentos de crise. Pelo apoio incondicional que sempre me ofereceu. Por dividir comigo minhas conquistas, meus momentos de incerteza e minhas lágrimas. Pelas broncas! Por me trazer pra realidade em meus momentos de insanidade! Por ser minha “mãezona” e confidente. Por ter me dado uma sobrinha linda! Enfim, por tudo que ela é e representa em minha vida.

Ao meu cunhado e “pai de coração” Ary José Borges pelo apoio incondicional, pelo incentivo moral e material em meus estudos, por me acolher como filha nos momentos em que eu mais precisei de ajuda, pelos conselhos e por sua autenticidade.

À minha sobrinha linda Maria Luiza que desde o dia em que veio ao mundo encheu minha vida de luz e de alegria. Por me fazer companhia em meus momentos de estudo lendo seus livros e revistas em quadrinhos, em silêncio! Por me proporcionar muitos momentos felizes e engraçados com suas falas “originais” e trapalhadas do dia a dia.

À minha mãe Raquel Martins por nunca ter me abandonado, pelo carinho, por ter me “aturado” em todas as minhas crises, e por ter lutado ao meu lado, apesar de todos os conflitos e problemas, no momento mais difícil de nossas vidas.

À minha prima e “filha” Andréia Martins pela companhia, dedicação, incentivo e apoio. Por ser minha confidente, por estar sempre ao meu lado, pelas inúmeras risadas que proporcionou com suas confusões e trapalhadas. Pelo convívio e por aturar meu “mau-humor” e impaciência nos momentos em eu que estudava além da conta. Por ser pura, transparente e amorosa!

Ao meu amigo querido Gabriel Gavioli por todos os anos de amizade sincera que me dedicou, pelos conselhos, pelo companheirismo e apoio incondicional. Por dividir comigo várias vezes a casa, as alegrias e os problemas. Pela cumplicidade, pela transparência em suas atitudes e pela sensibilidade em adivinhar meu estado de espírito só de olhar pra mim.

Às amigas mais que queridas Clarice Gavioli, Livia Faquini e Daiane Honori por todos os anos de amizade e cumplicidade. Pelas milhares de alegrias que me deram em nossas tardes de “reunião de cúpula”, pelas gargalhadas, pelas inúmeras besteiras que falamos e por estarem há mais de dez anos ao meu lado em todos os momentos de minha vida.

À minha amiga Camilla Coutinho pela generosidade e carinho com que sempre me recebeu em sua casa no Rio de Janeiro durante minhas viagens de pesquisa.

Ao meu amigo Dudu Costa por me presentear com sua música, sua voz, sua poesia, sua sensibilidade, suas confidências e sua amizade.

A todos os amigos que não foram citados nominalmente, mas que fizeram parte dessa minha jornada, muito obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e a todo o seu corpo docente pela estrutura e apoio na consecução deste trabalho.

“A pluralidade dos gêneros históricos é hoje em dia uma realidade incontestável e inevitável. [...] A escolha do gênero e do objeto depende da curiosidade intelectual do historiador e dos valores em função dos quais aprecia e hierarquiza a importância dos assuntos mundanos. Uma rua, um restaurante, um prato fabuloso e um cozinheiro genial, podem originar uma história urbana, uma história comercial, uma história dos preços, uma história empresarial, uma história culinária, uma história ritual ou uma história sociológica. Pessoalmente, colhendo embora o necessário em qualquer delas, hei-de sempre preferir a história do cozinheiro, com o seu prato, com o seu restaurante, na sua rua, e no seu tempo. Ele é o personagem central da minha intriga. Cabe lá tudo o que ajudar a esclarecer seu êxito – ou o seu fracasso. Se essa história for bem feita, ela há de facultar uma abertura sobre o mundo em que o meu cozinheiro se movia e, inescapavelmente, sobre o mundo de hoje tal como eu o vejo.”

(Maria de Fátima Bonifácio - Apologia da História Política: Estudos sobre o século XIX português)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo geral analisar a trajetória de vida e intelectual de Raimundo José da Cunha Matos, militar português que viveu no Brasil no período de 1817-1839. Teve uma carreira de serviços ao Estado Imperial Brasileiro após a Independência, tendo sido Governador das Armas da província de Goiás e deputado por dois mandatos. Através da análise da sua prolífera produção intelectual, busca-se inscrever sua trajetória no espaço social onde viveu e atuou, marcado pelas questões acerca da Independência e da afirmação do Estado Nacional Brasileiro. Busca-se também sublinhar o seu pertencimento a um seletivo grupo de intelectuais que atuou na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, posteriormente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Palavras-chave:

Raimundo José da Cunha Matos, Império Luso-Brasileiro, Independência do Brasil, IHGB.

RÉSUMÉ

Cette dissertation a pour l'objectifs general analiser la trajetoire de la vie el intellectuel de Raimundo José da Cunha Matos, militaire portugais qui est vécu au Brésil Le période 1817-1839. Il a eu une carrière de services a l'État Impériale après l'indépendance. Il est allé Gouverneur de l' Armée de La provence de Goiás et député pour 2 mandats. Travers l'analyse de as significative production intellectuel on se prétend inscrive as trajetoire dans l'espace social ou Il est vécu et a joué ayant comme caracteristique les questions de l'Indépendance et de l'affirmation de l'Etat National Brésilien.

On se pretends aussi souligner sa partenance à un select groupe des intellectuels qui a joué dans la Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e posterierement dans la Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Mots-clés:

Raimundo José da Cunha Matos, Empire Portugais-Brésilien, Indépendance du Brésil, IHGB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 11
CAPÍTULO 1: Os primeiros passos na carreira das armas e na das letras	p. 16
1.1. O início da formação intelectual	p. 16
1.2. O “Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África”	p. 25
CAPÍTULO 2: Cunha Matos, “o brasileiro”	p. 43
2.1. A atuação política no Brasil na década de 1820	p. 46
2.2. Cunha Matos: Governador das Armas da província de Goiás	p. 63
2.3. O “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás”	p. 74
2.4. A atuação como deputado	p. 78
CAPÍTULO 3: A carreira intelectual e a fundação do IHGB	p. 82
3.1. A “Introdução às memórias da campanha do Sr. D. Pedro de Alcântara, ex- imperador do Brasil no Reino de Portugal”	p. 82
3.2. O retorno ao Rio de Janeiro.....	p. 91
3.3. A fundação do IHGB	p. 94
3.4. A “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”	p. 99
3.5. O IHGB como um “lugar de memória”	p. 105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 123
BIBLIOGRAFIA	p. 126

INTRODUÇÃO

Os tempos modernos são apontados por Ângela de Castro Gomes como de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, quer como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quer como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas. Através dessa nova categoria de indivíduo, transformam-se as noções de memória, documento, verdade, tempo e história. E é exatamente porque o “eu” do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si (guarda de registros que materializem sua história) se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo.¹

No presente trabalho, apresentaremos a trajetória de vida e intelectual de Raimundo José da Cunha Matos, militar português que viveu no Brasil entre os anos de 1817-1839. Nosso personagem construiu sua formação intelectual entre o Império Luso e do Brasil. Teve uma carreira de serviços ao Estado Imperial Brasileiro após a Independência, tendo sido Comandante das Armas da província de Goiás e deputado por dois mandatos. Além disso, Cunha Matos fez parte de um seletivo grupo de intelectuais que atuou na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e, posteriormente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Instituição esta responsável pela fundação dos principais parâmetros da historiografia do Brasil.

Não pretendemos aqui, apresentar nosso personagem como um ser unitário, que atravessou linearmente o período em que viveu. Perspectiva essa fortemente contestada na construção de biografias.² Benito B. Schimidt afirma que um dos maiores desafios dos estudos biográficos da atualidade é “*capturar os personagens enfocados a partir de diferentes ângulos, construindo-os não de uma maneira coerente e estável, mas levando em conta suas hesitações, incertezas, incoerências, transformações.*” O que implica no abandono da linearidade cronológica, fazendo-se necessário o trabalho com diferentes temporalidades: o tempo contextual (o panorama político, econômico, cultural), o tempo interior, o tempo da

¹ GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 11-13.

² SCHIMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e afastamentos.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.19, 1997. p.13.

memória, etc.³ Essa seria uma das possíveis formas de afastar-se do que Pierre Bourdieu denominou “ilusão biográfica”, que caracteriza-se pela crença de que “*a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto. (...) Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica...*”⁴ Problema este também ressaltado por Levi:

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado (...) contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.⁵

Para o autor citado, a solução de tal problema, acompanhando as considerações feitas por Bourdieu estava na indispensabilidade da reconstrução do contexto, da “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante.⁶

Nesse sentido, apresentaremos nosso personagem buscando inscrevê-lo no espaço social onde viveu e atuou, isto é, no contexto marcado pelas questões acerca da Independência e da afirmação do Estado Nacional Brasileiro. Também será sublinhado o esquema de pensamento que partilhou no meio intelectual ao qual pertencia, e que muito influenciou na construção de suas obras.

A trajetória de vida de Cunha Matos já foi diversas vezes analisada, sobretudo em elogios históricos e necrológicos produzidos dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro após 1839, ano de sua morte.⁷ Estes textos, além de conterem informações

³ SCHIMIDT, Benito Bisso. “Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura.” In: RAGO, M. e GIMENES, R.A. de O. (orgs.) **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, IFCH, 2000. p.199.

⁴ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica.” In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 184.

⁵ LEVI, Giovanni. “Usos da biografia.” In FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (orgs.). op.cit. p.169.

⁶ Idem. *Ibidem*

⁷ ALMEIDA, Francisco Manoel Rapozo de. *Elogio Histórico do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 11, 1848, p.234-240; AZEVEDO, Moreira. *Os precursores*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 51(78):49-53, 1888; BELLEGARD, Pedro de Alcântara. *Elogio Histórico do falecido vice-presidente O Marechal Raymundo José da Cunha Mattos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo I, segunda edição, 1839, p.283-290; BRASIL, Americano. *Cunha Mattos em Goiaz (1823-1826)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 96, v.150, 1924; *Necrologia*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo I, segunda edição, 1839, p.72-76.

biográficas, preocuparam-se principalmente em exaltar suas qualidades como militar e “homem das letras”. Buscaram também assinalar sua participação na fundação desta instituição, contribuindo não só para recuperar o papel desempenhado pelos seus sócios na composição de um passado adequado à nação brasileira, mas também para reforçar sua própria memória.

Além dos necrológios e elogios históricos, a primeira biografia de Cunha Matos foi produzida no ano de 1931 por Gerusa Soares.⁸ Este trabalho possui forma bastante semelhante às obras produzidas pelo IHGB a respeito do autor. Além de narrar sua trajetória, a autora empenha-se em exaltar a memória de Matos, assinalando suas qualidades militares e intelectuais.

Outros autores também fizeram apontamentos biográficos de Cunha Matos em prefácios das obras deste autor que foram recentemente reeditadas, como Tarquínio J. B. de Oliveira⁹, José Honório Rodrigues¹⁰ e Afonso de Alencastro Graça-Filho¹¹. Tais textos apontam resumidamente sua trajetória militar e atuação política no Brasil.

Mas não apenas apontamentos biográficos já foram escritos a seu respeito. O nome de Cunha Matos é frequentemente citado, associado ao contexto de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em trabalhos voltados para a análise da história desta instituição e da produção intelectual da mesma, como os de Manoel Salgado Guimarães¹² e Lúcia Paschoal Guimarães¹³.

Trabalhos de história da historiografia como os de Temístocles César e Valdeci Lopes de Araújo também analisaram obras de Cunha Matos, sobretudo, sua *Dissertação Acerca do Sistema de Escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil*. César analisa este texto de Matos e o de C. F. Von Martius, apontando-os como os responsáveis pela

⁸ SOARES, Gerusa. **Cunha Mattos (1776-1839): Fundador do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Empreza Graphica Editora. Paulo, Pongetti & C. Rio de Janeiro, 1931. Esta obra foi dedicada à Marquesa de Gouvêa, neta de Cunha Matos e prima da autora. “*Minha querida prima: como sempre a considereei herdeira legítima dos nobres predicados de inteligência e coração que ornaram a personalidade do nosso ilustre antepassado, dedico-lhe este livro, respeitosa homenagem prestada à memória do imortal Cunha Matos.*”

⁹ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. “*Um soldado na tormenta*”. In: MATOS, R.J.C. **Corografia histórica da província de Minas Gerais** (1837).

¹⁰ RODRIGUES, José Honório. Prefácio. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. **Compêndio Histórico das Possessões da Coroa Portuguesa nos Mares e Continentes da África Oriental e Ocidental**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1963.

¹¹ GRAÇA-FILHO, Afonso de Alencastro. *Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826)*. In: MATOS, R.J.C. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Amilcar Martins, 2004.

¹² GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

¹³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1839). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.**

sistematização dos referenciais para o projeto de escrita da história do Brasil veiculado pelo IHGB.¹⁴ O autor faz questão de destacar a principal divergência entre a *Dissertação* de Matos e a proposta de Januário da Cunha relativa à escrita da História Geral do Brasil (tema que será abordado no terceiro capítulo). O trabalho de Araujo propõe-se a discutir os deslocamentos decisivos na forma de experimentar o tempo no mundo luso-brasileiro, na primeira metade do século XIX. Para isso ele analisa as transformações sofridas pelos conceitos de história e literatura, bem como a reconfiguração dos campos discursivos nos quais esses conceitos foram inseridos. De acordo com o autor, ao longo da década de 1830, “*consolidou-se um conjunto de modificações conceituais marcadas pela historicização do campo discursivo e a conseqüente descontinuidade na experiência do tempo vivenciada pela geração dos fundadores do Império.*”¹⁵

Neuma Brilhante Rodrigues¹⁶ produziu uma biografia-intelectual de Cunha Matos e através dela propõe a discussão dos diversos espaços de socialização e de disputas de poder da primeira metade do século XIX.

Nosso trabalho centra-se na análise da produção intelectual de Cunha Matos e em sua participação política no Brasil, sobretudo sua escolha pela “nova pátria”. Através de suas obras, acompanharemos o modo como o autor reproduziu o ideário ilustrado de que foi herdeiro e empenhou-se como um fiel servidor do Império Brasileiro.

No primeiro capítulo trataremos dos primeiros anos da formação intelectual de Cunha Matos e o início de sua carreira militar ainda em Portugal. Mostraremos também os principais elementos do ideário ilustrado lusitano que terão grande influência nas obras futuras de nosso personagem.

O segundo capítulo centra-se no universo político brasileiro e no envolvimento de Matos nas questões relativas à Independência, seu empenho na defesa da “causa do Brasil”, sua atuação como Governador das Armas da província de Goiás e também como deputado.

O terceiro capítulo abrange o período em que nosso personagem dedica-se com maior ênfase à sua carreira intelectual. Acompanharemos Cunha Matos em sua viagem a Portugal, onde foi testemunha ocular das ações de D. Pedro I na guerra contra seu irmão D. Miguel entre os anos de 1832 e 1834. Trataremos ainda de sua participação no contexto de fundação

¹⁴ CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v.8, n.1, p.11-29, 2004.

¹⁵ ARAÚJO, Valdeci Lopes. **A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. Rio de Janeiro, 2003. Tese de Doutorado. p. 10

¹⁶ RODRIGUES, Neuma Brilhante. Caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Matos e o contexto de consolidação da independência do Brasil. **Em Tempo de Histórias**, nº. 8, 2004.

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição em que teve curta, mas significativa participação. Este capítulo também contempla a análise da memória que se construiu em torno da trajetória de vida de nosso personagem dentro do Instituto Histórico, após sua morte.

CAPÍTULO 1

OS PRIMEIROS PASSOS NA CARREIRA DAS ARMAS E NA DAS LETRAS.

1.1. O início da formação intelectual.

Raimundo José da Cunha Matos nasceu em Faro, Portugal, no dia 2 de novembro de 1776. Filho de Alexandre Manoel da Cunha Matos e D. Isabel Theodora Cecília de Oliveira. Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e ainda jovem iniciou sua carreira militar, assentando praça voluntariamente no ano de 1790, na Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia do Algarve. Como artilheiro fez o curso de matemáticas puras aplicadas à artilharia. Segundo Feijó Bittencourt, neste período a arma que se manejava com a utilização do cálculo era a mais poderosa, *“criação terrível, e à qual se aplicavam todos os recursos do gênero humano.”*¹

No ano de 1793 participou de sua primeira campanha militar marchando como cabo de esquadra no exército aliado de Portugal e Espanha, organizado contra os franceses.² Matos tomou parte então da campanha do Roussillon, em que exércitos franceses ameaçaram a península Ibérica e foram derrotados pelo exército aliado espanho-lusitano. Nesta luta sua figura fica assinalada, pois mesmo ferido ele não abandona seu posto de artilheiro. Tal atitude lhe rendeu as primeiras condecorações militares e uma pequena pensão de meio soldo.³ De volta de seu “batismo de fogo”, ele escreve suas memórias com notas analíticas das operações militares, onde apontava o que considerava as falhas dos generais espanhóis e as deficiências que estes revelaram no modo de operar com o inimigo.⁴

Alcançou a patente de furriel de artilharia de marinha no ano de 1796, quando então parte para o Arquipélago de Nova Guiné, mais especificamente para as suas maiores ilhas, as de São Tomé e Príncipe, assumindo o cargo de comandante da Fortaleza de São João da Barra. Cunha Matos permaneceu na África por 19 anos e lá aproveitou seus momentos de

¹ BITTENCOURT, Feijó. **Os Fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p.144.

² SOARES, Gerusa. **Cunha Mattos (1776-1839): Fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Empresa Graphica Editora. Paulo, Pongetti & C. Rio de Janeiro, 1931. p.7-8.

³ BITTENCOURT, Feijó. op.cit., p.144.

⁴ Idem, Ibidem, p.145.

lazer para instruir-se nos “*conhecimentos superiores e humanísticos*”.⁵ Continuou também a galgar novas patentes militares: em 1798 foi promovido a 1º tenente; em 1799 a capitão; em 1805 assumiu o cargo de Ajudante de Ordens do Governador das Ilhas; em 1811 passou a Provedor da Fazenda e Feitor da Alfândega de São Tomé, já como sargento-mor; em 1813 foi promovido a tenente coronel graduado.⁶ Neste período, redigiu suas duas primeiras obras a “*Corografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*” e o “*Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*”. Em 1814 pediu licença para ir a Corte e logo ao chegar ao Rio de Janeiro foi comunicado por ofício que deveria assumir interinamente o governo da ilha de São Tomé.

A “*Corografia Histórica das Ilhas de S. Tomé e Príncipe*” e o “*Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*” inserem Cunha Matos no que Lorelai Kury aponta como uma “rede internacional de informantes dos philophes.” Tal rede tem início durante o século XVIII, composta por viajantes, funcionários da administração estatal, militares e comerciantes encarregados de fornecer às potências coloniais do período informações sobre os diversos climas e populações do globo capitaneadas pelas mesmas, com a finalidade de racionalização da prática administrativa destas metrópoles. Segundo a autora, a partir da segunda metade do século XVIII, Portugal realiza uma “conversão” no sentido de aproximar-se dos sistemas coloniais francês e inglês. Deste modo, teve de enfrentar o desafio de implementar uma política de estabelecimento e divulgação de informações confiáveis a respeito da natureza e das populações de suas colônias, que servisse para incrementar o controle do Estado, mesmo com os possíveis riscos diante da concorrência das grandes potências coloniais européias. Assim, mesmo vulnerável em face de Inglaterra, França e Espanha, o império português através de suas elites intelectuais luso-brasileiras tentou conhecer as demais experiências coloniais e participar do circuito internacional de circulação de textos científicos.⁷ Para Kury, o Iluminismo e o Colonialismo fazem parte de um mesmo movimento histórico. O Iluminismo não se caracterizou apenas como um movimento no campo das idéias e da filosofia, mas como um conjunto de transformações na esfera das sociabilidades e da circulação de textos impressos. Constituiu-se também num conjunto de

⁵ GRAÇA-FILHO, Afonso de Alencastro. *Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826)*. In: MATOS, R. J. C. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Amilcar Martins, 2004. p.13.

⁶ As datas das promoções militares constam no histórico militar de Cunha Matos reproduzido no “*Processo de Habilitação à pensão militar da viúva do Marechal de Campo Graduado Raimundo José da Cunha Matos, fundador e 1º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde a sua fundação*”, publicado no **Revista do IHGB 162 (410)**, Rio de Janeiro, jan./mar.2001, p.219-226.

⁷ KURY, Lorelai. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol.11 (suplemento 1): 109-29. Rio de Janeiro, 2004. p.110-1.

práticas administrativas executadas em geral pelo Estado visando racionalizar o funcionamento da sociedade, conhecer e controlar as populações, a produção, os fluxos e os usos das mercadorias. Outro componente característico das Luzes foi a crença de que o principal beneficiário das políticas racionais seria a humanidade como um todo e não os interesses privados, individuais e nacionais.⁸

A conversão do Império português ao modelo franco-inglês, no qual as práticas científicas passaram a fazer parte integrante da rotina administrativa dos impérios, começou a ser executada por indivíduos que participaram de algum modo de projetos políticos mais amplos de conversão à ciência hegemônica, que incluíam a fundação da Academia das Ciências de Lisboa, o envio de alguns jovens para estudos no exterior e a preparação das chamadas viagens filosóficas.⁹

A fundação da citada agremiação foi marcada pelo contexto de crise vivido por Portugal. Tal crise ligava-se internamente a tensões tipicamente estamentais, que no reinado mariano viram-se livres da repressão pombalina e conviviam com a invasão das idéias ilustradas, bem como com uma série de dificuldades econômicas que exigiam uma rápida solução. E externamente à situação ocasionada pelo confronto estabelecido entre um sistema mercantil de exploração colonial, o qual impunha o aprofundamento das relações de domínio tendo em vista a obtenção de riquezas, e a nova etapa do capitalismo industrial, que implicava uma pressão crescente por novos mercados, necessários para o escoamento das mercadorias derivadas do aumento de produtividade verificado no âmbito das economias européias.¹⁰

Neste contexto o Estado português necessitava de uma rearticulação de forças e idéias, capaz de apresentar respostas aos problemas prementes. A necessidade de reformas impunha-se e o Estado necessitava do assessoramento de homens competentes, tecnicamente preparados e politicamente comprometidos com os interesses da Monarquia absolutista para promover a retomada da prosperidade econômica do Reino, reconhecidamente dependente da eficiência dos mecanismos de exploração colonial. Tornou-se necessário o empreendimento de um processo de remodelação intelectual e ideológica da antiga nobreza, conforme iniciado no período anterior, necessidade que no momento aparecia como a própria condição de sobrevivência política monárquica. É dentro da urgência em se prosseguir à alteração dos esquemas mentais, herdada da fase pombalina, que se deve compreender as reformas

⁸ Idem, *Ibidem*, p.110.

⁹ Idem, *Ibidem*, p.115.

¹⁰ Idem, *Ibidem*.

pedagógicas, bem como o sentido dos empreendimentos científicos levados a cabo no reinado mariano.¹¹

O processo de reorganização do ensino já havia sido iniciado por Pombal, e neste sentido, com o objetivo de promover a aceleração do mesmo, a rainha Maria I preocupou-se com a disposição do quadro dos lentes de Gramática, Filosofia, Retórica e Desenho, bem como dos “*mestres de ler, escrever e contar*” para todo o reino. Uma atenção especial foi dada ao ensino “*superior, científico e especializado*”. A Academia Real da Marinha foi criada em 1779 com o intuito de instruir os portugueses na arte e prática da navegação. Outra instituição, a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, que seguia o sentido original do Colégio dos Nobres, foi fundada com o objetivo de impulsionar a formação de oficiais do exército. Conjuntamente, essas reformas refletiram a necessidade que se impunha em se aliar conhecimentos técnicos e científicos a qualidades morais, com o objetivo de formar homens de procedimento “*honesto, grave e nobre*”, capazes de dar provas de “*aplicação e aproveitamento*”, sem nenhuma possibilidade de rompimento com os limites do poder estatal.¹²

A Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em dezembro de 1779, foi a responsável por promover o desenvolvimento do pragmatismo científicista, que agora aprofundava-se e era alçada a um grau máximo de validação política. Sua concretização dependia da chancela do poder real, assim como acontecia com qualquer empreendimento levado a cabo naquele delicado momento de redefinição das bases políticas e culturais da Monarquia. Nesse sentido, o patrocínio de D. João Carlos de Bragança, o Duque de Lafões exerceu importância decisiva. Seu parentesco com a casa real e sua influência no Paço foi capaz de superar o intolerantismo predominante no período da Viradeira e viabilizar a fundação da Academia, da qual foi nomeado presidente. O Duque era portador de um olhar renovado procedente de seus vinte e dois anos de viagens pelas principais cortes da Europa, onde testemunhou a expansão do espírito filosófico do século. De regresso a Portugal, no mesmo ano de 1779, ele pôde contrastar a situação do país com a daqueles onde havia estado, o que o levou a conclusão de que a instalação da Academia seria o “*esforço mais direto e profícuo*” para elevar o Reino ao estágio em que se encontrava a civilização européia.¹³

O abade José Correia da Serra, outro sócio fundador da Academia, também compartilhava da mesma opinião que o Duque. Ambos formulavam um diagnóstico que

¹¹ SILVA, Ana Rosa Coclet. **Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006. p.102-107.

¹² Idem, Ibidem, p.107-9.

¹³ Idem, Ibidem, p.110.

identificava o atraso cultural português como um dos principais problemas a ser vencido para a viabilização de sua prosperidade econômica e política.¹⁴

Para Ana Rosa Coclet, a fundação deste tipo de entidade, coletiva ou particular, dedicada à investigação e divulgação científica é um fenômeno que ganhou vigor nos Setecentos. E juntamente com as publicações monográficas e expedições científicas, começaram a ser vistas como motor do progresso, constituindo-se na expressão primordial do sentido utilitário e pragmático adquirido pelo conhecimento.¹⁵

Os “*homens das letras*” do período possuíam como característica primordial o pertencimento a este tipo de espaço de “*sociabilidade do saber*”, onde se reuniam para discutir os problemas das nações nos âmbitos científico e técnico. A estes espaços recorriam os governos na busca de conselhos, sugestões e pareceres. E tal função pragmática do conhecimento, além de proporcionar a conexão entre os diversos ramos da ciência, articuladamente ao desenvolvimento tecnológico e do ensino, elevava as Academias à condição de peças fundamentais das sociedades que se pretendiam progressivas e dinâmicas.¹⁶

Uma melhor compreensão do papel assumido pela Academia das Ciências de Lisboa pode ser extraída da atenção ao momento inaugural do governo mariano, onde pulsavam premências oriundas do esgotamento do despotismo clássico, centrado na figura do Marquês de Pombal.¹⁷

A agremiação é apontada por Fernando Novais como o “*ponto alto da ilustração lusitana*”.¹⁸ Para Oswaldo M. Filho, tal instituição exerceu o papel de centro aglutinador ilustrado pós-pombalino. Sua base intelectual se constituiu pelos portugueses “*estrangeirados*”, pelos brasileiros que estudaram em Coimbra após a reforma de 1772 e pelos estrangeiros que adotaram Portugal como pátria. Os intelectuais estavam abrigados debaixo da proteção e consequentemente também da vigilância régia. As tensões estamentais foram administradas pelo governo português numa atmosfera antitética representada pela posição entre o passado pombalino e o reformismo mariano, ambos reivindicando um Estado ágil, bem regulado e utilitário.¹⁹ Nesse contexto, o segundo Duque de Lafões foi o principal responsável pelas articulações políticas entre a antiga nobreza excluída e os intelectuais e

¹⁴ Idem, *Ibidem*.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p.111.

¹⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p.112.

¹⁸ NOVAIS, Fernando A. *O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos*. In: NOVAIS, Fernando A. **Aproximações. Estudos de História e Historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p.169.

¹⁹ FILHO, Oswaldo Munteal. *O rei e o naturalista*. In: **Anais do Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado nas Américas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000. p.142.

burocratas remanescentes da época pombalina.²⁰ Segundo Ana Rosa Coclet, o projeto acadêmico revelou-se como “*uma arrojada tentativa de harmonizar tendências diversas, em prol da instituição de um trabalho coletivo a serviço do Estado*”.²¹ A autora classifica a Academia antes como um espaço de debates e conflitos do que de consenso, o qual, “*independente da eficácia dos projetos políticos nele arquitetados, converteu-se em esfera privilegiada da transformação mental e cultural que a modernização do país ao mesmo tempo requeria e implicava.*”²²

O programa histórico que se desenvolveu no interior da Academia das Ciências voltava-se para uma restauração da cultura portuguesa que passava pela leitura dos clássicos lusitanos, claramente atrelada a uma persistente concepção reformista setecentista da monarquia e da nação portuguesas. Entretanto, tal inovação e conservação deveriam estar equilibradas em um projeto político e cultural que enfrentasse os tempos modernos. No interior da instituição fundiram-se demandas por uma história erudita e ao mesmo tempo filosófica, capaz de iluminar o passado e orientar o presente através de uma narrativa elevada.²³

Logo de início a Academia se organizou a partir de três classes fundamentais: Ciências da Observação, Ciências de Cálculo e Belas Letras.²⁴ De acordo com seu *Plano de Estatutos*, tal instituição tinha como propósito “*o adiantamento da instrução nacional, perfeição das ciências e das artes, e aumento da indústria popular.*”²⁵ Para alcançar esse objetivo a Academia procurou relacionar a Universidade com a investigação científica e econômica. Organizou também um museu e uma biblioteca que incluía diversas obras estrangeiras; entrou em contato com numerosas instituições congêneres, no Velho e no Novo Mundo. Seu principal papel, sobretudo, foi o de estimular e promover a produção intelectual nos vários campos, publicando as séries das *Memórias* relativas às diversas regiões do Império português. Nestes trabalhos, procediam-se quase sempre às descrições geográficas e socioeconômicas locais, indicando-se problemas encontrados e sugerindo-se as possíveis soluções para os mesmos. Muitas memórias também versavam sobre agricultura, mineração, indústria e suas matérias primas.²⁶ O tema da “decadência portuguesa”, questão discutida desde o século XVII, também foi retomado pelos memorialistas da Academia. Nesse sentido,

²⁰ Idem, *Ibidem*, p.147.

²¹ SILVA, A. R. C. *op.cit.*, p.116.

²² Idem, *Ibidem*, p.118.

²³ PIMENTA, João Paulo G. e ARAÚJO, Valdei Lopes. “História”. In: **Ler História**, 55 (2008), 83-96. p.90-1.

²⁴ FILHO, O. M. *op.cit.*, p.150.

²⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza. **A Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. p.33.

²⁶ NOVAIS, Fernando A. *op.cit.*, p.170.

a instituição propunha a apresentação de discursos que sugerissem meios de promover o progresso para a superação do atraso relativo à Europa das Luzes.²⁷ Podemos verificar no período a forte presença de uma “*crença racional*” que o Estado burocrático luso tentava exibir, de que a natureza colonial era a possibilidade e a fonte de regeneração econômica do Reino e do Império. Assim, os acadêmicos lisboetas investigaram incansavelmente a natureza tropical das colônias e seus fundamentos morfológicos, na busca de uma resposta aos anseios fomentistas do Estado. Havia também um clima favorável aos estudos botânicos de uma forma mais ampla, do que se valeu a Academia Real das Ciências para mais facilmente impor a sua visão de mundo.²⁸ Através das *Memórias Econômicas* os intelectuais do reinado mariano e posteriormente do joanino cristalizaram suas percepções acerca dos problemas que então afetavam a sobrevivência política do Reino e da Monarquia, traduzindo-as em projetos reformistas para o conjunto do Império.²⁹

É importante ressaltar que no contexto de produção das *Memórias Econômicas*, o quadro geral apresentado pelo Reino de Portugal atestava sua posição de desvantagem na concorrência por novos mercados, estabelecida entre as economias européias. Tal situação era agravada em função da desproporção territorial da pequena metrópole em relação aos seus vastos domínios, o que colocava em risco a defesa do patrimônio colonial, que representava a condição fundamental para o sucesso das políticas de regeneração econômica do Reino e a própria sustentação da Monarquia. A estes elementos somava-se ainda a ameaça da ruptura política com as colônias, deflagrada pela repercussão das idéias liberais nestas últimas, a partir dos exemplos revolucionários norte-americano e francês. Nesse sentido, as *Memórias* se constituíram no principal registro das propostas de rearticulação desse sistema reconhecidamente fragilizado.³⁰

O esforço de recuperação econômica do Reino por meio do aproveitamento de suas potencialidades naturais constituiu-se assim, na problemática mobilizadora do pensamento ilustrado acadêmico lusitano. Os intelectuais esforçavam-se na identificação de uma série de problemas setorializados na esfera produtiva e na circulação, o que além de servir como norte para a abrangência temática das *Memórias*, também confirmava o diagnóstico decadentista, extraído da empírica averiguação dos vários setores da vida material do país. O conhecimento do passado nacional, neste contexto, assume grande importância, pois o recuo temporal da análise apresentava-se como necessário na identificação das causas e das possíveis soluções

²⁷ Idem, *Ibidem*, p.172.

²⁸ FILHO, Oswaldo Munteal, *op.cit.*, p.146.

²⁹ SILVA, A. R. C. *op.cit.*, p. 120.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 121-3.

aos problemas diagnosticados. Rastrear a história nacional, identificando em cada uma de suas fases os elementos estruturais condicionadores da situação atual tornava a História o campo privilegiado para a constatação e extração de regras a serem adotadas na vida política e social. Tal interesse pela História pode ser apontado como reflexo da dependência da autoridade política em relação à tradição, ou seja, somente um passado que a projetasse no futuro poderia assegurar sua sobrevivência. À tradição deveria somar-se o beneplácito da religião, o que se constituiu como marca da produção ilustrada da Academia.³¹

É de acordo com essa atitude pragmática relativa à absorção de idéias e exemplos disponíveis para a superação dos problemas por que passava o Reino, que se pode compreender a fundamentação teórica das *Memórias*. Os intelectuais que atuaram na Real Academia revelaram um conjunto articulado de princípios e teorias que, longe de indicarem uma tendência definida, obedecia à necessidade das respostas específicas aos variados problemas diagnosticados, atestadores da genérica noção de decadência predominante no período.³²

Segundo Ana Cristina Araújo, os eruditos portugueses não escaparam dos efeitos provocados pelas sucessivas ondas de choque impostas pela difusão do movimento das Luzes europeias, mesmo que relegados a uma posição periférica no terreno editorial e obrigados, no plano doutrinal, a assumirem o papel de receptores defensivos de outras correntes de pensamento. A singularidade do movimento das Luzes em Portugal resultou do processo de seleção e de adaptação que sofreram as orientações e valores veiculados pela literatura estrangeira.³³

A razão científica passou a atuar no século XVIII em todas as esferas de ação prática do homem, refletiu-se no modo de pensar a história, a moral, o direito, a religião, a estética e a política. Essa razão, com sua universalidade foi erigida como critério de verdade e não só foi capaz de suplantar a razão especulativa das eras anteriores, mas também de revolucionar a forma, as funções, o campo de ação e a própria maneira de conceber a filosofia.³⁴

As formas, motivos e espaços de sociabilidade alteraram-se nas grandes cidades à medida que triunfou um outro estilo de saber viver. A palavra “civilização”, nascida nesse contexto, passa a se referir ao processo de refinamento das maneiras e costumes europeus.³⁵

³¹ Idem, *Ibidem*, p.125-7.

³² Idem, *Ibidem*, p.128.

³³ ARAÚJO, Ana Cristina. **A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 14-15.

³⁴ Idem, *Ibidem*, p.12.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p.11.

As redes de contato institucionais e/ou informais de sábios, eruditos e filósofos alteraram-se já na transição do século XVII para o XVIII. Estes “homens de razão”, arautos de uma nova visão de mundo, entregaram-se à busca da verdade com disciplina e sentido de missão. Utilizaram para tal de uma linguagem própria, recorrendo a métodos de verificação idênticos e partilhando os resultados de suas experiências. Suas idéias e descobertas encontraram eco fora dos circuitos tradicionais de informação, conservados, durante séculos a fio, à sombra dos colégios e das universidades.

A dominação universal da crítica se tornou, a partir de então, subsidiária do princípio da utilidade social da ciência. Através das sociedades e academias científicas ou literárias, os intelectuais promoveram a especialização dos saberes; estimularam o intercâmbio de experiências, livros e notícias; colocaram as suas descobertas à disposição dos príncipes e dos Estados, em prol do progresso e do bem estar social. Os jornais e gazetas literárias, os salões, ou mesmo os encontros de exílio favoreceram a discussão pública de idéias e conhecimentos.³⁶

Na primeira metade do século XVIII, as Luzes irrompem em Portugal, sob o signo da dualidade, da ilusão compartilhada e persuasiva da mentalidade barroca, com todo o seu arsenal de representações. O catolicismo não permaneceu incólume à crítica. A vivência espiritual da crença tendeu a adaptar-se às exigências das mudanças nascidas no século, em conformidade com as idéias de felicidade geral e de progresso, sustentadas tanto por leigos como por religiosos.³⁷

O meio militar neste contexto desempenhou um importante papel no processo de desarticulação dos tradicionais mecanismos de reconhecimento cultural e social, com seus postos-chave preenchidos por oficiais estrangeiros.³⁸ A corrente de inspiração cartesiana ganhou adeptos em setores ligados ao exército, à burocracia do Estado, aos meios médico e eclesiástico. Rompendo com o logos barroco, o engenheiro militar Manuel de Azevedo Fortes, autor da *Lógica Racional, Geométrica e Analítica* (1744), foi o responsável por adequar a sistematização da doutrina cartesiana à formação técnica das mais altas patentes do exército, através da clareza da linguagem, do rigor do método de exposição e da valorização do conhecimento físico-matemático.³⁹

Como já dito, Cunha Matos ingressou no exército lusitano no ano de 1790. Vivenciou, portanto, o início de sua formação intelectual dentro deste panorama ilustrado. Fez o curso de

³⁶ Idem, Ibidem, p.13.

³⁷ Idem, Ibidem, p.18.

³⁸ Idem, Ibidem, p.19.

³⁹ Idem, Ibidem, p.38-9.

“matemáticas puras” no período em que a matemática era considerada sustentáculo do conhecimento do homem e do universo, devido à aplicabilidade geral dos seus princípios e à racionalidade do seu método.⁴⁰ Desde meados do século XVIII, durante o reinado de D. José I, o exército lusitano vinha sofrendo grandes remodelações tanto estruturais quanto funcionais, derivadas de uma maior centralização do poder empreendida pelo Marquês de Pombal. Começou a efetivar-se no período um processo de autonomização em relação aos poderes particulares tradicionais (nobreza) e de constituição dos militares como uma categoria social específica. Estes últimos passaram a inserir-se no movimento global de idéias que vigorava na Europa, através da constituição de um saber militar cada vez mais complexo, derivado das novas técnicas de guerra, armas de fogo e artilharia, e da criação de escolas e academias especializadas. A influência de exércitos estrangeiros, como o da Inglaterra também foi importante na construção das características culturais e ideológicas deste segmento. Os oficiais a partir de então passaram a desempenhar novos papéis na sociedade, beneficiados por sua formação técnico-cultural superior.⁴¹

Veremos a influência dos primeiros anos de sua formação no decorrer de toda a obra de Matos. Elementos da cultura ilustrada vão estar presentes em diversas passagens de seu *Compêndio* e em suas obras futuras.

1.2. O “*Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África*”.

Cunha Matos, durante o período que esteve na África, beneficiado pelo acesso aos arquivos governamentais, como afirma o próprio autor,⁴² redigiu seu *Compêndio* com o objetivo de “*oferecer à mocidade portuguesa em um pequeno quadro as notícias mais interessantes a respeito das colônias de Portugal nos Mares e Continente da África, oriental e ocidental...*”. Tal obra foi escrita, segundo ele, extraída dos “*melhores escritores antigos e modernos*”, e expurgada de tudo quanto ele reputou “*fabuloso ou copiado dos autores menos*

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p.35.

⁴¹ SLEMIAN, Andréa. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006. p.119.

⁴² Logo no início de sua obra, Cunha Matos esclarece que: “*A leitura do mesmo Compêndio mostrará com efeito que tive muito bons materiais para a construção da minha obra; e que poucas pessoas se acharam em circunstâncias mais favoráveis para abrangerem a História de todas as possessões africanas pertencentes à Coroa de Portugal.*” In: MATOS, Raimundo José da Cunha. **Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional, 1963. p.23.

exatos".⁴³ Dessa forma, Cunha Matos já nos fornece os primeiros indícios para a análise da obra em questão. Ao fornecer notícias sobre as colônias portuguesas na África, a referida obra tinha por objetivo beneficiar o Estado com tais informações. Ele deixa claro os parâmetros de cientificidade que utilizou para a composição da mesma, quando afirma tê-la expurgando de tudo quanto reputou "*fabuloso*". Em ambas as passagens evidenciam-se elementos do ideário iluminista lusitano.

Seu cientificismo, sua crença na razão, por exemplo, aparecem de forma clara na seguinte passagem:

Sou inimigo de todas as relações que cheiram ao maravilhoso, mas não posso deixar de apontar os dois fatos seguintes que se não forem acreditados, merecem ao menos ser cientificamente destruídos: os seus autores não são portugueses, e nem por isso não se dirá que eu advogo a eclipsada glória de um povo por meio do qual vi a luz do dia (a Cidade de Faro do Algarve).⁴⁴

Cunha Matos, através de suas informações, alertou ao Estado português sobre as vantagens que as colônias podiam oferecer ao progresso da nação. Seus alertas voltam-se também sobre as ameaças às suas possessões exercidas pelas potências coloniais francesa e inglesa. Dessa forma, ressalta a importância da defesa dos territórios pertencentes à Coroa portuguesa:

Não feche o Governo português olhos acerca de Cacheu e Bissau: os ingleses não os perdem de vista e conhecem muito bem as grandíssimas vantagens que uma nação prudente ainda poderá colher de um território imensamente rico em produções e tão extenso como o Reino de Portugal. Quando os portugueses não fossem senhores de outras colônias senão as de Cacheu e Bissau sabiamente administradas, poderiam fazer ainda uma grande figura na Europa, e terem suficientes gêneros coloniais para o seu consumo interno. Esta colônia é que lhe fica mais ao pé de casa: tem muitos rios navegáveis até os países dos fulas, mandingas, e outros; e se os papéis, os nabous, os vagres e mais tribos habitantes nestes territórios se acham no dia de hoje de colo alçado, procedam os portugueses com justiça a respeito delas, sem se esquecerem de que os franceses, os ingleses, os holandeses e os russianos para conservarem a sua supremacia colonial, tem numerosas forças terrestres e navais para conterem em respeito os homens bárbaros, e também os civilizados inquietos que pensam que nas colônias é possível haver a mesma liberdade política e civil de que gozam os habitantes das Metrôpoles. Por ora não convém aos portugueses que as idéias exageradas dos seus reformadores políticos se introduzam nas colônias: se as introduzirem, Portugal há de perder muito e as colônias talvez se percam para sempre.⁴⁵

⁴³ Idem. Ibidem.

⁴⁴ Idem, Ibidem. p.94.

⁴⁵ Idem, Ibidem. p.74-5.

Na passagem acima podemos observar a importância que Matos atribui em se “conterem em respeito os homens bárbaros e os civilizados inquietos”. No período em questão, desenvolvia-se uma rigidez cada vez maior na determinação de uma escala de diferenciação dos homens entre si, onde às diferenciações de ordem cultural, somavam-se as de ordem racial, estabelecendo uma hierarquia entre os diversos grupos humanos segundo sua origem e aparência.⁴⁶ Uma crescente oposição entre natureza e civilização vai ganhando também cada vez mais força, servindo de base para as interpretações e visões do mundo que vão prevalecer no século XIX. Várias teorias em relação à vida dos homens em sociedade e à sua relação com a natureza surgiram calcadas na antinomia civilização/ barbárie, bem como em uma escala evolutiva. Tal escala classificava os homens e as sociedades como portadores ou não de determinados graus de civilização.⁴⁷

A pesquisa empírica realizada nos arquivos é explicitada por Cunha Matos inúmeras vezes. Ele cita com frequência as fontes que utilizou, comparando-as e chamando atenção para a importância da crítica documental:

Os discursos dos Reis ou outras pessoas bárbaras de que fazem menção as Histórias, são invenções de quem os escreveu, e os pronunciaria assim se figurasse nos acontecimentos de que tratam. Estes discursos estudados em vez de serem úteis na História, tornam-na suspeita ou exagerada. Não são só os portugueses que tais discursos apresentam nos seus livros como fielmente pronunciados pelos Príncipes bárbaros, que nem tinham taquígrafos nem notários, nem os escreviam para repeti-los em ocasião própria. Os gregos, os romanos, os franceses, os ingleses, etc., etc., etc., todos improvisaram orações, que eram por eles atribuídas aos heróis de suas obras.⁴⁸

Na passagem acima, também podemos identificar sua preocupação com a demarcação das fronteiras que separavam o discurso histórico dos demais, como por exemplo, da oratória e da poesia. Resumidamente, a definição de tais fronteiras, pode ser encontrada no discurso de Luis Siqueira da Gama: a *história* escrevia as coisas como realmente se sucederam, de acordo com a série e ordem dos tempos em que aconteceram; a *oratória* se referia as coisas como ocorreram, mas não as relata de forma tão estreita e rigorosa porque pode antepor ou pospor os sucessos, conforme o arbítrio do orador; já a *poesia* expõe seus argumentos não como verdadeiramente ocorreram, mas sim como deveriam ter ocorrido, e para isto o poeta tem a

⁴⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p.68-9.

⁴⁷ Idem, Ibidem. p.144.

⁴⁸ MATOS, R. J. C. op. cit., p.259.

jurisdição de inventar, fingir, diminuir ou acrescentar tudo quanto melhor lhe parecer.⁴⁹ Para o quarto Conde de Ericeira⁵⁰, a prosa histórica deveria sobretudo ter estilo sublime e claro, erudição vasta, crítica judiciosa e compreensão fácil.

De acordo com Araújo, uma questão axial da “crise de consciência europeia”, foi a proclamação enfática da superioridade dos modernos sobre os antigos, que despontou na Academia Francesa em 1687 e contagiou desde cedo a maneira de pensar de muitos eruditos e acadêmicos portugueses. Começou a ganhar corpo a convicção de que o modelo de racionalidade técnico-científica do presente superava a herança dos antigos e que só por meio da crítica os modernos se libertariam da servil imitação do passado.⁵¹ Uma visão específica da História e do Homem, em perpétuo diálogo com o devir, surge então propiciada pelas conquistas do conhecimento, fundadas na unidade e imutabilidade da razão. A perfeição atingida pelo homem, com “*suprema independência do ser divino*”, tornou-se conatural ao sentido do devir histórico. E a História, compendiando o esforço de muitas gerações anteriores, passou a traduzir-se no lento acumular de experiências sucessivamente perfectíveis. A historicidade da ciência, sob a égide da razão, reforçava a idéia de que a marcha progressiva da humanidade era inseparável de uma visão unitária do gênero humano, em constante processo de aperfeiçoamento. Em todas as matérias do período, da Medicina à Matemática, da Jurisprudência à Teologia, o encadeamento histórico necessário à explicação do estado de evolução desses saberes passa a ser tomado como fundamento de credibilização da própria verdade científica.⁵²

Neste contexto, não era tanto a infidelidade às regras da crítica documental, mas, sobretudo, o efeito de indeterminação do historiador perante o presente que justificava o erro ou ditava a dúvida com relação ao passado. Assim, a crítica revelava-se uma arma de dois gumes. Por um lado, sua função era fundamental para a determinação da autenticidade do

⁴⁹ KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004. p. 198-9. Luis Siqueira da Gama foi membro da *Academia dos Renascidos* fundada em Salvador, no ano de 1759, em meio ao processo de expulsão dos jesuítas do Império Português. Tal academia, como outra congênere a *Academia dos Esquecidos* (fundada anteriormente no ano de 1724, também na Bahia), tinha como projeto a escrita da história da América Portuguesa. Ambas as associações foram herdeiras das técnicas de erudição consagradas em fins do século XVII.

⁵⁰ No contexto das linhagens ilustradas do século XVIII, a Casa de Ericeira destacou-se por seu singular dinamismo mecenático. O quarto Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, aderiu formalmente aos postulados da crítica neoclássica, embora na prática, continuasse a prosar e versejar à maneira barroca. Apesar de sua duplicidade apresentada no que se refere ao gosto e às tendências, seus esforços no sentido da divulgação, em Portugal, do figurino estético da Real Academia francesa, são reconhecidos. In: ARAÚJO, A. C., op.cit., p.23-4.

⁵¹ Idem, Ibidem. p.25.

⁵² Idem, Ibidem. p.27-8.

documento, por outro, ela representava um elemento de discórdia quando convocava a competência ou o juízo do historiador no estabelecimento dos critérios de verossimilhança.⁵³

Aspectos da crítica documental são bastante perceptíveis na obra de Matos, como já exposto acima. Ele cita todas as fontes que conhece a respeito do assunto tratado, critica-as e segue as que considera mais exatas. É importante ressaltar, que no período em questão, o domínio crítico da bibliografia e da documentação se constituía em um critério fundamental de validação do discurso historiográfico. Em certos casos a erudição bibliográfica adquiria significação política, ou até mesmo poderia ser transformada em instrumento de exibição bacharelesca.⁵⁴ Dentre os autores pesquisados por Matos figuram inúmeros portugueses e estrangeiros:

Os portugueses fizeram durante os bons tempos da Monarquia estudos muito sérios sobre a geografia das nações com quem estiveram em contato imediato, e ainda acerca dos países mais remotos: Diogo de Couto, João de Barros Galvão, Mendes Pinto e D. João de Castro aplicaram-se à geografia e história, por uma maneira que honra ainda hoje aqueles homens estimáveis. Tudo quanto se tem escrito modernamente a respeito dos lugares que foram freqüentados pelos portugueses, funda-se no que eles disseram: Bruce, Ludolfo, Salt, Valência, Pearce, tiveram à vista as obras de Álvares, Teles, D. João de Castro e outros; Gavazzi, Pigaffeta, Dapper, Labat, Lafitau, Raynal, Des Marchais, Pollicer, copiaram em grande parte o que escreveu Duarte Lopes: Bem sei que Couto, Barros, Faria e Sousa, etc. aproveitaram-se do que haviam visto, e escrito os célebres Marmol e Leão Africano; mas tanto aqueles historiadores, como inumeráveis missionários portugueses, revolveram os cantos das bibliotecas da Abissínia; e indagaram notícias entre os povos não literatos para as lançarem nas suas Crônicas e Relações de Propaganda, muitas das quais no meio de imensa fardagem de maravilhas pueris, contêm notícias interessantíssimas, que homens de melhor crítica estão agora reconhecendo verdadeiras. Alguns antigos escritores portugueses conformavam-se com o gosto do século em que viveram; não eram superiores às idéias populares; sabiam que para serem lidos, era necessário haverem chorrilhos de milagres portentosos, e contos da existência de homens e feras de configurações extraordinárias (§ 15). Outro tanto acontecia com os viajantes da França e Inglaterra.⁵⁵

Matos também demonstra-se como assíduo leitor das publicações da Real Academia das Ciências Lisboa. Em diversos trechos de sua obra ele aponta algumas memórias relativas à África, publicadas por essa instituição, que lhe serviram de referência.⁵⁶

⁵³ Idem, Ibidem. p.28.

⁵⁴ KANTOR, I. op.cit., p.202-3.

⁵⁵ MATOS, R. J. C. op. cit., p.62.

⁵⁶ Um exemplo das diversas menções as obras da biblioteca da Academia: “Eu devo aqui fazer algumas pequenas observações para mostrar quanto conviria trazer à luz várias obras interessantes, que existem na Biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa acerca dos acontecimentos de Angola, merecendo o primeiro lugar a obra intitulada – *Guerra de Angola* composta por Antonio de Oliveira, 3 volumes manuscritos

Seu *Compêndio* apresenta uma forma bastante semelhante a das *Memórias* produzidas nesta agremiação. Através de uma compilação de dados a respeito das ilhas africanas, visando a racionalização da administração colonial, ele fornece informações pormenorizadas a respeito da localização geográfica; clima; relevo; comércio; agricultura; manufaturas; população; organização civil; administração pública, política, financeira, judiciária, militar e eclesiástica; força armada; receita e despesa pública; estado de urbanização e salubridade; instrução pública; linguagem, religião, usos e costumes dos habitantes. A história dos reinos africanos é narrada a partir do descobrimento dos mesmos pelos portugueses, geralmente no século XVI. O principal foco da narrativa são os acontecimentos políticos, como a sucessão de reis e governadores, guerras, invasões estrangeiras, sublevações, etc. Outra preocupação de Matos é a listagem do nome dos reis, governadores, embaixadores, capitães-mores, etc., e seus respectivos sucessores. Estas listagens muitas vezes, vinham acompanhadas de pequenas biografias e dos principais eventos ocorridos no período em que estes nomes estiveram no poder.

De acordo com os parâmetros da época, as *memórias* se constituíam essencialmente em compilações documentais ou mesmo resumos informativos. Continham arrolamentos ou “*aparatos críticos*” em formato de catálogo de autoridades, como bispos e governadores; mapas de rendimentos com a listagem dos valores dos contratos, dízimos e soldos; tabuadas cronológicas; cartas geográficas; desenhos de vilas e edificações; repertórios genealógicos, legislativos e bibliográficos.⁵⁷

Neste contexto os eruditos faziam uma clara distinção entre a memória e a história. A escrita institucionalizada da história requeria algumas técnicas de produção de consensos. Ao historiador caberia saber todos os fatos e opiniões para que pudesse escolher a melhor.⁵⁸ A prática da historiografia acadêmica pressupunha o domínio da técnica da crítica erudita, que passava pela identificação das discrepâncias cronológicas e das informações que faltassem ou pudessem ser consideradas inverossímeis, reproduzidas nas fontes documentais.⁵⁹ Desde fins do século XVII, as técnicas de autenticação da documentação sofreram profundas transformações e o discurso historiográfico passou a adquirir regras próprias de validação de testemunhos. Aos historiadores cabia a tarefa da classificação das fontes, importava nesse sentido, a distinção das fontes literárias das verídicas, a rejeição das “fábulas”, a purificação

em fólio; outra obra também ali existente intitulada – *Descrição sumária do Reino de Angola, e da Descoberta da Ilha de Luanda* etc., escrita em 1592, na qual se acham notícias muito importantes sobre as comunicações de Angola e Moçambique pelos sertões (§496).” In: MATOS, R. J. C. op. cit., p.266.

⁵⁷ KANTOR, I. op.cit., p.193.

⁵⁸ Idem, Ibidem. p.194-5.

⁵⁹ Idem, Ibidem. p. 210.

das “mitologias” e a exclusão dos milagres ou tradições populares (orais) sem comprovação documental. A separação das fontes primárias das secundárias também tornou-se imprescindível e deveria ser realizada através da hierarquização dos testemunhos, da avaliação de sua autoridade, da certificação de sua autenticidade e da identificação de sua autoria. Outra questão importante reportava-se ao desvendamento das “*intenções ocultas*” por meio do confronto de fontes coevas, da identificação dos silêncios e contradições e principalmente da autenticação legal da documentação tratada.⁶⁰

Os homens do iluminismo, mesmo abordando a História de forma objetiva, através da valorização do documento e do testemunho, continuaram dotando-a de um sentido moral. Encarada como a própria “*filosofia*”, ela deveria ensinar por meio de exemplos como os homens deveriam se conduzir em todas as circunstâncias de suas vidas, tanto no âmbito do público como no do privado. Em Portugal, no conjunto dos projetos para as reformas pedagógicas elaboradas no reinado mariano, a disciplina histórica foi pensada por Ribeiro dos Santos de acordo com a importância de instruir os estudantes não apenas na cronologia, a fim de que pudessem perceber a ordem dos tempos e a sucessão dos fatos, mas em reflexões convenientes para a instrução moral e civil da mocidade.⁶¹

Podemos considerar o Compêndio de Matos ainda nesta fronteira entre a memória e a história. Encontramos nele todos os elementos componentes da constituição das *memórias* e também traços importantes para a produção historiográfica, como o da crítica documental já apresentado acima. Ao confrontar autores e documentos, Matos apresentava a utilização dos critérios das “regras da boa crítica”⁶² propostas pela Academia Real de História Portuguesa desde 1720. As características valorizadas por ele que deveriam apresentar um bom autor aparecem resumidas no trecho abaixo:

... eu lançarei mão do que nos deixou escrito o insigne e verídico João de Barros. Este grande historiador tendo recebido a melhor educação nos Paços do Rei D. Manoel como se praticava com todos os Cavalheiros Nobres naquela idade, veio a ser Preceptor do Príncipe D. João que ao depois foi Rei de Portugal; e consecutivamente Capitão do Governador da Cidade de S. Jorge de Mina, donde se recolheu a Lisboa carregado de informações locais, que lhe serviram quando foi empregado na Tesouraria da Casa da Índia e Mina e para compor as suas Décadas imortais. Em todos estes exercícios, e trabalhos foi assíduo, franco, leal e verdadeiro: confessa ingenuamente o que sabe, e lamenta as notícias que se perderam: nunca forjou histórias fabulosas, nem escreveu sem profundar as matérias de que tratava. Ele tinha à sua disposição os papéis da Casa Índia e Mina, e conservava-lhe aberta a porta da Torre do Tombo: Foi à vista dos documentos

⁶⁰ Idem, Ibidem. p. 205.

⁶¹ SILVA, A. R. C. op.cit., p.128.

⁶² KANTOR, I. op.cit., p. 199.

que ali se achavam inteiros ou mutilados, que ele escreveu as suas décadas; e por que afirma na primeira ter sido encarregado da expedição de várias Embaixadas aos Príncipes do interior da África, e conservava em seu poder as correspondências, como aponta épocas, nomeia pessoas e indica lugares; como o seu testemunho nunca foi suspeito, pode-se confiar no que disse este grande homem quanto o permite a órbita da fé humana.⁶³

A defesa dos portugueses foi outro tema bastante recorrente no *Compêndio* de Cunha Matos. Através do empenho na defesa de seus compatriotas e ancestrais ele expôs seus laços de pertença e o grande valor que imputava ao patriotismo, sentimento este que em seus próximos escritos se manifestarão em relação à sua pátria adotiva, o Brasil.

A decadência portuguesa é apontada por Cunha Matos, na maior parte das vezes, como consequência dos conflitos gerados pelas outras potências coloniais como a Espanha, a Holanda, a França e a Inglaterra, apontadas como “*entidades malfazejas*”. No trecho abaixo, onde Matos defende a literatura nacional, a Inquisição será também apontada como causa do atraso da nação:

Vários escritores, sem a menor sombra de razão, acusam os portugueses de serem indolentes, preguiçosos, ignorantes, fanáticos e supersticiosos, e que por isso nem têm historiadores, nem sabem escrever a sua História. Enganam-se: não conhecem a antiga literatura nacional; não sabem qual é o verdadeiro caráter do povo lusitano e ignoram a origem dessa aparente indolência, preguiça e superstição. Os portugueses brilharam enquanto existiram os seus Monarcas Nacionais livres dos Índices e da Inquisição; e eclipsaram-se apenas apareceram estas entidades malfazejas...⁶⁴

O período áureo de Portugal, eclipsado pelas outras potências, é diversas vezes apontado. De acordo com Matos, o país e suas colônias tiveram de ceder “*a força maior tanto nas armas como nas letras*”, o que fez com que o primeiro perdesse a elevada opulência de que gozava anteriormente no reinado de D. Sebastião.

Nesse tempo os portugueses e os castelhanos eram os únicos que se achavam no vasto campo das empresas navais; a Inglaterra e a França estavam mergulhadas nas suas guerras civis e religiosas, a Holanda não tinha emergido do Oceano; os espanhóis e portugueses viviam na mais profunda paz; os portugueses só tinham como inimigos alguns Príncipes da Ásia e África, tinham o exclusivo comércio das especiarias do Oriente, o ouro e pedrarias de todo o mundo; tinham virtudes políticas e morais, tudo mudou desde que mudaram os destinos da França, Inglaterra e Holanda; as colônias foram-se perdendo umas depois das outras até ao ponto de ficarem as que apresento neste *Compêndio Histórico* (...) Em havendo talentos administrativos e patriotismo, tudo melhorará, posto que o extraordinário

⁶³ MATOS, R. J. C. op.cit., p. 66.

⁶⁴ Idem, Ibidem. p.23.

crescimento de outras nações, dificilmente poderá ser igualado pela portuguesa moderna: mas tudo tem o meio termo proporcional.⁶⁵

Segundo ele, Portugal sofreu diversos prejuízos pela expansão colonialista das outras nações, que possuíam mão de obra e fretes mais baratos e por isso vendiam seus produtos com melhores preços. Além de contarem com forças navais mais poderosas para protegerem seus navios. Desta forma, *conseguiram as sobreditas nações poderosas expulsar de uma vez os portugueses dos portos e mercados que lhes pertenciam por direito da descoberta e ocupação imemorial.*⁶⁶

Mas o país nunca deixaria de ocupar sua posição pioneira no que se referia aos descobrimentos:

Entre tantas, e tão ilustres empresas em que os lusitanos muito gloriosamente se meteram, nunca abandonaram o amor da Pátria; a honra e glória do Rei; o crédito e a dignidade da Nação, e a fortuna e prosperidade de Portugal. Tempestades, baixios, escolhos, guerras e malignidade dos climas não foram obstáculos aos seus intrépidos corações, eles queriam bem servir, e conquistar; eles pretendiam estender o nome português por toda a face da terra, e com efeito conquistaram, colonizaram e acrescentaram o Reino de Portugal com imensos territórios nos mares, e continentes da África, na Ásia e no Novo Mundo; e se mais Mundos houveram lá chegaram.⁶⁷

Portugal é colocado por ele como uma nação heróica, responsável por revolucionar a política e a moral em todo o universo:

É desgraça o ver as mentiras com que alguns estrangeiros pretendem obscurecer as empresas dos portugueses, sem se lembrarem que a esta nação heróica deve o Mundo toda a opulência, e civilização em que agora se acha. A descoberta do Novo Mundo por Colombo e a passagem do Cabo da Boa Esperança por Vasco da Gama, fizeram uma revolução política e moral no universo.⁶⁸

O pioneirismo e o sucesso nos descobrimentos foram por ele atribuídos aos inventos científicos de célebres homens da nação:

Os portugueses chegaram a todos os pontos do mundo com os instrumentos, e tábuas astronômicas de invenção própria; e o célebre Colombo foi ao hemisfério ocidental pela única força do seu globo abalizado, e sem socorro de cartas de Behaim Sanches, Morales e essa turba de pilotos, agora inculcados como agentes principais da fortuna daquele grande homem.⁶⁹

⁶⁵ Idem. Ibidem.

⁶⁶ Idem, Ibidem. p.70.

⁶⁷ Idem, Ibidem. p.32.

⁶⁸ Idem, Ibidem. p.91.

⁶⁹ Idem, Ibidem. p. 96.

Além dos conhecimentos científicos, Matos também faz questão de exaltar os avanços portugueses em outras áreas:

A alguém parecera fastigioso a narração que acabo de fazer dos sucessos da Ilha de Arguim, que achando-se sem defesa, entra na massa geral das terras ermas pertencentes à França. O geógrafo, o historiador, o político, e sobretudo os portugueses não deixarão de louvar a minha enfiada de datas; e de conquistas de um ponto imperceptível do globo. Eu apresento-as para mostrar que os antigos portugueses tinham tantos conhecimentos militares, e tantas luzes do comércio que escolheram para armazém geral das suas mercadorias destinadas ao Deserto ou Saara, um lugar que à custa de muito sangue foi disputado por quatro nações poderosas.⁷⁰

A perda das possessões conquistadas com tantos méritos é lamentada por Matos, mas este deixa claro que Portugal tem total capacidade de recuperar grande parte de seu antigo poderio nos territórios perdidos, pois um “*Governo sábio ainda poderá restaurar grande parte da antiga consideração*” de que gozava o “Rei de Portugal”.⁷¹

Matos também lamenta a falta de escritos portugueses a respeito de suas possessões africanas. Mas afirma que a maior parte destes escritos se perdeu com as “*calamidades*” que afligiram a nação e que, portanto, a falta dos mesmos não pode ser imputada à falta de capacidade dos portugueses em tal empreendimento:

Eu conheço que os portugueses que penetraram no interior da África foram melhores soldados e comerciantes do que indagadores das obras da natureza; e se com efeito organizaram algumas Memórias, Descrições e Itinerários além dos que aparecem espalhados nos poucos livros que se imprimiram sobre estes objetos singulares, desapareceram para sempre ou acham-se enterradas na poeira dos arquivos das Casas Religiosas, ou dos Fidalgos, e Capitães cujos atuais herdeiros e sucessores nem tem curiosidade de os procurarem, não sabem dar valor ou não querem desfazer-se desses respeitáveis Monumentos da antiga, e moderna glória de Portugal. Permita-se-me que rogue aos meus leitores vejam o § 94 das Observações que fiz sobre a viagem de M. Douville ao Congo e África equinocial; e servem de Apêndice a este Compêndio, para conhecerem os meios de que lançou mão a fortuna para se consumirem todas as Memórias dos Arquivos Portugueses das Colônias da África, e muitos de Portugal contra inimigos tão irreconciliáveis ninguém podia resistir, e por isso no dia de hoje os estrangeiros acusam os portugueses de ignorantes, e até chegam a sustentar que eles não entraram no interior da África.⁷²

⁷⁰ Idem, Ibidem. p.42.

⁷¹ Idem, Ibidem. p. 75.

⁷² Idem, Ibidem. p. 64.

Além dos elogios e defesa de suas empresas, Matos também faz críticas à administração que Portugal exerceu em seus domínios, principalmente aos cortesãos, fanáticos e inquisidores que impediram o progresso do país. A nação, muitas vezes

mostrou-se ataviada com o manto do fanatismo, e foi por muitos anos dirigida por aqueles, que mediam o grande mundo pelos acanhados limites das suas celas; foi dirigida por inquisidores, missionários, cortesões, uns fanáticos, outros ignorantes que mais pareciam querer transformar os portugueses em uma Nação de Monges, do que restabelecê-los no pé glorioso em que se achavam quando existiam os Pachecos, os Albuquerque, e os Castros; tempos felizes em que os nome português não era impunemente ultrajado nos mares e nas terras em que tremulavam as Quinas Nacionais.⁷³

Novas críticas, desta vez um pouco mais ácidas, são dirigidas ao pouco empenho dos Governadores das Colônias em divulgar as informações geográficas e políticas a respeito das possessões coloniais portuguesas. De acordo com ele, essa falta de empenho pode ser derivada da “*falta de amor próprio, ou de preguiça, ou acanhamento*” por parte dos portugueses em “*figurarem como escritores*”. Ou talvez as “*avultadas despesas das impressões e a obrigação que haviam de apresentar as obras aos Censores do Governo*”, dissuadissem os portugueses de publicarem seus trabalhos. E conclui afirmando que

Muito mal irão as coisas de Portugal se com efeito os seus Governadores das colônias não tratarem de adiantar os conhecimentos geográficos e políticos dos países que lhes foram confiados. Pela parte que me toca fiz quanto pude e ainda mais faria se fosse melhor auxiliado.⁷⁴

Outra preocupação freqüentemente explicitada por Matos ao longo de sua obra é a da descrição dos “*usos e costumes*” dos habitantes das terras africanas. De um modo geral, todas as descrições são acompanhadas de juízos valor, e os habitantes classificados como indolentes, preguiçosos, bárbaros e imorais. A riqueza encontrada nas terras é sempre contraposta ao caráter dos habitantes predispostos à ociosidade e, portanto o atraso em que se encontravam as colônias devia-se às debilidades dos recursos humanos empregados para o aproveitamento das potencialidades naturais:

... café de excelente qualidade, e que por si só bastaria para felicitar todas as ilhas do Cabo Verde e se fosse ou se for possível desterrar dos habitantes a incomparável preguiça, e ociosidade em que vivem, e que não querem abandonar. Homens quase todos frugais, alimentando-se com frutos de crescimento espontâneo ou cultivado a muito pouco custo; vivendo em um país quente em que não há necessidade de muita pouca roupa; indolentes por herança, pobres por costume, entendem que não

⁷³ Idem, Ibidem. p. 56.

⁷⁴ Idem, Ibidem. p. 310.

precisam nem devem trabalhar. Se for possível destruir a preguiça de quase todos os habitantes das ilhas, e o orgulho dos chamados morgados; se conseguir-se que abandonem as canoinhas de pescaria para se entregarem à pesca do alto ou à agricultura; podem estas colônias elevar-se da decadência em que se acham; e subirem dentro de poucos anos a uma grande prosperidade, ainda apesar dos flagelos das secas, tufões violentos, insalubridade do clima, rapacidade dos governantes, e das outras vicissitudes que a natureza e a arte têm ali acumulado.⁷⁵

Segundo ele, em terras africanas imperava o *“direito do mais forte, e nunca o da justiça e o da razão: aqui todos tratam de sua conservação individual”*⁷⁶. Em todas as descrições podemos observar que Matos utiliza-se de referenciais europeus para julgar as atitudes, os hábitos, a forma de governo, a religiosidade e o caráter dos habitantes do continente africano. O autor possuía a consciência de “ser diferente” de tudo aquilo que observava nestes territórios e, portanto buscava assinalar o que era incomum segundo os parâmetros de sua cultura. Acreditava, como a maior parte dos homens que empreenderam viagens científicas pela América e África durante o século XIX, ser portador de um olhar *“neutro”*, despido de qualquer intenção que escapasse a descrição fidedigna do real.⁷⁷ Mas o que na verdade podemos observar é a ocorrência de dois registros simultâneos em sua obra: o do observador que se pretendia idôneo e isento na transmissão do que via, e o pessoal que integrava o impacto causado pelo novo e diferente, que foi sendo conhecido e assimilado na medida em que comparado com o que o autor trazia como bagagem cultural.⁷⁸

É importante ressaltar que os julgamentos dos grupos humanos no período eram elaborados a partir de generalizações centradas na nacionalidade, nos grupos raciais e nos conhecimentos e idéias anteriores que os autores carregavam consigo. As condições naturais, inclusive as climáticas das regiões, eram fatores considerados determinantes do caráter da população nativa.⁷⁹ São daí procedentes as idéias de atraso, barbárie e fanatismo religioso imputadas ao povo africano:

O caráter dos habitantes de S. Tomé tem analogia com o dos naturais dos países de que procedem. Os europeus são ativos, e amantes do trabalho, os descendentes dos minas e dos benins são diligentes e asseados. Os angolas e cabindos são muito inferiores ao benins e minas; os calabares, e gabões são preguiçosos e nada limpos. Os brancos nascidos na ilha são pela maior parte indolentes, desleixados e inimigos de aplicações sérias; os pardos gostam de ostentar de ricos, e bem poucos há que

⁷⁵ Idem, Ibidem. p. 55.

⁷⁶ Idem, Ibidem. p. 88.

⁷⁷ NAXARA, M.R.C. op.cit., p.163.

⁷⁸ Idem, Ibidem. p. 191.

⁷⁹ Idem, Ibidem. p. 190-3.

sejam melhores do que os brancos. Em geral todo o povo é hospitaleiro, fanático, supersticioso, e não faz idéia da verdadeira religião.⁸⁰

A expansão européia, que teve início no século XVI, caracterizou-se como um processo contínuo, mas que teve seu ritmo diminuído no período compreendido entre o início do século XVII e o início do século XVIII. A partir dos anos de 1700, os europeus retomaram o processo de ampliação de seus impérios, ocupando o interior dos continentes. A retomada da expansão européia acentuou a preocupação dos pensadores com a diversidade humana. As definições ilustradas muitas vezes não deram conta de explicar certos comportamentos, costumes, desejos e crenças dos povos encontrados nos territórios coloniais. Os filósofos estudaram diversas experiências sociais por todo o planeta, e depararam-se com diferentes formas de religiosidade e sistemas políticos que negavam seus ideais de cidadania e civilidade, além das manifestações da sexualidade e da agressividade que eram também extremamente chocantes para os membros da “República das Letras”.⁸¹

As doutrinas elaboradas a respeito das raças na Europa ocidental, designadas por Tzvetan Todorov através do termo “*racionalismo*”, vivem seu período de maior prestígio em meados do século XVIII até meados do XX. A doutrina racista clássica, de acordo com o autor apresenta um conjunto coerente de proposições que pressupõem, em primeiro lugar, a *existência das raças*, ou seja, grupamentos humanos cujos membros possuem características comuns. Nesta classificação contam apenas as propriedades imediatamente visíveis como cor da pele, sistema piloso e configuração do rosto. As raças são aqui assimiladas a espécies animais. Os racistas neste ponto não se contentam em constatar a existência das raças, mas desejam que as diferenças se mantenham, são, portanto, contra o cruzamento entre as mesmas. Em segundo lugar, a *continuidade entre físico e moral*. A divisão do mundo em raças correspondia também a uma divisão por culturas, igualmente bem definida. As diferenças físicas determinariam as diferenças culturais; o que implica na transmissão hereditária do mental e a impossibilidade de modificá-lo através da educação. Em terceiro lugar, a *ação do grupo sobre o indivíduo*, onde o comportamento do indivíduo dependia em grande medida do grupo racial-cultural (ou étnico) ao qual pertencia. Em quarto lugar, *uma hierarquia universal dos valores* que postulava a superioridade de uma raça sobre as outras, o que implicava numa hierarquia única de valores, de um padrão de avaliação com o qual se faziam julgamentos universais. Na maior parte dos casos, essa escala de valores era de origem etnocêntrica. No

⁸⁰ MATOS, R. J. C. op.cit., p. 143.

⁸¹ MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque. *A razão ilustrada e a diversidade humana*. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.95, p.341-360, maio/ago, 2006. p.342.

plano das qualidades físicas, o julgamento geralmente tomava a forma de uma apresentação estética, umas raças eram belas, outras feias. No plano do espírito, o julgamento referia-se a qualidades tanto intelectuais (inteligência X ignorância), quanto morais (nobres X bestiais). Em quinto e último lugar, das proposições acima extraía-se a conclusão de que devia-se desenvolver uma política que colocasse o mundo em harmonia com a descrição precedente. Assim, a submissão das raças “*inferiores*” ou até mesmo sua eliminação, justificaria-se pelo saber acumulado a respeito das raças.⁸²

De acordo com Matos, mesmo conquistados e colonizados pelos portugueses e portanto, sujeitos às suas leis, a população nativa não reproduzia os usos e costumes de seus conquistadores. “*A gente preta*” que buscava imitar os brancos fazia-no somente em relação aos vícios e raramente às virtudes, “*se é que virtudes podem existir no meio da maior licença e libertinagem*”.⁸³ Muitas das vezes o meio era apontado como responsável por corromper também os conquistadores portugueses:

Alguns portugueses que alcançam fortuna passam uma vida de glutões, muitas vezes em bacanais e deboches superiores a toda expressão. Em Angola e Benguela só tratam de ganhar dinheiro, comer do bom e mais apetitoso e condimentado presuntos, paios, os melhores vinhos, e licores, peixe excelente coberto de pimentas; enfim parece que vivem para comer, mas pagam quase sempre a glotonaria acabando apopléticos e paralíticos na flor da idade; e para isso não concorrem pouco os excessos venéreos inseparáveis dos grandes banquetes e ajuntamento de pessoas dos dois sexos.⁸⁴

Os parâmetros de civilização dos quais Matos estava imbuído contrastava em todos os aspectos com os hábitos encontrados em África:

Como em Angola não há teatros e as reuniões das senhoras em sociedades são pouco freqüentes, acontece que a mocidade ainda a mais bem educada não faz idéia dos prazeres da vida que se proporcionam ao sexo feminino em os países mais civilizados, e por isso em vez de cantarem, tocarem e dançarem, são obrigadas a presenciarem e a concorrerem em danças da terra que de ordinário constam de muitas atitudes lascivas e cantigas libidinosas.⁸⁵

Outro fator foi também apontado pelo autor como responsável pela corrupção da moral no continente africano: o grande número de degredados que lá habitavam.

Um país cujo maior número de habitantes brancos consiste em degredados por crimes atrozes (eu excluo da classe destes os infelizes sentenciados por opiniões

⁸² TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Vol.1.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p.107-10.

⁸³ MATOS, R. J. C. op.cit., p.328.

⁸⁴ Idem. Ibidem.

⁸⁵ Idem. Ibidem.

políticas e religiosas e por acontecimentos de honra de qualquer espécie: eu a estes dou o nome de mártires) não pode ter em seu favor a simpatia dos homens honrados. Não é só em Angola que os escandalosos procedimentos dos degredados por crimes atrozes prejudicam e corrompem a moral pública. Em todas as colônias portuguesas em que existem degredados acontece a mesma coisa, e muito principalmente se eles por falta de homens livres ou por proteções e dinheiro chegam a exercer jurisdição nas terras que deviam ser o teatro da sua infâmia e do seu castigo.⁸⁶

A idéia de progresso, tomado em seu sentido evolutivo foi uma das forças motrizes deste período. E as explicações para as diferenciações entre homens, povos e culturas passaram a centrar-se na raça, que tornou-se a chave para a compreensão da variedade humana.⁸⁷ Idéia esta expressa de maneira bastante clara no discurso de Matos:

Alguns filósofos tem metido muito pouco em linha de conta a mistura de sangue nos povos africanos. (...) Um homem branco por misturas contínuas com o sangue preto, pode ter bisnetos absolutamente pretos: eis o motivo por que os descendentes dos felatas do Egipto estão hoje com a cor negra dominando muitos países da África em que talvez por milhares de anos antes de 1520 não se tinham visto indígenas de cor absolutamente branca. Alguém perguntará onde estão os descendentes das colônias cartaginesas plantadas por Hanon em as praias da África? A resposta é fácil: estão nos mesmos lugares em que desembarcaram, confundidos em cor, usos, costumes e religião com os povos que ali encontraram, e com quem se aliaram, com quem se perverteram, com quem se avezaram à ociosidade, e com quem se barbarizaram, tudo isto se podia fazer no curto período de quatro gerações ou em 120 anos depois de abandonados em consequência da ruína de Cartago.⁸⁸

Fora da Europa, os letrados, como é o caso de Cunha Matos, defrontaram-se com experiências que ao mesmo tempo confirmavam e negavam seus referenciais supostamente universais de progresso e de ordem social.⁸⁹

Um dos preceitos universais anunciados pelas Luzes foi a idéia de que, ao longo dos séculos, a constituição da vida civilizada efetivou-se como um processo histórico fundamental. Diversos autores já haviam concebido a história das sociedades enquanto um processo de evolução de um estágio inicial bárbaro ou selvagem para uma etapa final, no qual os povos, cada um a seu tempo, viriam a adquirir costumes doces, polidez, estruturas administrativas e jurídicas sólidas, desenvolvimento das artes e das ciências, além de comodidades materiais decorrentes dos avanços do comércio e da indústria. De acordo com

⁸⁶ Idem, *Ibidem*. p. 329.

⁸⁷ NAXARA, M.R.C. *op.cit.*, p.51.

⁸⁸ MATOS, R. J. C. *op.cit.*, p. 61.

⁸⁹ MIRANDA, L. F. A. *op.cit.*, p. 343.

essa perspectiva, certos Estados, apesar de suas deficiências, já haviam atingido, no século XVIII, a vida civilizada. Outros ainda precisariam estabelecê-la e alguns pareciam regredir.⁹⁰

A equivalência entre o mundo selvagem (como eram classificados os territórios coloniais) existente fora da Europa e os primórdios da espécie humana encerrava um significado político. Tal imagem reservava um lugar para os povos americanos e africanos nos quadros de uma humanidade unificada, mas só admitia integrá-los como representantes de uma etapa já ultrapassada pela civilização européia. Assim, a idéia da ligação histórica entre os povos selvagens e os civilizados representava uma proposta de assimilação: o colonizador deveria civilizar partindo de princípios racionais que os colonizados manifestavam ainda de maneira embrionária. Desta forma, a expansão européia justifica-se historicamente: deveria ajudar os povos primitivos a explorarem todas as potencialidades que os europeus já haviam desenvolvido, aproximando-os das formas de organização mais evoluídas.⁹¹

O conhecimento e o desvendamento dos grupos humanos e sociedades que haviam sido colonizadas, davam aos Estados Nacionais a possibilidade de perceber, apreender e transformar os mecanismos e estratégias de dominação. O desenvolvimento científico vai assim legitimar e ampliar o universo de representação, exclusivamente segundo uma visão específica de mundo. Os temas de seu interesse eram os mesmos que os da empresa de colonização, o domínio da “natureza” e concomitantemente, da cultura.⁹²

Em todos os momentos procurava-se realçar as diferenças, a individualidade e os traços comuns de raças e nacionalidades, a fim de encontrar um lugar para os povos colonizados na escala da civilização, ou seja, da alegoria ocidental entre a barbárie e a civilização, o atrasado e o moderno.⁹³

Cunha Matos sofreu grande influência do universo cultural descrito acima na construção de suas descrições sobre os povos africanos. É importante ressaltar que o mesmo, durante o período que permaneceu em África atuava como funcionário do Estado português e, portanto, empenhava-se também na empresa colonialista através das descrições pormenorizadas das potencialidades naturais encontradas no território. Nesse sentido, para melhor explorar as potencialidades naturais era necessário também dominar a cultura nativa. Daí a recorrência das descrições sobre os “usos e costumes” dos habitantes no *Compêndio* de Matos.

⁹⁰ Idem. Ibidem.

⁹¹ Idem, Ibidem. p. 357.

⁹² LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX.**

Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p. 98-9.

⁹³ NAXARA, M.R.C. op.cit., p.192.

Na conclusão de sua obra, Cunha Matos reitera algumas de suas críticas à administração portuguesa nos territórios africanos, lamenta a perda de antigas possessões, devido às *“hostilidades dos ingleses, holandeses, árabes e cafres”*, e a inércia dos portugueses em retomar seu antigo poderio, que permanecem *“indiferentes à grande borrasca que os ameaça”* e *“nem ao menos cuidam de fortificar-se já que não podem engrandecer-se”*, também não preocupam-se em *“introduzir a discórdia entre seus inimigos comuns, mas pelo contrário tratam de debilitar-se cada vez mais pelas suas intrigas e dissensões particulares, praticando muito ao pé da letra aquilo que o sábio Diogo do Couto escreveu no Soldado Prático”*⁹⁴. Matos ainda sugere um meio de superar a crise administrativa vivida nas colônias e afirma que os males sofridos por Portugal não são irremediáveis:

Os males que os portugueses sofrem não são irremediáveis: eles ainda poderão restaurar a sua antiga ascendência sobre todos os Régulos do Governo de Moçambique, mas para isso entendo que será necessário estabelecer uma poderosa companhia de comerciantes com as mesmas atribuições que exercitava a Companhia Inglesa da Índia oriental. Se os Ministros portugueses quiserem do interior dos seus gabinetes governar as colônias da África oriental e ocidental, eles serão infelizes e eles continuarão a caminhar para uma inteira aniquilação. Uma companhia soberana de comerciantes é indispensável ao menos por cem anos: As companhias nem sempre são perigosas, ou prejudiciais sobretudo em colônias decadentes ou reduzidas ao estado deplorável em que se acham as de Portugal. (...) Eu não encontro outro remédio para restaurar as colônias senão o que aqui lembro: conheço o que são as colônias: estou muito familiarizado com a sua administração: sei que os Governadores mais de uma vez arruinaram pelo seu orgulho e prepotência as mais sólidas casas comerciais; e também sei que em acabando o tráfico de escravatura não de faltar os recursos para as indispensáveis despesas dos estabelecimentos, e que só a bolsa dos comerciantes poderá fazer face a todas as dificuldades que não de encontrar-se na carreira dos melhoramentos que se projetarem. A criação da companhia que proponho parece-me o melhor, o único remédio para restaurar as colônias que os portugueses perderam na Costa da África, e levar tanto essas como as que ainda existem ao grau de opulência e prosperidade que é necessário ao bem-estar do Reino de Portugal: torno a dizer que este é o único remédio, e que todos os mais serão quiméricos, impraticáveis ou ineficazes: o tempo há de mostrá-lo.⁹⁵

Ao propor o estabelecimento da companhia de comércio, Matos baseia-se nas experiências administrativas por ele vividas em territórios africanos para reforçar o argumento de que esta é a única solução possível para a superação da decadência da administração portuguesa nas colônias africanas.

⁹⁴ MATOS, R. J. C. op.cit., p. 361.

⁹⁵ Idem, Ibidem. p. 362.

No âmbito das *Memórias* publicadas na Academia Real das Ciências de Lisboa, das quais Matos foi leitor e mostrou-se herdeiro da tradição, o comércio teve grande importância. Foi tomado como variável fundamental no processo de desenvolvimento econômico do Reino e na reelaboração dos padrões de exploração colonial. Os memorialistas reconheciam o esgotamento das práticas mercantilistas ortodoxas e buscavam conciliar práticas liberais com a preservação do exclusivo comercial metropolitano, sendo este o vínculo fundamental garantidor da dinâmica desenvolvimentista que se buscava estabelecer. Tinham consciência da urgente necessidade de capacitação do comércio português para as condições de concorrência impostas pela nova fase do capitalismo internacional, o que demonstrava claramente no contexto do final do século XVIII e início do XIX, que as práticas e técnicas mercantis não poderiam se efetuar sem uma sólida iniciativa individual, sem o conhecimento correto das operações relacionadas com a atividade de comércio e sem os indispensáveis apoios logísticos e institucionais que, todavia, não se deveriam confundir com fáceis privilégios de exclusividade ou protecionismo do Estado.⁹⁶

Tomamos no presente capítulo o *Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África* como obra de referência para explicitar os primeiros passos dados por Cunha Matos na carreira das letras. Sua formação militar dentro do panorama da ilustração lusitana irá influenciar toda a sua trajetória intelectual, o que nos permite caracterizá-lo, ainda nesse período de juventude, como um típico intelectual ilustrado, que trabalhou sobretudo em favor de sua pátria.

Acompanharemos no próximo capítulo uma importante transformação na vida de nosso personagem, sua transferência para o Brasil, que ocorre definitivamente no ano de 1817, e sua atuação militar e política nesse território. Veremos que nessa nova fase sua produção intelectual será intensa (Matos redigiu no período panfletos políticos, um relato de viagem, muitos pronunciamentos na Câmara dos deputados) e seu discurso político irá adequar-se ao conturbado panorama da Independência e de afirmação do Estado Nacional Brasileiro, sua pátria adotiva. Tentaremos demonstrar através das principais características das obras produzidas no período (entre 1817 e 1831) as continuidades e rupturas no perfil intelectual e político de nosso personagem, que continuará galgando novas patentes militares e se envolverá ativamente na política de sua nova pátria.

⁹⁶ SILVA, A. R. C. op.cit., p. 140-6.

CAPÍTULO 2

CUNHA MATOS, “O BRASILEIRO”

Uma fase decisiva na história do império lusitano inicia-se com a partida da Família Real portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 1807 devido à invasão do território pelas tropas napoleônicas.¹ A partir de então, o Brasil, agora nova sede da monarquia, também sofrerá significativas transformações políticas, sendo alçado a condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no ano de 1815.² A nova condição política brasileira levou ao reconhecimento por parte dos estadistas do governo joanino da necessidade de efetivação de políticas condizentes com a nova categoria do Brasil, bem como de medidas que garantissem a coesão do Reino Unido. Tal condição também passou a implicar uma igualdade de direitos entre os habitantes dos dois hemisférios, o que serviu de embasamento para as reivindicações de que o Brasil constituísse a sede da Monarquia.³ Em contrapartida, começou a forjar-se em Portugal um sentimento de reação a esta nova categoria política do Brasil, responsável pelo acirramento do processo de reivindicação pelo retorno da Monarquia a sua antiga sede; processo este que tivera início em 1814, após cessar-se a dominação francesa no país. Iniciou-se a partir de então um período de intenso debate relativo à qual seria o lugar hegemônico do poder no mundo luso-brasileiro, já que a determinação do assento da Monarquia estava na visão dos estadistas do Reino e do Brasil diretamente vinculada à garantia de integridade imperial.⁴

Cunha Matos já atuante funcionário do estado e intelectual, como vimos no capítulo anterior, chegou ao Brasil no ano de 1817, quando embarcou para Pernambuco com o objetivo de participar da ação militar contra a Revolução Pernambucana⁵. Neste período possuía a patente de tenente coronel efetivo de artilharia do Estado Maior do Reino.⁶

¹ SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo Garrido. **O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.15.

² Um panorama completo das transformações ocorridas no período tanto em Portugal quanto no Brasil foi traçado por Ana Rosa Coclet da Silva no terceiro capítulo de sua obra **Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

³ SILVA, A. R. C. op.cit., p. 253.

⁴ Idem, Ibidem. p. 247.

⁵ RODRIGUES, J. H. op.cit., p.7.

⁶ SOARES, Gerusa. **Cunha Mattos (1776-1839): Fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Empreza Graphica Editora. Paulo, Pongetti & C. Rio de Janeiro, 1931. p.16.

Da combinação entre os “males reais” – no caso português, os efeitos da invasão francesa e da ausência do rei; e no do Brasil, as diversas circunstâncias gestadas no decorrer do processo colonizador que foram alteradas pelos recentes acontecimentos da vinda da Corte, da reinserção internacional do Brasil e de sua elevação a Reino – e os “princípios sediciosos” se originaram as manifestações revolucionárias assistidas em 1817 no mundo luso-brasileiro.⁷

O movimento pernambucano revelou o quanto a fixação da Corte no Rio de Janeiro foi incapaz de uniformizar as diversas partes desta porção da Monarquia, e também os significados emprestados por suas elites aos acontecimentos que se processaram no período. Tal movimento foi alimentado pelo mal-estar que reinava na capitania, gerado pela oposição entre proprietários nativos e portugueses europeus, os quais detinham o monopólio sobre o comércio de suas produções. E agravado pela situação econômica da população em geral, bem como pelo estado precário da guarnição provincial.⁸

Desde 1808, as relações com o novo centro político do Império transformaram-se. Altos impostos passaram a incidir sobre as capitanias do Norte e Nordeste, tanto para suprir as necessidades da Corte, quanto para fazer frente às despesas com a defesa do Reino. A situação agravara-se ainda pela vertiginosa queda na produção do algodão e do açúcar, seus dois principais produtos, causada pela seca de 1816 e pelos altos direitos de alfândega sobre a exportação dos mesmos. Tais direitos desagradavam principalmente a parte dos negociantes que queriam eliminar a intermediação das casas lisboetas nesse comércio e contrapunham-se, dessa forma, aos interesses dos comerciantes portugueses residentes na capitania, vinculados ao comércio português. A este clima de generalizado descontentamento somava-se a precária situação das tropas, mal pagas e mal alimentadas em função de uma comprovada falta de uniformidade nas regras administrativas das capitanias. Assim foi gestado um conjunto de fatores propícios à eclosão de uma revolta que assumiu tonalidades republicanas e contou com demandas de diversas ordens, inclusive de escravos e negros. Viabilizou-se deste modo a efetivação das idéias liberais antes cultivadas por uma elite intelectual instruída no interior das sociedades secretas e estabelecimentos de ensino fundados na Colônia.⁹

A revolta eclodiu no Recife em 6 de março de 1817, quando alguns militares foram presos por ordem do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, devido à denúncia que sofreram pela organização de jantares e assembléias em que se defendiam princípios sediciosos. Um dos implicados no processo reagiu no momento da prisão e feriu mortalmente

⁷ SILVA, A. R. C. op.cit., p.268.

⁸ Idem, Ibidem. p. 269.

⁹ Idem, Ibidem. 270-1.

o seu comandante. Ação que provocou um motim que se alastrou pelas ruas, com quebra-quebras e tumultos, dirigidos em especial contra os naturais de Portugal. O governador refugiou-se em um forte que foi logo cercado pelos amotinados, fazendo com que o mesmo negociasse sua retirada para o Rio de Janeiro, sem esboçar qualquer tipo de reação. Os revoltosos instituíram um governo provisório composto de cinco membros que representavam o comércio, a agricultura, a magistratura, a tropa e o clero. Em 15 de abril foi estabelecido um bloqueio marítimo e enviadas por terra diversas forças da Bahia que obtiveram suporte da zona açucareira da mata sul. Os rebeldes foram derrotados em 19 de maio. Logo em seguida, instaurou-se uma impiedosa devassa, que executou os principais líderes do movimento e condenou aos cárceres da Bahia quase 250 indivíduos, que lá permaneceram até o indulto concedido pelas Cortes de Lisboa em 1821.¹⁰

Apesar de sua curta duração o movimento de Pernambuco representou uma possibilidade de encaminhamento político da crise sem precedentes, pois além de contestar a soberania monárquica, acenava para a possibilidade de fragmentação do Império. Esta última possibilidade pesou significativamente na organização da contra-revolução para a recomposição da ordem monárquica. Os acontecimentos que envolvem a repressão da revolta e condenação dos culpados confirmam o papel do Brasil como peça chave no jogo político do momento. O movimento pernambucano constitui-se em uma oportunidade privilegiada para a ação que simultaneamente eliminaria os dissidentes e convenceria os hesitantes a comporem o corpo político da grande Nação portuguesa. Por isso, quando as forças provenientes do Rio de Janeiro, comandadas por Luís do Rego Barreto¹¹, adentraram vitoriosas a cidade do Recife, trataram logo de providenciar uma festa coroada por rituais típicos do Antigo Regime, com o intento de celebrar o governo interino.¹²

Em 1818, Matos foi promovido a coronel graduado e no mês de outubro desse mesmo ano foi nomeado Inspetor do Trem da Capitania de Pernambuco. Permaneceu nessa região por dois anos, incumbido da organização da primeira brigada miliciana, da missão de recrutamento, dos depósitos, da instrução dos recrutas e da distribuição destes pelos corpos de 1ª linha.¹³

¹⁰ NEVES, Guilherme Pereira. “*Revolução Pernambucana*”. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira (orgs). **Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 389-391.

¹¹ Cunha Matos chega a Pernambuco na companhia deste general em 29 de junho. Ainda assiste aos últimos combates aos insurrectos e logo em seguida ao processo de condenação dos culpados. BITTENCOURT, F. op. cit., p. 147.

¹² SILVA, A. R. C. op.cit., p.273-6.

¹³ SOARES, G. op.cit., p.26-29.

Após retornar à corte do Rio de Janeiro, no ano de 1819, foi nomeado vice-inspetor do Arsenal e Deputado da Junta da Fazenda do Exército.¹⁴

2.1. A atuação política no Brasil na década de 1820.

A convocação da Cortes em Portugal para a elaboração de uma constituição “sob os auspícios das idéias liberais”, em 1820, representou um duro golpe ao governo de D. João VI, no período instalado no Brasil. Esta ação “revolucionária” ocorrida na cidade do Porto teve como lema a “regeneração” da sociedade lusitana e apregoava a adoção do regime monárquico, com instituições liberais e representativas.¹⁵

A chegada das notícias do movimento revolucionário do Porto e subsequente adesão de Lisboa, em 17 de outubro de 1820, exaltou os ânimos da população do Rio de Janeiro e gerou um forte abalo na vida política da cidade. Perceberemos a partir de então um novo encaminhamento das expectativas e projetos para o futuro do império luso-brasileiro.¹⁶ Desta data até janeiro de 1822, assistimos a uma intensa discussão em torno do regresso da família real para Portugal, que de início centrou-se na figura de D. João VI, e após a partida do mesmo, transferiu-se para o príncipe regente.¹⁷

A adesão ao constitucionalismo Vintista foi marcada por uma forte discrepância regional. As províncias do Norte e Nordeste aderiram imediatamente ao projeto constitucional lusitano, atitude esta que opunha-se ao “despotismo”, identificado ao poder central.¹⁸ Já as províncias do Sul, ligavam-se ao Rio de Janeiro, influenciadas pela presença de grupos locais que possuíam interesses fortemente vinculados à política e ao comércio desta região. Neste contexto, assume significativa relevância o movimento capitaneado pelos grupos de proprietários localizados nas províncias do Centro-Sul, que desde 1808 eram portadores de interesses econômicos e políticos distintos e que agora polarizavam-se em torno de projetos alternativos de tipo nacional.¹⁹

Neste momento, dois grupos principais irão opor-se. O primeiro era formado por abastados proprietários da capitania, por negociantes atacadistas e por membros da burguesia

¹⁴ Idem, Ibidem. p.32.

¹⁵ SILVA, A. R. C. op.cit., p.288.

¹⁶ SLEMIAN, A. op.cit. p.114.

¹⁷ SILVA, A. R. C. op.cit., p.294.

¹⁸ Idem, Ibidem. p.296-9.

¹⁹ Idem, Ibidem. p.307.

emigrada, que favorecidos pelas medidas joaninas, concentrou grande parcela de capitais e recursos do Estado e garantiu amplas fatias do mercado, utilizando-se de práticas essencialmente mercantilistas. O segundo era formado por negociantes do sul de Minas (grupo que emergiu econômica e politicamente em virtude das políticas de integração mercantil do Centro-Sul, levadas a cabo a partir de 1808), por donos de engenho, proprietários de fazendas e negociantes estabelecidos no Recôncavo da Guanabara e em Campos de Goitacazes, todos protagonistas da luta pela mercantilização da produção, da terra e do trabalho, bem como pela ascensão à esfera do poder público. Este último grupo tinha como principal liderança Joaquim Gonçalves Ledo e atuava a favor da adesão ao constitucionalismo. Seus representantes, vinculados aos comerciantes portugueses por laços mercantis e de parentesco, enxergavam na volta de D. João VI para Portugal e na preservação da aliança com Lisboa uma estratégia fundamental para despojarem de suas bases de sustentação os grupos controladores do mercado fluminense e dos principais cargos públicos.²⁰

O cenário político no Rio de Janeiro tornava-se cada vez mais crítico, sobretudo após a movimentação surgida devido às eleições para os deputados que seriam enviados às Cortes de Lisboa. D. João VI decide regressar para Portugal em 26 de abril de 1821, deixando no Brasil o Príncipe Herdeiro com plenos poderes.²¹

D. Pedro herdou um governo marcado por sérias dificuldades. As tensões políticas no Rio de Janeiro assumiam proporções cada vez maiores. Ele não contava com o apoio de muitas províncias do Norte e Nordeste, nem com suas contribuições financeiras. Os preços subiam em função da desvalorização da moeda. Havia ainda a questão da província oriental, onde um congresso manipulado pelas autoridades portuguesas locais decidira pela criação da Província Cisplatina.²²

Em fins de maio, chegam ao Rio de Janeiro as notícias a respeito das Bases da Constituição que se elaborava em Portugal. Era necessário a partir de então, um posicionamento formal do governo de D. Pedro quanto a sua aceitação no Brasil, o que gerou novas divergências de opiniões entre os ministros. O Príncipe, constrangido pelo temor de uma sublevação, aprovou em 7 de junho as bases constitucionais e instalou as Juntas Provisórias nas províncias, ligadas ao governo de Lisboa. No Rio de Janeiro as atribuições e peso político da Junta permaneceram indefinidos ante a regência do mesmo. Sua instalação

²⁰ Idem, *Ibidem*. p. 308.

²¹ SLEMIAN, A. *op.cit.*. p.122.

²² Idem, *Ibidem*. p. 123.

deu-se em função das pressões exercidas pelo grupo encabeçado por Gonçalves Ledo e Clemente Pereira (os chamados “liberais”) numa tentativa de ampliação de seus poderes políticos.²³

Em um ponto, os grupos que atuavam neste conflituoso cenário concordavam: eram contrários à subordinação do governo do Rio de Janeiro, fosse a Regência ou a Junta, às Cortes lisboetas. Eram favoráveis à adoção de governos paralelos nos dois hemisférios, mantendo-se a igualdade de posições alcançada pelo Brasil como Reino em 1815. Muitos que ganharam posições no período não queriam perder sua influência e força antes conquistadas, para o que o fortalecimento de um centro de poder na América aparecia com condição primordial. Não se tramava a separação de Portugal e esta alternativa nem mesmo era considerada imprescindível para o bom andamento das coisas. A idéia construída historicamente de pertencimento ao Reino Unido e à nação portuguesa era bastante intensa e partilhada por todos. A presença do Príncipe em parte reforçava esse vínculo, pois representava a continuidade do regime sob a égide dos Bragança. Para alguns, a separação de Portugal poderia significar a volta do “despotismo”, propiciada pelo rompimento com o governo constitucional instalado no outro hemisfério.²⁴

As notícias dos decretos aprovados em Cortes entre 29 de setembro e 1º de outubro, agravaram ainda mais a situação de tensão e expectativa que predominava no Rio de Janeiro. Tais decretos reconheciam as Juntas estabelecidas perante o governo português, bem como sua autoridade civil, econômica, administrativa e de polícia; definiam que os governadores das armas de cada província deveriam se submeter diretamente a Lisboa; que os tribunais superiores criados no Rio de Janeiro desde 1808 deveriam ser extintos e que D. Pedro deveria embarcar imediatamente para a Europa.²⁵

Entre os grupos políticos que disputavam o poder no Rio de Janeiro não havia consenso quanto a permanência de D. Pedro no Brasil. Resumidamente pode-se dizer que os funcionários do alto escalão, nobres emigrados e famílias ricas a eles vinculadas, forçavam a desobediência às Cortes lisboetas, enquanto os partidários de Gonçalves Ledo e Clemente Pereira pretendiam se aproveitar do lugar vago deixado pelo príncipe. No entanto, os primeiros contaram com o apoio dos negociantes de Minas Gerais e com a adesão dos

²³ Idem, Ibidem. p.124.

²⁴ Idem, Ibidem. p.125.

²⁵ Idem, Ibidem. p.126.

paulistas ao governo, ambas decisivas para a organização do movimento conhecido como o do “Fico”.²⁶

O embate pelo poder estendeu-se até fins de 1821, com o reforço das posições dos negociantes que apoiavam a regência de D. Pedro. A Junta paulista já representava uma forte base de apoio às ações do príncipe, pois as conturbações políticas eram aplacadas pela ação de José Bonifácio de Andrada e Silva. Esses setores interessados na permanência do regente organizaram uma maciça propaganda política em jornais e panfletos, com críticas veementes às Cortes, sob acusações de tentativa de “recolonização” do Brasil. Criou-se assim um ambiente favorável à idéia de que as Cortes agiam de maneira “despótica”.²⁷

Em fins de dezembro, os liberais perceberam a importância política adquirida por D. Pedro e na tentativa de uma maior aproximação com o ele passaram a apoiar o movimento do “Fico”.²⁸

Mas a permanência do Príncipe estava longe de pacificar as tensões e resolver a crítica situação política por que passava o Reino. Três dias após a sua divulgação, a Tropa da Divisão Auxiliadora, dirigida pelo General Avilez insurge-se contra o governo de D. Pedro devido à desobediência aos decretos da Corte. Havia rumores de que a Divisão não mais reconhecia o Príncipe como autoridade e pretendia obrigá-lo a embarcar para Portugal. Seus homens causaram distúrbios, percorrendo as ruas da cidade quebrando janelas, insultando os transeuntes e arrancando os editais com a divulgação do “Fico” que a Câmara mandara fixar pelas esquinas. Tal insurreição foi contida e as tropas envolvidas embarcadas para Europa por ordem de D. Pedro.²⁹ De acordo com Afonso de Alencastro Graça-Filho, Cunha Matos acompanhou os “brasileiros” na expulsão destas tropas.³⁰

A figura do príncipe saiu fortalecida dos episódios ocorridos nesses dias. Os homens que gravitavam em torno do governo e temiam a interferência de Portugal no espaço que tinham conquistado, criticaram veementemente a ação da tropa e do General Avilez.³¹

Um novo ministério para a Regência foi divulgado com José Bonifácio a frente da pasta dos Negócios do Reino e Estrangeiros. Aprovou-se um decreto, por influência do ministro, a 16 de fevereiro, que convocava um Conselho de Procuradores Gerais das províncias com o intuito de julgar a aplicabilidade, no Brasil, das leis aprovadas em Lisboa. Em maio proibiu-se a execução de qualquer decreto das Cortes sem o *cumpra-se* de D. Pedro. Tais medidas

²⁶ Idem. Ibidem.

²⁷ Idem, Ibidem. p.127-8.

²⁸ Idem, Ibidem. p.128.

²⁹ Idem, Ibidem. p. 129.

³⁰ GRAÇA-FILHO, A. A. op.cit., p. 13.

³¹ SLEMIAN, A. op.cit.. p.129.

deixavam claras as intenções de manutenção da autoridade do governo ante as decisões que chegavam de Portugal. Mas estes fatos ainda não apontavam para a separação entre Brasil e Portugal como algo inexorável. Mesmo que ela já fosse cogitada, ainda não era alternativa majoritariamente desejada. Acreditava-se na possibilidade de manutenção de um governo no Rio de Janeiro, equiparado a Lisboa, que seriam “reinos irmãos” e não provocariam abalos na unidade portuguesa. A idéia de separação ainda trazia consigo o temor da desagregação do Reino.³²

A disputa entre os vários grupos influentes aumentava no Rio à medida que Bonifácio e os nobres e altos funcionários que o apoiavam ganhavam força. Os liberais iniciaram uma forte pressão para a convocação de uma Assembléia Constituinte no Brasil, com a clara intenção de impedir a centralização das decisões nas mãos dos ministros e do alto escalão do governo. Num primeiro momento, eles acreditavam que a sua realização reforçaria uma unidade de propósitos constitucionais com as Cortes lisboetas. A “independência” para eles era sinônimo de liberdade constitucional.³³

Os embates entre os membros da sociedade política tinham nas lojas maçônicas, as quais a grande maioria desses homens freqüentavam, um lócus privilegiado de embates, além da imprensa.³⁴

A alternativa de separação com Portugal foi tomando força no Rio de Janeiro a partir de junho, devido à oscilação das Cortes entre uma política conciliatória e o uso da força para controle da situação. Em setembro, chega à cidade a notícia de que os liberais portugueses revogaram a convocação da Assembléia Constituinte no Brasil e exigiam o retorno imediato de D. Pedro, sob pena de perder o direito a Coroa, o que exaltou ainda mais os ânimos. O príncipe declarou então a emancipação definitiva do Brasil de Portugal, mesmo diante da ameaça de que ela se concretizasse apenas nas províncias do Sul e Sudeste.³⁵

O rompimento com Portugal trazia em si dois grandes problemas: o da união entre as partes do Brasil e o da formação de uma nação separada da portuguesa. A independência política e a unidade territorial não nasceram juntas no processo brasileiro. A separação foi fomentada, sobretudo, por grupos envolvidos com a política no Centro-Sul, e não contou com o apoio imediato de muitas províncias do Norte e Nordeste, nas quais prevaleceu a tendência de manutenção de seus vínculos com Lisboa. Foi necessário mais de um ano de luta armada

³² Idem, *Ibidem*. p.129-30.

³³ Idem, *Ibidem*. p.130.

³⁴ Idem, *Ibidem*. A respeito do tema ver: BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006.

³⁵ Idem, *Ibidem*. p. 131.

para a adesão, especificamente da Bahia, Pará, Maranhão e Cisplatina, que negavam-se a se submeter ao Rio de Janeiro. O processo de constituição de um sentimento nacional foi longo e marcado por muitas contradições.³⁶

A independência trouxe consigo o problema crucial da construção de um país, a partir de uma sociedade cindida em grupos aparentemente inconciliáveis. Os principais desafios para os homens articulados em torno do governo do Rio de Janeiro eram os da garantia da unidade territorial e da construção de uma identidade nacional que conseguisse unificar os diversos setores envolvidos no processo. Um ponto de intersecção entre os diversos interesses que predominavam pelo Brasil encontrava-se na preservação da ordem social e econômica, daí seu peso positivo na construção da unidade nacional.³⁷

Cunha Matos abraçou a causa da emancipação de seu país adotivo com grande entusiasmo. Neste período mostrou-se em constante atenção às questões políticas brasileiras, escrevendo apelos panfletários *“ao bom senso em sincronia com as aspirações de D. João VI, que deixou as glórias do novo império a D. Pedro, erigido a Príncipe Regente do Brasil para ir defrontar-se com o liberalismo português.”*³⁸ Três panfletos de sua autoria são publicados no ano de 1822: *“Carta Histórico-Político-Militar dirigida a Certo Redactor, refutando completamente a doutrina do nº49 do Semanário Cívico da Bahia”* (março de 1822); *“Ensaio Histórico Político sobre a origem, progressos e merecimentos da antipatia e recíproca aversão de alguns Portugueses Europeus e Brasilienses , ou Elucidação de hum período da célebre Acta do Governo da Bahia datada de 18 de fevereiro do anno corrente”* (abril de 1822); e *“Nova questão política: que vantagens resultarão aos Reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera e leal”* (julho de 1822). Também em janeiro do ano de 1824 publica um panfleto: *“Verdades oferecidas aos Brasileiros por hum verdadeiro amigo do Brasil.”*

No contexto das transformações motivadas pelo movimento constitucional de 1821, destacou-se uma novidade no que se refere à liberdade de imprensa. A censura prévia foi suspensa e por um decreto de 2 de março implantou-se o direito de produção e circulação de publicações no Brasil. As centenas de panfletos e periódicos que surgiram forneceram materialidade para um debate político que até então encontrava-se incipiente.³⁹

³⁶ Idem, Ibidem. p.131-2.

³⁷ Idem, Ibidem. p. 133.

³⁸ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. *“Um soldado na tormenta”*. In: MATOS, R.J.C. **Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)**. vol.1, p.21.

³⁹ SLEMIAN, A. op.cit.. p.138.

Devido à forçada adesão do governo de D. João VI à Constituição elaborada pelos liberais em Portugal as idéias políticas que se contrapunham ao absolutismo ganharam força. Criticar o absolutismo a partir de então, passava a ser uma prática permitida e coerente, o mesmo se dava no que se referia às discussões políticas que ganharam maior veiculação através dos periódicos.⁴⁰

Os panfletos, dominados por temas políticos, alcançaram ampla divulgação entre os anos de 1821 e 1823. Houve um notável incremento também no número de periódicos a partir de 1821, com aumento significativo também de sua prática de leitura. Ambos serviram de suporte para valores e idéias, bem como de um forte instrumento de luta política.⁴¹ Esses impressos construíram a realidade e foram construídos por ela, exercendo a função de formadores de uma opinião pública na Corte. Eram divulgados verbalmente em pontos de encontro ou em locais de grande circulação de pessoas. Estabeleciam constantes polemicas entre si, com réplicas, trélicas e comentários variados publicados tanto nos jornais editados no Brasil, quanto em Portugal e Londres.⁴² Os impressos também tomavam para si a tarefa de “ensinarem” à população os ditos novos valores políticos. Assim seus redatores concordavam em apenas um ponto: na necessidade de se “educar” politicamente o povo.⁴³

Os panfletos redigidos por Cunha Matos versaram de uma maneira geral a respeito das questões em torno da permanência do Príncipe Regente no Brasil, da manutenção da integridade do Império luso-brasileiro e das rivalidades que se estabeleceram entre “portugueses europeus” e “brasileiros”.

O primeiro, datado de 1º de março de 1822⁴⁴, posterior ao “Fico”, foi redigido em função de contra argumentar o que foi publicado no nº49 *Semanário Cívico da Bahia*. Matos inicia seu panfleto acusando o redator do referido periódico de ser inimigo do Brasil, dos habitantes do país, de Portugal, do Conselho Nacional e de atuar contra “os seus próprios, e mais íntimos interesses”.⁴⁵ Também o acusa de apoiar uma “teima ultra-Constitucional Lisboense”.⁴⁶ De acordo com ele, o redator, baseado no discurso de um “Espanhol Europeu Deputado de Cortes em Madrid”, afirmara que o “Brasil pouco é sem Portugal, e que não pode figurar com dignidade como Nação livre, e independente”, valendo-se para isso “das

⁴⁰ Idem. Ibidem.

⁴¹ Idem, Ibidem. p.140-3.

⁴² RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2002. p. 29.

⁴³ SLEMIAN, A. op.cit.. p. 151-2.

⁴⁴ MATOS, R. J. C. **Carta Histórico-Político-Militar dirigida a Certo Redactor, Refutando completamente a doutrina do Nº 49 do Semanário Cívico da Bahia**. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822.

⁴⁵ Idem, Ibidem. p. 3.

⁴⁶ Idem, Ibidem. p. 4.

mesmas razões do Deputado Espanhol ajuntando outras suas em que vomita a acrimônia mais depravada.”⁴⁷

Ele se propõe então a mostrar que tal redator estava enganado e para isso retorna aos acontecimentos de 1807, com o objetivo de provar que o *“Brasil acha-se no dia de hoje nas mesmas, ou em melhores circunstâncias de representar dignamente no meio das Nações livres do Universo do que estava quando entre os braços dos seus fiéis habitantes recebeu as esperanças de Portugal, isto é o nosso Benigno Monarca o Senhor D. João VI, e a sua Augusta Família Real.*”⁴⁸

Segundo ele, o ano de 1807 foi um período de calamidades, *“ano tenebroso em que um aventureiro conspirou contra a existência de antigas Nações e generosos Monarcas”*⁴⁹, e que a cidade de Lisboa viu-se em *“pesado luto pela ausência forçada, mas necessária do mais digno de todos os Monarcas...”*⁵⁰. O rei chegara ao Brasil em 1808, *“ufano e cheio de glória”*. Os pernambucanos foram os primeiros a receberem-no com *“respeito e veneração”* - *“os Brasileiros queriam levantar-lhe um Trono nos seus corações!”*. E destaca ainda que a capitania era habitada por *“Europeus e Brasileiros, mas ali não havia forças Militares exóticas...”*, ou seja, *“toda a Tropa que guarnecia Pernambuco era Brasileira.”*⁵¹ Em seguida narra a forma calorosa pela qual o Rei fora recebido nas diversas províncias brasileiras, e em todos os casos reitera o argumento apresentado acima de que nos territórios citados⁵² não haviam *“Tropas exóticas”*, e que *“toda a guarnição era brasileira.”*⁵³ Tal argumento aparece como uma clara tentativa de provar o poder das tropas *“nacionais”*⁵⁴. E é reforçado pela narrativa dos conflitos em que as mesmas engajaram-se saindo de todos vitoriosas.⁵⁵

⁴⁷ Idem. Ibidem.

⁴⁸ Idem, Ibidem. p. 5.

⁴⁹ Refere-se às invasões francesas.

⁵⁰ MATOS, R. J. C. op.cit., p. 5.

⁵¹ Idem. Ibidem.

⁵² Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Rio Negro, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Espírito Santo, Santa Catarina, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

⁵³ MATOS, R. J. C. op.cit., p. 6-7.

⁵⁴ Mais a frente Matos irá esclarecer que por *“tropas brasileiras”* entende todas *“aquelas que foram organizadas, e armadas, e são pagas e sustentadas pelos rendimentos deste Reino, e não pelo de Portugal, ainda que as mesmas tropas fossem, ou sejam comandadas por Generais nascidos na Europa, e que nas suas fileiras tenham alguns ou muitos Oficiais, e Soldados Portugueses Europeus.”* – Idem, Ibidem. p. 21.

⁵⁵ Trata da conquista de Cayena, dos conflitos políticos no Sul do Brasil (na fronteira do Rio Grande), e finalmente do movimento revolucionário de Pernambuco (já tratado no capítulo). A respeito deste último acontecimento assim se manifesta: *“... Imprudentes Demagogos estabelecem uma república, que só existe enquanto Navios Brasileiros, e Tropas Brasileiras não se apresentam à vista do Porto e no Campo para fazerem entrar os homens na razão de que se haviam apartado.”* Concluindo que: *“...todos estes Corpos eram Brasileiros, assim como também eram as valorosas Tropas da Bahia, que tiveram a glória de esmagar a hidra revolucionária sem auxílio de forças de Portugal, nem mesmo das do Rio de Janeiro... só aos Brasileiros é que se deve a pacificação de Pernambuco.* MATOS, R. J. C. op.cit., p.8-9.

Para concluir seu “retorno” ao ano de 1807, ele afirma:

Parece-me que fica demonstrado que se o Brasil no ano de 1807 se achava nas circunstâncias de figurar mui dignamente entre as Nações do Mundo como Estado Livre Independente, capaz de se defender, de conquistar, e de ter no seu Seio o Soberano, e uma numerosa Família real, também agora por muito mais fortes razões do aumento da sua população, e agricultura, estabelecimentos literários, força física e moral de suas Tropas poderá representar dignamente como Nação livre, Soberana, absoluta, e independente entre as mais ilustres potências do Universo, muito principalmente achando-se ligado ao Reino de Portugal também livre, Soberano, absoluto, e independente, e vivendo sujeito ao mesmo excelso Monarca, e na sua ausência a seu Augusto filho primogênito e herdeiro Regente deste Reino do Brasil, e nele Lugar Tenente imediato á Sua Pessoa.⁵⁶

Através de sua conclusão podemos observar os posicionamentos políticos que Matos compartilhava. Em primeiro lugar, defende um Brasil “*livre e independente*”, mas tal independência não implicava na separação com Portugal, outra nação “*soberana e independente*”. O Reino deveria permanecer unido sob o governo do “*mesmo excelso Monarca*”, e tal união figuraria como vantajosa tanto para o Brasil, quanto para Portugal.

Novas críticas são feitas ao redator do *Semanário Cívico da Bahia* que afirmara que o Poder Legislativo deveria “*residir em um só ponto e que este deve ser Lisboa*”. Matos contrapõe tal afirmação com o argumento de que diversos reinos europeus tem “*suas Constituições, e os seus Representantes, ou Corpos Legislativos com maiores ou menores liberdades nas competentes Capitais.*”⁵⁷ E em seguida defende a instalação das “*Cortes Legislativas*” no Brasil:

Se os Soberanos Europeus, que possuem mais de um Reino acham conveniente, e a benefício dos Povos, que os Seus Estados, Dietas, Parlametos, Stortings, e outras quaisquer Assembléias se Congreguem nas Capitais dos respectivos Estados que não ficam muitas léguas distantes da Sede da Monarquia, ou residência do Monarca, como há de haver absurdo na Convocação, ou ajuntamento das Cortes do Brasil na Capital do mesmo Reino, e não na capital do Reino de Portugal? Que inconveniente se segue daqui ao bem geral da Nação? Perde Portugal alguma coisa? Se aqueles Reinos da Europa se não desligam dos Soberanos que os governam, como se há de separar o Brasil de Portugal pelo mero fato de ter aqui as suas Cortes Legislativas.⁵⁸

Mais a frente Matos irá reiterar seu posicionamento político já apresentado, desta vez com um elemento novo, o Príncipe Herdeiro como “*tábua de salvação*” para a nação brasileira:

⁵⁶ Idem, Ibidem. p. 15.

⁵⁷ Idem, Ibidem. p. 18.

⁵⁸ Idem, Ibidem. p. 20.

... entendo que a salvação do Brasil depende da Convocação, e existência das Cortes⁵⁹ na Capital do mesmo Reino, e que ai devem também residir uma Delegação Onipotente do Executivo. Se assim não acontecer, mais cedo ou mais tarde ficaremos arruinados. A única taboia da nossa salvação é Sua Alteza Real o Príncipe Regente. Seguremo-nos a ela, não a larguemos apesar de todos os esforços do Redator do Semanário Cívico da Bahia, que talvez entrando na razão e abandonando idéias ultra-Constitucionais Lisbonenses, dirá um dia, que involuntariamente ou por deslumbamento se lançava no abismo das desgraças, e com ele as pessoas que tiveram a fraqueza de o acreditarem.⁶⁰

Em sua conclusão afirma serem verdadeiros todos os argumentos apresentados por ele, pois *“Eu sou Europeu tenho servido com alguma distinção tanto em Portugal como no Brasil, e por isso não posso ser taxado de suspeito.”*⁶¹ Desta forma, demonstra que seus laços de pertencimento ainda estavam bastante apegados a sua pátria natal, entretanto isso não o impedia de também servir ao Brasil, considerado no período como uma extensão do Reino de Portugal na América.

De acordo com Gladys Sabina Ribeiro, os folhetos portugueses de um modo geral, diminuía o Brasil e os brasileiros como tática, na busca da volta da Família Real e do restabelecimento da sede da monarquia em Lisboa, e faziam-no frisando tanto o perigo de uma revolução da “gente de cor”, quanto um enfraquecimento do “progresso” a ser atingido. Por sua vez, os portugueses moradores do Brasil, escreviam panfletos defendendo o país e os “brasileiros”. Para tal utilizavam-se do termo “portugueses dos dois Reinos”, sublinhando o fato de pertencerem a uma *mesma Nação*, sendo necessária a sua união fraternal.⁶²

O segundo panfleto redigido por Matos, datado de 1º de abril de 1822⁶³, volta-se ainda mais para as rivalidades entre “Portugueses Europeus” e “Brasileiros”. Em seu texto, ele irá advogar a união entre portugueses e brasileiros em prol da Pátria, da Nação Portuguesa, baseado no argumento de *“... que os interesses de todos os habitantes de Portugal e de todos os habitantes do Brasil devem ser a salvação, a glória, e a felicidade da Pátria!”*⁶⁴ O *“espírito de separação entre os Reinos”* é duramente criticado por ele, através de

⁵⁹ Nos primeiros meses de 1822, o jornalista João Soares Lisboa elabora a tese da convocação de uma Assembléia Constituinte para o hemisfério americano (“Cortes no Brasil”), que proclamava a necessidade de assegurar os direitos do Brasil como reino e não como simples província do ultramar. SLEMIAN, A. op.cit.. p. 169.

⁶⁰ MATOS, R. J. C. op.cit., p. 20.

⁶¹ Idem, Ibidem. p. 21.

⁶² RIBEIRO, G. S. op.cit., p. 30-1.

⁶³ MATOS, R. J. C. **Ensaio Histórico Político sobre a origem, progressos e merecimentos das antipathia e recíproca aversão de alguns Portugueses Europeus e Brasilienses, ou Elucidação de Hum Período da Celebre Acta do Governo da Bahia datada de 18 de Fevereiro do Anno Corrente.** Rio de Janeiro: Typographia de Mor. e Garcez, 1822.

⁶⁴ Idem, Ibidem. p.3.

comparações com outros reinos que se separaram e acabaram por se extinguir. Em seguida condena a antipatia que surgiu entre os “Portugueses Europeus” e “Brasileiros”:

... a antipatia, e aversão de vários Brasileiros contra os Portugueses Europeus, e a de alguns destes contra aqueles, há de um dia trazer sobre nós as mesmas desgraças, os mesmos destinos que já experimentam outros Povos da Europa. Portugueses Europeus inimigos de Brasileiros! Estes adversários daqueles!! Que fratricídio, que impolítica, que calamidade, que imoral!⁶⁵

Neste panfleto, Matos esclarece-nos uma importante questão que irá permear todo o seu discurso: diz de maneira clara o que entende por *Pátria*, conceito contido em grande parte dos panfletos políticos do período e que deveria ser compartilhado entre seus pares.

Muitos filósofos dizem que Pátria é a terra do nascimento; (...) Que estouvada filosofia própria para criar egoístas! Pátria é a coisa pública; o Rei é Pátria; o Governo é Pátria; o País que habitamos é Pátria; a coleção dos nossos Concidadãos, de nossas mulheres, de nossos filhos, de nossos parentes, de nossos Amigos é Pátria; o nosso próprio bem estar é Pátria, entidade sagrada, e por cuja conservação tudo devemos arriscar. Tal é a definição de Pátria dada por um sábio Espanhol!⁶⁶

Através de suas palavras podemos concluir que o Brasil, na visão de Matos, era de fato um prolongamento de sua *pátria*, já que a mesma não era determinada pelo local de nascimento e sim pela “coisa pública” e pelo “governo”, este último sob o poder da mesma dinastia em ambas as partes do hemisfério. Deste modo, por seus *patrícios* entendia “*todos os Portugueses de ambos os hemisférios*”.⁶⁷

A rivalidade entre os “*Portugueses do antigo e do novo Mundo*”, de acordo com ele, já existia há séculos, mas vinha sendo “*furiosamente debatida*” desde dezembro do “*sempre memorável ano de 1821*” e merecia ser esclarecida para que seja dado a ela o “*conveniente remédio*”. Tal rivalidade já era antigamente perigosa, mas no momento colocava a pátria em perigo.⁶⁸

Os Donatários foram os primeiros “*que urdiram a teia da rivalidade, e antipatia entre Brasileiros e Europeus. É desde essa época desditosa que data o mal, que tanto nos aflige, mal que bem longe de diminuir, tem aumentado à medida do crescimento da população.*”⁶⁹

⁶⁵ Idem, Ibidem. p. 4.

⁶⁶ Idem, Ibidem. p. 5.

⁶⁷ Idem. Ibidem.

⁶⁸ Idem, Ibidem. p. 6.

⁶⁹ “*Como era possível, que homens livres, filhos da natureza, Soberanos absolutos dos terrenos, que cultivavam, e defendiam com o suor do seu rosto, vivessem tranquilamente, e de bom grado a invasão de um Senhor Lisbonense nas suas terras impor-lhes condições onerosas, tratá-los como Colonos, e isto só pelo único princípio de uma Carta de Doação concedida pelo favor de um Ministro, ou em recompensa de serviços feitos*”

À medida que Portugal passa a investir mais na colonização do Brasil, passam a vir para o país um grande número de pessoas

de todas as qualidades, a maior parte das quais não tinham instrução alguma, como sabiam que os Luso-Brasileiros, e as castas mistas procediam de Colonos voluntários, Degradados, Ciganos, Cristãos Novos, e pretos importados da Costa da África; como sabiam que essa tal autoridade estabelecida no País era exclusivamente exercitada por pessoas vindas de Portugal, e que havia cuidado de se excluir dela todos os crioulos, ou pessoas nascidas na Colônia, começaram aqueles ignorantes homens a tratar os Luso-Brasileiros nascidos nas Colônias, pelos epítetos de – Marcados, ou Degradados – Negros – Mulatos – Bodes – Cabras – Judeus; e quando muito favor lhes faziam, davam-lhes o nobre epíteto de – Caboclos ou Tapuios.⁷⁰

Em seguida, Matos começa a listar os motivos pelos quais as rivalidades foram alimentadas através dos tempos: os colonos não tinham acesso aos empregos públicos e aos “*conhecimentos literários*”; as autoridades coloniais eram enviadas de Lisboa; os colonos também não possuíam acesso aos altos cargos da Magistratura nem ao Exército; qualquer “*Europeuzinho*” que desembarcava no Brasil era acolhido e bem tratado pelas famílias brasileiras, casavam-se e logo faziam fortuna, mas mesmo assim faziam claras distinções entre eles (europeus) e os colonos (brasileiros).⁷¹

Na questão discutida, ele faz questão de alegar sua imparcialidade, através da apresentação de “*três verdades indisputáveis*” a seu respeito:

1^a. que eu não desejo campar como Escritor, e por isso mesmo merecem perdão os meus desacertos. O amor da Pátria, o achar-me amalgamado, e a minha família toda Européia com o Brasil, o ter unido a minha sorte à sorte deste Reino, são os motivos que escrevo; 2^a. que eu tenho mui insignificantes conhecimentos da história do Brasil; 3^a. que não escrevo por espírito de partido. Fiz a Portugal os serviços que pude. No Brasil comportei-me como homem honrado. Um Ministro de Sua Alteza Real praticou comigo a mais escandalosa violência. A Pátria já tem colhido frutos da mais negra intriga. Protesto que desejo servi-la, que nada pretendo dos Ilustres Ministros, que agora se acham a testa dos Negócios; que nenhum deles foi o meu gracioso inimigo (Deus lhe dê o céu) e que talvez também não tenha a honra de ser conhecido por qualquer dos quatro. Quem assim fala não é suspeito de parcialidade para com o Brasil, nem para com Portugal.

em remotíssimas partes do Universo? (...) que ódio, que rancor, que aversão contra os déspotas que esbulhavam os homens do patrimônio adquirido, e renegado com o seu sangue, e o seu suor!” - Idem, Ibidem. p. 8.

⁷⁰ Idem, Ibidem. p. 11.

⁷¹ Idem. Ibidem.

A partir da exposição dos fatos, de todas as mazelas do “*detestável sistema Colonial*”⁷² ele conclui que:

Eis aqui a exposição de um grande número de fatos notáveis acontecidos no Brasil desde a época da sua Colonização até o tempo da chegada de S. Majestade. Por ela fiz ver aqueles em que os Europeus foram agressores, e outros em que as hostilidades foram cometidas pelos Brasileenses contra os seus irmãos de Portugal. Estou certo, que todo o homem sisudo, que se despir da prevenção achará que os Europeus, seja pelo título de descobridores, seja por ser considerarem nascidos na Mãe Pátria, de onde nos vinham as Leis, os Governadores, os Magistrados, os Chefes Militares, o maior número de Empregados públicos, de onde nos vinham os gêneros preciosos para vestuário, muitos comestíveis de luxo, ou indispensáveis; de onde nos vinham as luzes, ou conhecimentos teóricos, os mestres dos Ofícios Mecânicos, e de onde finalmente nos veio a nossa Religião, e os seus Ministros, os usos, os costumes, os prejuízos, o fanatismo, e a superstição talvez por estes motivos os Europeus se julgassem com direitos de nos tratarem pelo modo com que os Espartanos tratavam os seus Helotes, ou que os Srs. de Feudos olhavam para os seus Escravos.⁷³

Na passagem acima é interessante atentarmos para alguns elementos do vocabulário de Matos. Em primeiro lugar, apresenta os brasileiros como “*irmãos*” dos habitantes de Portugal. Em seguida faz alusão a toda estrutura que veio para o Brasil da “*Mãe Pátria*”. Estrutura esta que talvez tenha servido aos “*Europeus*” para “*nos*” tratarem como “*escravos*”. Fica bastante claro como a questão identitária ainda estava profundamente amalgamada à idéia de Portugal como “*mãe pátria*”. Mas o mais interessante é que no final, Matos que também é um “*Europeu*”, coloca-se no grupo dos “*brasileiros*” quando fala que os europeus “*nos*” tratavam como escravos.

Sua argumentação sobre os males sofridos pelo Brasil é retomada mais a frente e acrescida dos acontecimentos que passaram a permear a cena política após a partida de D. João VI:

Sim Brasileiros, vós já vistes o que podíamos esperar dos nossos Lusitanos, que reputam os naturais do Brasil, irmãos bastardos, ou filhos espúrios dos Europeus. Vós já vistes os papéis de Lisboa cheios de sarcasmos indignos, e negras inventivas contra os nossos filhos, as nossas mulheres, os nossos amigos, e parentes. Vós já fostes tratados como Orangotangos, hordas de negros pescados nas Costas da África, e Tapuios tirados dos fundos dos bosques: Vós já vistes nos próprios Diários do Governo ser olhado o nosso Exército como um Corpo de Milicianos

⁷² Tais males, segundo ele eram “*O Sistema de Monopólio Absoluto, Exclusão dos Estrangeiros, Entraves ao adiantamento das Ciências, Preterições sistemáticas no Exército, Governadores sem responsabilidade, ou com ela puramente nominal, Estado constante de transferir para a Mãe Pátria toda a riqueza das colônias, Extirpação, e completa ruína das nossas pequenas, mas brilhantes Fábricas de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais!!*” – Idem, Ibidem. p.30.

⁷³ Idem, Ibidem. p. 27-8.

composto de dois pretos, dois pardos e um branco = Vós já vistes que eles disseram que não há no Brasil quem saiba que coisa é Constituição: (...)Vós tendes visto a nulidade absoluta dos nossos Deputados em Cortes; o suspeito silêncio de uns, o desprezo que se faz de outros: Vós já vistes o dia 5 de Junho de 1821, em que a Tropa Lisboense insubordinada deu a Lei no meio desta pacífica Cidade: Vistes o descaramento com que no dia 9 de Janeiro de 1822 essa mesma Tropa quis anular o nosso melhor direito, o sagrado direito de Petição: Vistes a Rebelião aberta em que no dia 11, e seguintes, estiveram contra a Sua Alteza Real, única autoridade revestida do Poder Executivo, que lhe foi delegado por El Rei Seu Pai, e Nosso Augusto Soberano: Vistes os seus delírios enquanto se demoraram na Armação da Praia Grande, e os sustos que os pacíficos habitantes desta Cidade trouxeram no fundo da alma: Vistes as recentíssimas calamidades da Bahia, e de Pernambuco: Vistes as pérfidas , e falases sugestões com que iludiram a um crescido número de ignorantes, que ou por aspirarem ao antigo monopólio do negócio, ou por desejarem que as Províncias ficassem divididas para mais depressa serem subjugadas, ou porque tem a perversidade alojada nos seus corações, e são inimigos graciosos dos Luso-Americanos, ou por que finalmente queiram saquear-nos, e dar por justas as Contas com os seus Credores, todos eles suspiram pela retirada de Sua Alteza Real para Portugal. Miseráveis, sabeis o que desejais? Tendes vontade de ver correr Rios de Sangue pelas ruas desta Cidade? Tendes apetite de copiar as trágicas cenas de Buenos Aires? Quereis a infalível e eterna separação entre o Brasil e Portugal? Ah desgraçados, tremei da sorte que vos esperava!⁷⁴

Nesta passagem ele aproveita para associar aos “*inimigos dos luso-americanos*” tais ações sofridas pelo Brasil, inimigos estes que pretendiam a volta do Príncipe para Portugal, o que segundo Matos seria responsável pela ruína do Brasil e pela desagregação de seu território.

Para demonstrar a imparcialidade dos argumentos já apresentados ele agora dá voz aos europeus:

Depois de haver mostrado os justos motivos de queixa, que os Brasileiros tem dos Europeus, exige a imparcial justiça que sejam ouvidos os últimos, para dizerem a seu favor tudo o que lhes lembrar. (...) Eu advogo a causa dos Portugueses Europeus do recinto da Mãe Pátria, tudo isto é verdade: As queixas dos Brasileiros versam tão somente contra alguns Europeus residentes, ou que teriam exercitado empregos no Brasil. Estes homens (pela maior parte) discorrem por outros princípios, e põem em prática no Brasil, termos diferentes daqueles de que se servem os que estão em Portugal. (...) Em conclusão, aqueles Portugueses, que residem no Brasil e vexaram os Brasilienses são homens muito diferentes do honrado Povo de Portugal, que nunca veio ao Brasil, ou que não tem relações de conveniência direta com o mesmo Reino: Esta gente é boa, e a outra é uma raça

⁷⁴ Idem, *Ibidem*. p. 32.

degenerada, uma horda de egoístas, uns inimigos públicos ou secretos da sua Pátria.⁷⁵

Desta maneira, Matos deixa bem claro que os problemas e conflitos gerados séculos atrás não tinham nos portugueses os culpados, mas apenas em alguns portugueses que vieram para a América.

Em sua conclusão, ele retoma os argumentos apresentados em função de pregar a paz entre os habitantes já que todos eram “*portugueses*”, “*irmãos*”, “*filhos da mesma Pátria*”, e fala a respeito do sistema de governo defendido por ele:

... Os dois Reinos governados pelo mesmo excelso Monarca, ligados os Povos pelos vínculos de sangue, de religião, com os mesmos costumes, prejuízos, e inclinações devem dentro de poucos anos chegar ao mais alto termo de glória: ajudando-se reciprocamente nas suas necessidades, não afetando esta ridícula superioridade, que por si só basta para dividir, e separar não um Reino, mas muitos Impérios: tendo o seu Rei na parte mais importante, rica, e segura dos Estados e não vedado de ir de um, ao outro País (como impoliticamente se Decretou, mostrando-se daquele modo, que só Portugal, e Algarve é Reino Unido); conservando Corpos Legislativos tanto em Portugal, como no Brasil; existindo uma Regência, ou delegação onipotente do Poder executivo no País onde o Rei não estiver; expedindo esta Regência ou Delegação todas as Ordens em nome do Rei para se conhecer que o Rei é um só, e uma a Monarquia; introduzindo, e generalizando as ciências pelo estabelecimento de Universidades; dando o prêmio a quem tocar, e o castigo a quem merecer; melhorando a sorte dos Cidadãos; aumentando o seu número por via de emigrações estrangeiras, e pela emancipação dos Escravos pardos, naqueles tempos, e por aqueles meios que o Congresso Nacional tiver por mais acertado... Se todas as Províncias se ligarem cordialmente, e reconhecerem sua Alteza Real, como Centro de União no Brasil e Lugar Tenente de El Rei seu Pai, e Nosso Monarca, durante a ausência deste; se nos amarmos reciprocamente os Portugueses de ambos os Mundos, se assim fizermos, oh Portugueses está consumada a nossa felicidade, e preenchidos os fins que devemos esperar.⁷⁶

Um terceiro panfleto é editado em 1º de julho de 1822.⁷⁷ Nele Matos reitera a maior parte de suas opiniões a respeito das vantagens que serão obtidas da união entre Portugal e Brasil. Novamente as rivalidades entre “*portugueses europeus*” e “*brasileiros*” será veementemente criticada, e a igualdade de direitos entre os dois hemisférios governados pelo mesmo monarca é defendida. A permanência do Príncipe Herdeiro é aqui também apontada como tábua de salvação da Nação.

⁷⁵ Idem, Ibidem. p. 34.

⁷⁶ Idem, Ibidem. p. 36.

⁷⁷ MATOS, Raimundo José da Cunha. **Nova Questão Política: que vantagens resultarão aos Reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera e leal?** Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1822.

O texto se divide em duas partes, na primeira constam as questões apontadas acima. Já na segunda, um *post scriptum* datado de 23 de julho, Matos redige uma espécie de resposta as acusações⁷⁸ que sofreu devido ao panfleto que redigiu contestando as afirmações do redator do *Semanário Cívico da Bahia*. Seus argumentos de defesa nos revelam o sentimento de pertencimento que ele adquiriu por sua pátria adotiva, sentimento este que não se separava dos que nutria por sua pátria de nascimento:

... eu incendiário, eu perturbador, eu impolítico, eu inimigo de Portugal!!! serei por ventura Apostata? passaria de Português a Elche? aborrecerei a terra em que vi a luz do mundo? não certamente: Eu sou Europeu tão honrado como o melhor homem nascido em Portugal: sou Brasileiro, e de sentimentos tão puros com o melhor Português nascido no Brasil: não faço distinção entre um, e outro Reino; protesto viver, e morrer por ambos, e também protesto a face do Céu, e da Terra que serei implacável e eterno adversário de todos os adversários do Brasil, e de todos os inimigos de Portugal, que quiserem atacar a honra, a dignidade, e os interesses do Brasil Pátria, cuja sagrada Égide me ampara, cuja substância me alimenta, cujos habitantes me honram, e cujo Governo me encaminha a uma feliz tranquilidade. Estes mesmos sentimentos eu desempenharia em Portugal se lá me achasse; isso mesmo pratiquei em quanto lá estive: obediência cega ao Governo, respeito, e veneração aos superiores, candura, e fraternidade com os iguais.⁷⁹

Dentre as inúmeras respostas ácidas e justificativas de todos os seus argumentos apresentados tanto no panfleto que contestava o *Semanário Cívico*, como no que versava a respeito das rivalidades entre “*portugueses europeus*” e “*brasileiros*”, ele aproveita para assinalar seu posicionamento político:

Acreditem-me: eu não sigo partidos, não entro em clubs, não mendigo proteções; estou capacitado de que me comporte como Cidadão pacífico, amante sincero do Brasil e de Portugal; não conheço que cousa é servilismo: muito pouca gente sabe quem eu sou; o meu joelho curva se a Deus, ao Soberano, e mais ninguém, e por isso lançando a minha luva para o campo como gage de batalha, desafio-os a combaterem-me, ou a imitarem-me.⁸⁰

E finalmente conclui colocando-se primordialmente a serviço de sua pátria:

Parece-me suficiente o que acabo de dizer para mostrar aos meus detratores, que os não temo: que a minha consciência não me acusa; que defenderei os interesses do Brasil, (os bem entendidos interesses dos homens honrados, e nunca os de meia dúzia de anarquistas) enquanto vida tiver; e ultimamente servindo-me das palavras

⁷⁸ “... servi de alvo á maledicência de certos esturrados, que deprimem tudo aquilo, que toca no seu melindre, e amor próprio ainda o mais desordenado, e de outros que sem quererem refletir no sentido literal, e genuíno das expressões, traduzem o que não entendem, e desaprovam aquilo sobre que não querem meditar.” Idem, Ibidem. p. 11.

⁷⁹ Idem, Ibidem. p. 11-2.

⁸⁰ Idem, Ibidem. p. 14.

do Ilustre, e sábio Marquez de Penalva, e ide dizer-lhes de cara a cara que = as verdades que declaro com a pena, estou pronto a defender com a espada.⁸¹

Através dos panfletos redigidos por Matos podemos observar o processo de construção política da distinção entre “*portugueses*” e “*brasileiros*”, que tinha pouca relação com o local de nascimento⁸². Como podemos perceber o termo “*brasileiro*” não representava uma alteridade em relação ao “*português*”, ambos os termos designavam os filhos da mesma “*mãe pátria*”.

Foi durante o ano de 1821, quando emergiram as reivindicações para a manutenção da paridade política entre o Reino do Brasil e o de Portugal, quando D. João VI volta para a Europa, que foram cunhadas as expressões “*portugueses europeus*” e “*portugueses brasileiros*”. Tais expressões além de apontar para a mesma referência nacional, também apontavam para diferenças que envolviam repercussões politicamente importantes.⁸³

Daí nasceu um dos significados de “*independência*”, que representava a conquista de uma liberdade a partir dos valores da Constituição, o que não passava pela dissolução da nação portuguesa, mas ao contrário, buscava-se o fortalecimento de sua união.⁸⁴

O “amor à Pátria”, tão ressaltado no discurso de Matos, virou neste contexto palavra de ordem diante do significado de luta pela causa do Brasil e de sua liberdade ante a Portugal. Mas, entre outros significados que a palavra podia indicar, ela não implicava necessariamente no abandono do desejo de união com a nação portuguesa.⁸⁵

A polarização entre os termos foi construída em meio à fluidez dos posicionamentos no jogo político, e à medida que os vocábulos “*portugueses do Brasil e do além-mar*” serviam para informar projetos cada vez mais distantes entre si. Mas, mesmo após a separação política de Portugal, a herança lusa ainda se fazia notar.⁸⁶

Após a Independência a ofensiva contra os opositores a “*causa do Brasil*” aumentou significativamente. Ao longo de 1823, o governo passou a sequestrar propriedades de portugueses que fossem acusados de não pactuar com o Império do Brasil. As hostilidades contra esses portugueses também começaram a acentuar-se entre a população. Tais questões faziam-se notar na imprensa. O *Tamoyo* (comandado pelos irmãos Andrada) colocava-se abertamente contra os “*Portugueses*” identificados pela alcunha de “*Portugueses Europeus*” ou apenas “*Europeus*”. Segundo ele, só seriam aceitos como brasileiros (tanto como os que

⁸¹ Idem, Ibidem. p. 15.

⁸² SLEMIAN, A. op.cit.. p. 166.

⁸³ Idem, Ibidem. p. 167.

⁸⁴ Idem, Ibidem. p. 168.

⁸⁵ Idem, Ibidem. p. 170.

⁸⁶ Idem, Ibidem. p. 171.

aqui nasceram) os portugueses que sinceramente adotaram o Brasil como Pátria no princípio da luta da Independência. Os correspondentes do *Correio do Rio de Janeiro* contestavam tais idéias e acusavam os Andradas de contribuírem para o antilusitanismo na cidade.⁸⁷

Essa discussão sobre o que era o “*brasileiro*” e de como os “*portugueses*” poderiam ser assim considerados foi alvo de um projeto, elaborado pelo Deputado Muniz Tavares, apresentado à Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1823. Em tal projeto definiu-se que eram “*brasileiros*” todos os portugueses que aderiram à “*sagrada causa da Independência*”. Os de conduta suspeita deveriam ser retirados do país. A discussão sobre o assunto perdurou meses na Assembléia até que foi excluída da pauta de debates. A mesma voltou a centro do debate quando estava em pauta a questão da decisão sobre quem seriam os “*cidadãos brasileiros*”, segundo o projeto constitucional.⁸⁸

2.2. Cunha Matos: Governador das Armas da Província de Goiás.

No ano de 1823 Cunha Matos assumiu o cargo de Governador das Armas da província de Goiás.⁸⁹

Ele chegou a Goiás a 15 de junho de 1823 e foi recebido pelos goianos com “*inequívocas provas de gentileza e grande afeto*”⁹⁰ como ele mesmo escreveu ao ministro da Guerra, dias depois.⁹¹ Segundo *Americano Brasil*, logo no primeiro contato entre Matos e as autoridades do Governo da província estabeleceu-se o clima de rivalidade que marcou as relações entre o Governador das Armas e a Junta Provisória durante todo o período em que permaneceu na província de Goiás.⁹² Tal rivalidade se iniciou devido ao programa de trabalho que Matos pretendia implantar, gerando incompatibilidades com a situação política local. Este programa previa uma série de reformas militares, fiscalização dos projetos de

⁸⁷ Idem, *Ibidem*. p.171-3.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*. p. 175.

⁸⁹ **Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 162 (410) 219-226, Rio de Janeiro, jan./mar.2001. p.222. O período em que exerce esse cargo (1823-1826) foi analisado por *Americano Brasil* e publicado na Revista do IHGB, com a transcrição de várias de suas correspondências oficiais. Na opinião deste autor a parte mais significativa da correspondência de Matos é aquela trocada com o Ministro da Guerra, com o Conselho Administrativo, com o presidente e com o bispo, todas de cunho mais reservado. BRASIL, *Americano. Cunha Matos em Goiaz (1823-1826)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 96, v.150, 1924. p.177-251.

⁹⁰ BRASIL, A. *op.cit.*, p.185.

⁹¹ Ofício de Raimundo José da Cunha Matos ao Senhor João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, datado de 23 de junho de 1823. Publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 96, v.150, 1924. p.214-218.

⁹² BRASIL, A. *op.cit.*, p.185.

engenharia desenvolvidos na província e implantação de projetos relativos à educação da população.

Em seu primeiro ofício enviado ao Ministro da Guerra, Matos, além de apresentar suas propostas de trabalho, relatou ao mesmo que dois dias depois de chegar à província publicou sua primeira ordem do dia, sendo ela, de acordo com suas palavras, a exposição de sua “*fé política*”. Afirmou ainda que não pouparia esforços para colocar em prática o que escreveu e recomendou aos militares. Logo em seguida, inicia um relatório sobre o estudo geral a respeito da província que empreendeu a fim de informar à Corte a situação da força armada e suas exigências imediatas, e também dos negócios políticos, sobretudo da agitação que ocorria no norte da província. A respeito do estado militar escreveu circunstanciado relato e adiantou os planos de uma reforma futuramente adotada. Neste relatório, criticou severamente o estado de desorganização e indisciplina em que se encontravam as tropas. Outras críticas também foram dirigidas ao estado de decadência em que se encontrava a província:

O antigo sistema do governo, a severidade do Fisco, as violências do Juízo dos Defuntos e Ausentes iam acabando de uma vez com as riquezas e os homens daquele vasto território. Eu não posso ouvir sem mágoa as façanhas e os excessos de alguns magistrados. Imensas fábricas de açúcar e mineração destruídas por causa das dívidas que continuavam a ser com a pessoa de outros devedores, que no fim de pouco tempo experimentavam a mesma desgraça daqueles, cujos bens haviam arrematado. São estes os motivos da extrema decadência, pobreza e miséria dos habitantes desta província atenuada. Aqui não há homens ricos, as fábricas são pequenas, a mineração acha-se extinta, a preguiça e insolência fazem progressos, a ignorância cresce, a miséria aumenta, e este belo território dentro de pouco tempo será coberto de feras e de índios selvagens, se o Governo de Sua Majestade não o livrar do abismo em que vai precipitar-se.⁹³

Cunha Matos também apresentou os estudos que fez a respeito do guarnecimento militar da província com fortes e tropas. Mas, para o empreendimento de seus planos dependia da boa vontade da Junta da Fazenda e dos políticos goianos, contudo, segundo *Americano Brasil*, “*estes já o conservavam na conta de um revolucionário*”⁹⁴, devido aos seus projetos e ao rigor da disciplina que pretendia implementar.

Ainda neste ofício, Matos ofereceu-se para outras funções além das que fora encarregado inicialmente sem exigir para tal nenhum tipo de gratificação. Segundo ele, trabalharia exclusivamente em nome da glória e prosperidade da sua Pátria adotiva:

Bem conheço que sua Majestade Imperial dignou-se encarregar-me unicamente do governo das armas. É este o meu elemento, e militares são as minhas atribuições. Entretanto, como não há pessoa alguma que me exceda em bons desejos, ofereci-

⁹³ Idem, Ibidem. p.215.

⁹⁴ Idem, Ibidem. p.189.

me à Junta do Governo Provisório com quem conservo a mais admirável harmonia e boa inteligência não só a ir examinar os trabalhos, canais e máquinas das minas de Anicuns, as do Rio Claro, Diamantina e quaisquer outras das riquíssimas desta província do ouro e preciosidade, posto que pobre ou indigente, como a tomar a meu cargo o conserto, cobertura das novas estradas, construção e reparo de pontes e barcos dos rios, conserto e limpeza das fontes e calçadas, e mostrar como se quebram e se extraem pedras, a ensinar a mocidade os princípios de matemática, a língua francesa e inglesa; finalmente ofereci-me a empregar-me com a minha habitual atividade e assim concorrer para o bem da província e dos seus habitantes, como melhor se pode desejar. Os meus oferecimentos dirijo à Sua Majestade Imperial por intervenção de V.Ex., certificando a V.Ex. que por estes ou quaisquer outros trabalhos civis, em que Sua Majestade Imperial queira que me empregue, não exijo gratificações, remunerações, ajudas de custo nem vencimentos, porque são bastantes os que percebo na minha qualidade militar, e nada mais ambiciono do que a glória e prosperidade da minha Pátria adotiva e da honra e magnificência de Sua Majestade Imperial e da fortuna e felicidade dos súditos deste Império.⁹⁵

No mês de setembro de 1823, no Rio de Janeiro, iniciam-se as discussões a respeito do projeto constitucional na Assembléia, marcadas por um forte clima de discordância entre os deputados. Ante a dificuldade de acordo entre os mesmos, no que se referia aos fundamentos das novas bases constitucionais, D. Pedro ordena o fechamento da Assembléia no mês de novembro por meio de força militar. Em seu lugar foi nomeado um conselho restrito encarregado da elaboração da Constituição. Em 1824 foi outorgada a Constituição brasileira por carta apresentada ao público. Esta criou elementos bastante afeitos à conservação da ordem como o Poder Moderador e o Senado vitalício eleito em lista tríplice.⁹⁶

No ano de 1824 Cunha Matos redige um novo panfleto político.⁹⁷ O texto se inicia com a afirmação da continuidade monárquica no período em que D. Pedro assume o trono.⁹⁸ De acordo com Matos, ele era o herdeiro legítimo do trono e se convocou a Assembléia Constituinte por meio de um decreto, por “*outro a podia dissolver*”⁹⁹, pois o “*modo porque o Brasil ia desgovernado era para precipitar-se.*” Assim “*O Imperador deu-lhe uma Constituição, esta agradou, nada há mais regular.*”¹⁰⁰

⁹⁵ Idem, Ibidem. p. 217-8.

⁹⁶ SLEMIAN, A. op.cit.. p. 134.

⁹⁷ MATOS, R. J. C. **Verdades oferecidas aos Brasileiros por hum verdadeiro amigo do Brasil.** 4 de janeiro de 1824.

⁹⁸ “*O Príncipe herdeiro cedendo às circunstâncias, e a súplica da maior parte da Monarquia, empunhou o cetro que lhe competia, sem alguma alteração mais do que a mudança do nome Rei para Imperador. Não há aí outra Dinastia, não há interrupção, usurpação, revolução ou pacto algum novo.*” Idem, Ibidem. p. 4.

⁹⁹ Mais a frente Matos irá reiterar seu apoio a D. Pedro pela dissolução da Assembléia Constituinte de maneira clara: “*Na necessidade que há de um código atenda-se que tais obras se não podem fazer no tumulto das assembleias, que é trabalho de um legislador no silêncio do retiro consultando a ninfa Egeria. Não há entre os códigos que mais honram os povos, um que não fosse o resultado de concepções de um só homem...*” Idem, Ibidem. p.18.

¹⁰⁰ Idem, Ibidem. p. 5.

De acordo com Matos foi Portugal o responsável pela separação política entre os reinos: “*O Brasil era Reino unido com Portugal, este deixou de ser um Reino, passou a ser outra coisa que não agradou ao Brasil, rompeu portanto Portugal o laço da união.*”¹⁰¹

O papel de salvador da Nação atribuído a D. Pedro, que livrou o Brasil da desagregação e da “revolução” é novamente reafirmado por Matos:

Se o Brasil fosse constringido a baixar de sua elevação, levar-se-ia a esforços que disparariam em excessos. Então é que haveria revolução, então é que o povo reassumia seus direitos, e se faria, depois de nadar em sangue, governar quem sabe como! Eis as desgraças de que o Imperador salvou o Brasil sem minguar da dignidade daquele Império.¹⁰²

Em seguida afirma:

O mecanismo social consiste em ter a lei força bastante para proteger o cidadão, e o espírito público firmeza assaz para conservar a lei. Dizia Platão que os Povos seriam felizes quando os Reis fossem filósofos, mas faltou lhe ajuntar, e quando os Povos fossem dignos destes Reis.¹⁰³

A partir de então passa a criticar veementemente o emprego de uma “*Constituição liberal*” no Brasil, que de acordo com ele, não estava preparado para tal devido à falta de instrução que predominava no país. Passa a partir daí a questionar-se onde no Brasil seria possível encontrar educação e saber, já que mais da metade de sua população era composta de escravos e o restante de homens livres de todas as cores e Europeus Portugueses que pra cá vieram mendigar fortuna.¹⁰⁴ Avalia todos os segmentos da sociedade brasileira e chega a conclusão de que não seria na classe dos comerciantes que se encontrariam as luzes. Nem na tropa, onde não se conhecia a disciplina nem a ciência, pois nesta nada convidava aos estudos. O mesmo se dava entre o clero, cujos membros na maior parte aderiram ao claustro para fugir do recrutamento e da miséria (estes não receberam mais do que lições de “*rançosa teologia*”). Também no campo não se encontravam luzes nem educação. Por fim afirma:

De que resta ainda falar? De bem poucos: e é para esses poucos homens que se há de dar uma constituição para a qual só eles, e não a massa geral está preparada? E há de dar-se a todos os estômagos, alimento que só poucos podem digerir? E são amigos da pátria os que o exigem?¹⁰⁵

¹⁰¹ Idem, Ibidem. p. 6.

¹⁰² Idem, Ibidem. p.7.

¹⁰³ Idem, Ibidem. p. 8.

¹⁰⁴ Idem, Ibidem. p. 10.

¹⁰⁵ Idem, Ibidem. p. 13.

Assim fundamenta sua argumentação no que diz respeito à falta de preparo do povo brasileiro para uma “Constituição liberal”, já que

A Natureza não dá saltos, o mundo moral segue as mesmas leis que o físico; não se passa de repente da ignorância, e dos vícios as luzes e virtudes. Quando em continente se quer inocular em um povo idéias que ele não tinha, e chamá-lo a exercícios de direitos e deveres para que não está preparado, a consequência é a anarquia.¹⁰⁶

Baseado nisso afirma que somente os proprietários deveriam possuir meios de atuar politicamente:

... aquele que mais tem que perder em um país, é o que mais interesse por ele tem, interesse que constitui o patriotismo material que a educação enobrece, cumpre que de mãos dadas ande o governo com o proprietário, contra os dramas, e embustes dos zangões da sociedade.¹⁰⁷

E, portanto, deveriam ser eles os membros a compor a Assembléia:

É preciso que a Nação seja representada, e intervenha na formação das leis. Mas quem deve compor a Assembléia? (...) Para evitar-se o mal, o meio é assinalar o cabedal que deve possuir cada indivíduo para poder ser eleitor, o que deve possuir para ser Deputado: sendo o mais seguro guia as contribuições que cada um paga, e finalmente haverem duas câmaras, entrando em uma, somente aqueles que mais têm a perder, afim de que reunido, oponham face aos outros.¹⁰⁸

Matos também defende a existência do Poder Moderador e o controle das Câmaras pelo Imperador através do veto. A este último deveria competir a iniciativa das leis, pois como dirigente do Governo era ele o maior conhecedor das “*necessidades da Nação*”.¹⁰⁹

Na parte final, ele retoma toda a argumentação apresentada ao longo de seu texto, fala a respeito da forma de governo que ele considera mais eficaz e coloca-se incondicionalmente a favor do Imperador:

... Seus contínuos desvelos em socorrer as Províncias invadidas, ou ameaçadas, a Sua eficácia em criar uma Marinha respeitável; o amor que consagra aos Seus Povos; as sublimes virtudes da nossa Incomparável Imperatriz; o esquecimento do Seu País natal, das delícias da Europa, e das relações íntimas com a Sua Augusta Família de Portugal, mereciam certamente Senhor uma melhor correspondência da parte daqueles a quem cumpria fazer a felicidade dos Povos do Império, que desaparecia como o fumo apenas V. M. I. dissesse (o que Deus não permita) retire-me do Brasil. (...)Ninguém mais do que o Governador das Armas da Província de Goiás é inimigo da tirania e da opressão. O seu comportamento é sobejamente

¹⁰⁶ Idem, Ibidem. p. 15.

¹⁰⁷ Idem, Ibidem. p. 18.

¹⁰⁸ Idem, Ibidem. p. 20.

¹⁰⁹ Idem. Ibidem.

conhecido: ele não deseja que V. M. I. seja Soberano Despótico, mas ainda menos deseja que V. M. I. seja tratado como um vil escravo: ele não deseja que os atos das patrióticas deputações, e súplicas das províncias, cidades, e vilas deste império; o sublime Título de defensor perpétuo; a gloriosa aclamação de Vossa Majestade Imperial; e a sua solene coroação, e sagração venham a ser consideradas pelas potências européias, e pelos sisudos Brasileiros como farsas ridículas, próprias de um teatro no Carnaval; ele deseja que V. M. I. seja um príncipe Poderoso, e Respeitável, que Governe os Seus Povos com Leis justas, fundadas em uma constituição, em que os elementos do Poder estejam tão sabiamente distribuídos, que V. M. I., e os representantes da nação, podendo-nos fazer todos os benefícios, não estejam ao alcance de praticarem contra nós o menor mal: ele deseja que o contrato social em que tanto se fala seja guardado entre V. M. I., e a nação em perfeita liberdade, sem a menor sombra de coação de parte a parte... (...) ele não deseja que V. M. I. seja um simples pregoeiro dos decretos da assembléia constituinte; ele prefere (se a desgraça do Brasil o permitir) ser governado despoticamente por V. M. I., e por todos os seus ministros, a ser tiranizado por uma assembléia subjugada, como o são todas as assembléias populares, por uma facção de homens atrevidos, ou eloqüentes, que lançando mão de teorias de gabinete, e de idéias puramente metafísicas, faltos de experiência dos negócios, correm de tropel atrás de uma bela quimera, do máximo da perfeição Platônica. (...) Ah, Senhor, praza o céu que os Brasileiros se contentem de imitar os Ingleses. Nada de teorias desconhecidas, nada de idéias abstratas para governar os Povos do Brasil, Povos inocentes, briosos, dignos da melhor sorte. Ciência ligada à experiência é que deve guiar a nau do Estado, e conduzi-la a porto de salvamento. Seja V. M. I. nosso Piloto: seja V. M. I. nosso salvador, assim como já é nosso defensor perpétuo, e esteja V. M. I. convencido de que V. M. I. achará sempre ao seu lado os fiéis Brasileiros, que querem um Império, e um Imperador sempre Augusto, livre, benfazejo, e unicamente subordinado as Leis estabelecidas com o mútuo e recíproco consentimento de V. M. I., e da generosa Nação Brasileira.¹¹⁰

E conclui jurando fidelidade eterna ao Imperador e à “causa do Brasil”:

... o Governador das armas da agreste e atenuada, mas pacífica, e mui fiel Província de Goiás, juntamente com o pequeno exército que tem a honra de comandar, protestam defender à Sagrada Pessoa de V. M. I., e o seu sublimado império, e a sua augusta família, e dinastia: protestam defender, e observar mui religiosamente a constituição, e leis do império, que forem legitimamente promulgadas; protestam concorrer para a conservação da absoluta independência; e integridade da monarquia do Brasil, e estão prontos a combater os cruéis inimigos da sua pátria, e de V. M. I. se vierem de além mar com a danada intenção de nos escravizarem.¹¹¹

Matos reafirma assim seu papel de defensor da causa brasileira. Papel este que será reforçado em outros ofícios que redigiu enquanto Governador das Armas da província de Goiás.

¹¹⁰ Idem, Ibidem. p. 40-3.

¹¹¹ Idem, Ibidem. p. 43.

Em ofício dirigido ao presidente da província datado de 24 de dezembro de 1824, a respeito da fundação do Hospital de Caridade, Matos coloca-se como “*bom brasileiro*”. Expôs também seus princípios religiosos e falou a respeito das obras caritativas já empreendidas pelo governo de Portugal.¹¹²

Em seguida criticou novamente a situação econômica da província, desta vez levantando questionamentos a respeito do “*patriotismo*” dos seus habitantes:

...pergunto eu: haverá patriotismo, haverá constância para levar avante os desejos caridosos de V.Ex.? Haverá meios para a compra do edifício, prontificação de utensílios, sustentação dos enfermos, pagamento dos empregados, aquisição dos medicamentos? Interessar-se-ão os habitantes do Norte e ainda os do Sul na conservação de um hospital em Goiás, isto é, em lugar remotíssimo daqueles em que eles habitam?

Eis aqui as dúvidas que se apresentam aos meus olhos e que a meu ver são de grande peso no atual estado de decadência, a que a província se acha reduzida por falta de Polícia, pela escassez de numerário, pela intenção dos trabalhos das minas e por mil outras ocorrências que não aponto a V.Ex. por serem sobremaneira repugnantes ao coração do homem honrado. É justo que todos contribuamos para o estabelecimento do Hospital, mas ainda mais justo é que comecemos o edifício pelo seu verdadeiro alicerce, quero dizer pela dotação(...) ...eu sou o primeiro que lanço o meu nome na lista, subscrevendo cinquenta mil réis em cada ano que estiver empregado na província de Goiás e por uma vez a quantia de cem mil réis para prontificação do edifício, utensílios e outros artigos indispensáveis.¹¹³

Matos apresentou um circunstanciado resumo dos trabalhos que empreendeu enquanto governador das armas, em ofício datado de 26 de fevereiro de 1825, dirigido ao Conselho do Governo da Província. Neste ofício relatou suas atividades militares (inspeção e revista das tropas, marchas para defesa do território), a fiscalização da Fazenda que empreendeu, a criação de um aldeamento indígena e as punições disciplinares aplicadas. Assim resume seus trabalhos:

Nunca consenti a indisciplina; tratei da conservação e bom reparo dos quartéis; fiz remonta da cavalaria por subscrições voluntárias; reformei e concertei o armamento da infantaria; tratei caridosamente os soldados no hospital; nunca invadi jurisdições, e mantive as minhas prerrogativas com toda a força que me impõe a lei; conservei os povos em paz que felizmente continua; não fiz extorsões, não dilapidei a Fazenda Pública; não devo um só real a pessoa alguma; respeitei os direitos dos homens e obedeci às autoridades nos pontos em que me podem fazer respeitável; mostrei-me constante como bom brasileiro; paguei sempre 14 ações mensais, de 300 réis cada uma, a benefício do aumento da Marinha do Império; contribui para a construção e sustentação do Hospital desta cidade, subscrevendo

¹¹² BRASIL, A. op.cit., p .223.

¹¹³ Idem, Ibidem. p.224.

100\$000 por uma vez e 50\$000 anualmente enquanto estiver empregado; não me poupei ao trabalho; nos perigos fui o primeiro e nas privações não fui o último; como soldado, como filósofo e como historiador tenho concorrido com todas as minhas forças para a glória da província de Goiás, e a minha consciência não me acusa de haver feito o menor mal.¹¹⁴

(...) ... estou pronto a mostrar que sempre marchei com a lei na mão e que nem uma só vez deixei de patentear fidelidade para o imperador, respeito submisso às autoridades constituídas; atenções cuidadosas aos militares e desvelo patriótico a benefício dos povos da província de Goiás.¹¹⁵

Através de suas palavras podemos observar que neste período seu sentimento de pertença à pátria de adoção tornava-se cada vez mais intenso. Sentimento este que se refletiu também em seu empenho na educação dos soldados sob seu comando através da escrita de instruções políticas, nas quais explicava que a monarquia constitucional era a melhor forma de governo a ser aplicada no Brasil. A solene celebração das grandes datas também foi um dos métodos de educação cívica aplicados por ele.¹¹⁶ Em 12 de outubro de 1824, aniversário do Imperador, organizou-se uma festa em Trahiras, seguida de parada. Diante da tropa e do povo reunido, Cunha Matos pronunciou eloqüente discurso aludindo aos atos celebrados, entremeado de arrebatamentos patrióticos.¹¹⁷ Apenas um pequeno número de soldados compareceu a cerimônia. Em função disso, Matos impôs rígida punição disciplinar. Ele assim se refere a tal episódio:

Estudando sempre em conservar a disciplina militar, sofri o desgosto de ver que os soldados da 2ª linha do Julgado de Trahiras, esquecidos de suas obrigações para com sua majestade imperial apareceram em diminutíssimo número no dia 12 de outubro de 1824 para assistirem a festa do aniversário natalício e da aclamação do mesmo senhor. Conheço que a disciplina procedia da extrema condescendência e bondade mal entendida do capitão Antonio Caetano da Fonseca, homem muito honrado e nada mais, e por isso logo deliberei em dividir em distritos separados o Distrito Geral de Trahiras, em que por motivo da sua extensão enorme, tudo andava extremamente relaxado. Mandeí prender 36 oficiais inferiores e soldados por tempo de três dias, admoestei-os e tive o gosto de ver a 26 de dezembro 420 soldados de 2ª linha no mais rigoroso uniforme naquela mesma praça, em que no dia 12 de outubro apenas tinham aparecido 100 homens arbitrariamente ataviados.¹¹⁸

¹¹⁴ Idem, Ibidem. p.229.

¹¹⁵ Idem, Ibidem. p.230.

¹¹⁶ SOARES, G. op.cit., p.59.

¹¹⁷ BRASIL, A. op.cit., p.195.

¹¹⁸ Idem, Ibidem. p.228.

No ano de 1825, Cunha Matos foi eleito deputado por Goiás. Neste mesmo ano a querela política em que se envolveu com o Conselho de Governo da província acirrou-se, quando este último organizou uma enquete a fim de apurar as causas da decadência goiana e estudar os meios de remediá-la. A opinião de Matos a respeito desse assunto foi solicitada pelo então presidente da província Lopes Gama. Cunha Matos redigiu um longo ofício, no qual apontou os erros dos governantes, o jugo colonial, a preguiça e a ignorância dos governados, como os fatores essenciais da ruína da província. Ele assim justificou seu ofício:

Havendo v. ex. em Conselho julgado conveniente à prosperidade desta província ouvir a minha opinião sobre os importantes objetos de que trata a Portaria da Secretaria deste Estado dos Negócios do Império, datada de 15 de julho p. p.: tenho a honra de dizer a v. ex. que não me excedendo talvez pessoa alguma em bons desejos a prol de um país, em que a pesada mão da adversidade tem descarregado os mais duros golpes e aberto as mais profundas feridas, cuidei muito seriamente durante as minhas extensas marchas pelo interior da mesma província em conhecer a origem, em observar os progressos e em calcular o último período da absoluta aniquilação dos corpos políticos de toda ela (...) A ruína desta província (pode dizer-se que se acha de toda arruinada) procedeu do cruel sistema, ou jugo colonial, da absurda e geral prática do celibato; e da preguiça e crassa ignorância dos governados.¹¹⁹

Prosseguiu fazendo duras críticas a situação econômica e política da província. Afirmou só encontrarem-se na província “*taperas, montes de ruínas, escavações cheias de águas pútridas e causadoras das mais cruéis enfermidades*”. Denunciou o declínio da mineração, da agricultura e do comércio, atribuídos a “*estupidez*” e a “*ociosidade*”. Em relação à política, afirmou que o “*patriotismo*” foi substituído pela “*indiferença*”, onde “*todos evitam os incômodos e inconvenientes das grandes reformas, e antes preferem o naufrágio da barca do Estado do que perder a posse de um lucro com quem deviam salvá-la.*”¹²⁰

Em seguida propôs um exame minucioso da Fazenda Pública, pois

Sem os prévios conhecimentos destas importantes matérias, sem penetrar nos recônditos arcanos da Junta da Fazenda, sem rasgar o denso véu que oculta ao Conselho o manejo da substância do Estado, do sangue dos cidadãos, nada se pode dizer que satisfaça, e apenas se tocará nos ramos de uma árvore aparentemente frondosa, que na verdade tem o tronco carcomido e quase de todo devorado.¹²¹

¹¹⁹ Ofício de Raimundo José da Cunha Matos ao presidente da província, datado de 27 de setembro de 1825. Publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 96, v.150, 1924. p.230.

¹²⁰ Idem, Ibidem. p.231.

¹²¹ Idem, Ibidem. p.232.

Justificava suas críticas afirmando não atacar pessoas e, sobretudo, baseado em seu papel de representante da nação:

...Chamam-lhe muito embora inventivas; chamam ataques formais; eu não ataco pessoas, faço notas sobre as coisas, procuro como devo a honra de v. ex., a glória da Junta da Fazenda e a felicidade desta província atenuada. Se eu não fosse por v. ex. chamado para emitir a minha opinião, guardaria o meu silêncio; fui chamado na dúplici qualidade de chefe da força armada da província e de representante eleito dos povos dela: falo aqui com a mesma liberdade com que falei na Assembléia Legislativa do Império...¹²²

O Conselho considerou o ofício de Cunha Matos um desacato do qual o imperador deveria tomar conhecimento e pediu provas de suas alegações. Lopes Gama queixou-se ao Imperador, mas o ministro Vieira de Carvalho já havia sido informado do incidente por Cunha Matos, que em ofício datado de 8 de outubro do mesmo ano apresentou as provas solicitadas pelo presidente da província.¹²³

Cunha Matos iniciou este novo ofício já em tom bastante ácido. Mostrou-se indignado com as acusações que sofreu e criticou Lopes Gama de forma satírica. Aqui novamente ele reforçou seu papel de representante do povo e apoiou-se na liberdade que o papel de deputado lhe conferia:

O ofício do exmo. Conselho datado de hoje é a prova mais decisiva da coação e aviltamento em que desejam conservar-me. V. ex. pelo seu ofício n.87 convidou-me a emitir a minha opinião sobre os abusos da administração da fazenda Pública da província, na qualidade de comandante em chefe da força armada e na de representante do povo e deputado eleito à Assembléia Geral Legislativa do Império.

Não sei se este convite feito a mim deputado estriba em princípios políticos: eu sou deputado dentro do recinto da Assembléia: por ora considero-me um simples particular; mas já que v. ex. me convidou em razão do sublime caráter de representante do povo da província, cumpre-me que eu diga aquilo que entendo com a nobre franqueza de um procurador aos meus concidadãos e com a dignidade de um membro honrado da Assembléia Geral Legislativa do Império; assim como v. ex. é obrigado a respeitar-me e a ouvir a sangue frio e com madura prudência e ainda melhor conselho tudo quanto eu disser na qualidade de deputado, que v. ex. me atribuiu, e em que me convidou a falar. Como é possível pois que v.ex. qual outro Etna, Vesúvio, ou Hecla lançasse torrentes de fogo e lava contra a minha pessoa e contra a minha emitida opinião por eu ter falado com franqueza e

¹²² Idem, Ibidem. p.233.

¹²³ SOARES, G. op.cit., p.62.

liberdade conveniente ao caráter exemplar de um deputado e representante da Nação Brasileira?¹²⁴

Colocou-se no papel de defensor da província de Goiás e fez exortações patrióticas. Declarando-se ao mesmo tempo como soldado e político a serviço de sua pátria:

Se v. ex. quiser examinar os meus escritos, envenene como quiser. Sua majestade, o seu iluminado Ministério, a província de Goiás, o Brasil, o mundo todo conhecerão a candura das verdades das minhas expressões. Sua majestade fará justiça a ambos nós, e a província de Goiás ficará convencida até a última evidência de que elegendo-me para seu representante na augusta Assembléia Legislativa do Império terá como defensor acérrimo dos seus interesses, um promotor de sua glória e um constate agente da sua prosperidade. (...) ...estou resolvido a propugnar pela causa desta província com toda a força, atividade e energia, que deve esperar de um honrado representante do povo brasileiro; se a minha vida tem até hoje pertencido ao Estado, se meu sangue tem corrido no campo da honra defendendo a glória do meu príncipe; se meu corpo de acha coberto de respeitáveis cicatrizes por sustentar a dignidade da Nação; se o estampido dos esquadrões, se o rouco estrondo da artilharia, se a aguda ponta da baioneta, se o fatal silvo da bala nunca foram capazes de aterrar um coração intrépido, leal e generoso como o do governador das armas da província de Goiás; como será possível que este mesmo homem na qualidade de deputado não defenda os verdadeiros interesses dos meus constituintes com uma deliberação heróica, tanto perante a v. ex. como no augusto recinto da Assembléia Nacional?!¹²⁵

Passou então a esclarecer as acusações feitas no ofício anterior. Para tal, apoiava-se em vários autores para justificar a decadência goiana:

Disse eu em outro parágrafo que a decadência da província procedeu do cruel sistema e jugo colonial; creio que v.ex. não duvidará da verdade desta asserção para não contradizer o Raynals, os de Prats, os Santhys, os Beauchamps, os Silvas Lisboas e outros egrégios varões que com mais vivas cores tem pintado as antigas desgraças do Império.¹²⁶

Todos os parágrafos do ofício anterior foram retomados e desta vez acompanhados das respectivas provas. Cunha Matos fez questão de destacar sua experiência na África para reforçar a pertinência de suas observações a respeito da Fazenda Pública. Afirmava não ser “*noviço*” em matéria de Fazenda, pois além de ser oficial superior da tropa de linha, foi entre os anos de 1811 e 1815 Procurador dos Feitos e logo depois Provedor da Fazenda e Alfândega da ilha de São Tomé. Sublinhou também o fato de ter sido ele que organizou o plano de escrituração e arrecadação das duas Provedorias e que tal plano “*mereceu a real confirmação*”

¹²⁴ Ofício de Raimundo José da Cunha Matos ao presidente da província, datado de 8 de outubro de 1825. Publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 96, v.150, 1924. p.237.

¹²⁵ Idem, Ibidem. p.239.

¹²⁶ Idem, Ibidem. p.240.

por aviso de 21 de março do mesmo ano, expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.”¹²⁷

Recorreu também ao discurso de autoridade, colocando-se como intelectual:

Não me suponha v. ex. tão simples como pareço; eu servi 19 anos na Costa d’África, e é quanto basta para não me enganar com os homens de bem e com os velhacos; tenho estudado Layater e Gall. Conheço as fisionomias pelas linhas configurações do crânio; poucas vezes erro nos juízos que faço.¹²⁸

Após esse incidente político Cunha Matos permaneceu pouco tempo em Goiás. Seu plano de reforma fora aceito e todas as medidas propostas foram tomadas em consideração. Em março de 1826 partiu para a Corte para tomar posse de sua cadeira de deputado. Neste mesmo ano concluiu seu *“Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás”*. Obra elaborada durante suas marchas militares com o objetivo de beneficiar o novo governo com a descrição das características topográficas por onde passou. Em seu relato constam descrições da fauna e da flora das regiões que percorreu, das dificuldades enfrentadas na viagem, das habitações que visitou, dos hábitos dos seus hospedeiros e das festas que presenciou. O autor também descreveu minuciosamente o estado do comércio e da economia das regiões percorridas.¹²⁹ Segundo José Honório Rodrigues, seu *Itinerário* representa *“um avanço no conhecimento da região e dos caminhos em relação aos roteiros anteriores de outros viajantes, como Silva Belford, João Caetano da Silva, Antonio Joaquim de Anta Galvão e Luís Gonzaga de Camargo Fleuri, os quais resumidos juntou.”*¹³⁰

2.3. O *“Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás”*.

Cunha Matos escreve seu *Itinerário* sem poder contar com as informações de conhecidos viajantes que também publicaram relatos sobre as regiões percorridas por ele como Saint-Hilaire, Spix & Martius, Pohl, Luccok e Freyreys. Pois tais obras foram produzidas praticamente a mesma época. Tais autores irão servir-lhe de referência posteriormente quando escreve sua *“Corografia histórica da província de Minas Gerais”*. A

¹²⁷ Idem, Ibidem. p.243.

¹²⁸ Idem, Ibidem. p.247.

¹²⁹ GRAÇA-FILHO, Afonso de Alencastro. *Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826)*. In: MATOS, R.J.C. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Amilcar Martins, 2004. p. 14-6.

¹³⁰ RODRIGUES, J. H. op.cit., p.8.

idéia de escrever um *Itinerário* do Rio de Janeiro a Goiás lhe ocorre com a viagem que realiza no ano de 1823 para ser empossado no cargo de Governador das Armas da Província de Goiás. A obra foi composta a partir das impressões coletadas em duas sucessivas viagens da Corte para Goiás, fruto da conciliação de sua missão militar com seu objetivo de escrever um roteiro útil para os que viessem a se aventurar através dos caminhos pelos quais percorreu, e com sua velada intenção de beneficiar o novo governo com o apuro das descrições geográficas, da economia e do comércio das regiões que percorreu.¹³¹ A mesma se conclui no ano de 1826 e é editada uma única vez no ano de 1836. As informações contidas em seu relato aparecem sob o formato de um diário de bordo, contendo sempre identificações de local, distância e data. Sua “*marcha*” é minuciosamente descrita através dos horários e localidades de chegada e partida. Os ranchos, fazendas, rios, pontes, córregos pelos quais passa também são rigorosamente anotados.

Os relatos de viagem, de um modo geral, não são exclusivamente nem documentos históricos, nem literatura ficcional ou científica, mas sim um gênero próprio, produtor de diversos tipos de representações sociais. Tais representações não se caracterizam como discursos neutros, embora, no dizer de Chartier aspirassem “*a universalidade de um diagnóstico fundado na razão.*” São na verdade determinadas pelo interesse dos grupos que as forjam, demarcando sua maneira própria de estar no mundo. Daí a necessidade da vinculação destes discursos a posição dos grupos que as produziram.¹³²

Segundo Claudia Santos, tais obras caracterizam-se, sobretudo, enquanto discursos. E devem ser entendidas como expressões das diversas relações ou dos diferentes diálogos estabelecidos entre o viajante e o tipo de viagem que realiza, o viajante e a sociedade local, o viajante e outros viajantes. O relato de viagem antes de fonte de informação é um acontecimento histórico.¹³³ Daí a importância da investigação da trajetória biográfica de seus autores e de sua contextualização.

¹³¹ “... a pessoa que marchar com o meu *Itinerário* sabe mui aproximadamente a que horas e minutos há de encontrar rios, ribeirões, córregos, pontes, ranchos, casas, povoações, montanhas e outras circunstâncias que muito interessam a quem tem de fazer uma jornada. Estas miudezas, mui vantajosas, não aparecem nos *Itinerários* que tenho visto, ainda mesmo nos dos astrônomos empregados nas demarcações da Província de Mato Grosso; e por isso regozijo-me de haver contribuído ainda que fracamente, para uma empresa que em lugar nenhum é tão interessante como no Império do Brasil. Bem poucos homens que fazem jornadas tem a paciência de ir sempre com o relógio, o lápis e o papel na mão, ajuntando notas para porem a limpo quando chegam aos pousos.” MATOS, R. J. C. op.cit., p.27.

¹³² CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. p.16.

¹³³ SANTOS, Claudia Regina Andrade. *La ville de Rio de Janeiro sous le regard des voyageurs français*. In: MOURA, Ana Maria S.e FILHO, Nelson de Sena (orgs). **Cidades: relações de poder e de cultura**. Goiânia: Vieira, 2005. p.50-52.

Cunha Matos também se preocupou em anotar todos os acontecimentos da viagem; as impressões sobre os caminhos pelos quais percorreu, sobre as localidades que visitou e seus habitantes.

Logo na introdução o autor expõe sua justificativa:

Fazendo-se de dia em dia mais interessantes os conhecimentos geográficos, físicos e políticos do Império do Brasil aos naturais e estrangeiros, em razão do aumento de sua agricultura, acrescentamento da sua população, desenvolvimento de seu comércio, progressos científicos de seus habitantes, e sobretudo pelo extraordinário empenho que se mostra na carreira das empresas da navegação, abertura de estradas e canais que facilitem os meios de transportes e o estabelecimento de colônias agrícolas e de mineração, lembrei-me de procurar entre os meus manuscritos estatísticos, geográficos e históricos o Itinerário que escrevi durante as minhas marchas no exercício de Governador das Armas da Província de Goiás, por me persuadir que esta obra pode ser de alguma vantagem à aqueles que nas sobreditas circunstancias desejarem consultá-la.¹³⁴

Ainda na introdução irá tratar da carência de itinerários impressos acerca das “terras do Brasil” e lista os que tem conhecimento e foram publicados em anos anteriores ao seu: os trabalhos de Mawe, Neuwied, Eschwege, Varnhagen e Koster que “*apresentam muitas vezes relações itinerárias, isto é a descrição seguida das marchas que fizeram durante suas científicas explorações.*” Fala ainda dos que apareceram após sua obra já ter sido concluída, explicitando a dificuldade no acesso as mesmas:

Depois do ano de 1826 aparecem as estimáveis obras dos Drs. Spix e Martiu, August de Saint-Hilaire, Maj. d’Alincourt e mui poucos outros escritos em forma de Itinerários, mas quase todas elas em razão de seu alto preço e raridade, não andam em mãos daqueles que não possuem meios de as consultarem.¹³⁵

O trabalho de Eschwege e Guido Marlière também lhe serviram de referência. Por sua vez Mawe, embora citado várias vezes, foi na maior parte delas criticado:

...É certo que até ao presente não existe um Itinerário que mereça este nome nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás; ao menos eu não tenho notícia de obra alguma desta natureza, salvo os escritos do inglês Mawe, que mais são um romance do que uma verdadeira descrição de vários lugares por onde transitara. Todos os brasileiros devem lamentar o não haverem aparecido os diários de alguns naturalistas estrangeiros, que depois de Mawe penetraram no interior do Brasil. Os Srs. Augusto de Saint-Hilaire, Langsdorff, Natherer e outros devem sem dúvida ter coligido imensos materiais nas suas importantes viagens científicas, mas eu e o público estamos por ora privados dos socorros que estes sábios podem subministrar. No meio desta deficiência eu faço o que posso, e vou apresentar

¹³⁴ MATOS, R. J. C., op.cit., p.I.

¹³⁵ Idem. Ibidem.

algumas notícias como militar e geógrafo, mostrando aquilo que observei durante a minha marcha, e servindo-me, quando é necessário, do que escreveram os Srs. Barão de Eschwege e Guido Marlière, que tão importantes serviços tem prestado nas Minas Gerais. Eu só lançarei mão da obra de Mr. Mawe quando achar exatas as suas informações.¹³⁶

Na passagem acima descrita fica claro também o alto valor que o autor atribui aos relatos de alguns estrangeiros, considerados como “*sábios*” que realizaram “*importantes viagens científicas*”.

Tal caráter de cientificidade apontado na obra dos estrangeiros, o autor também arroga para si, enfatizando o fato de seu trabalho não se caracterizar como “*um simples roteiro*”:

O meu Itinerário não é uma simples carta de nomes, nem uma coleção fastigiosa de algarismos! Sem perder de vista a série sucessiva dos tempos e dos lugares, eu apresento detalhes e informações, que interessam na parte científica e temperam a avidez própria dos símplices roteiros. A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda que me custou esta minha obra; não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra, não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude e ainda mais faria se tivesse quem me auxiliasse.¹³⁷

Ressaltando também a imparcialidade de sua obra:

Devo declarar que escrevi esta minha obra com a maior imparcialidade; aponte o bom e o mau; não temo que me desmintam naquilo que eu digo de conhecimento próprio. As pessoas com quem servi e quase todas aquelas que tratei existem vivas; não aponto anedotas do interior das famílias, para não ser censurado e havido como ingrato à hospitalidade e aos imensos favores com que sempre me obsequiaram nas Minas Gerais e Goiás, províncias que eu poderia atravessar e esquadrihar cientificamente sem fazer cinco réis de despesas, e sem temer o menos risco da parte dos seus moradores honrados.¹³⁸

Mesmo assim, reconhece os limites de sua formação, colocando-se explicitamente em comparação com os estrangeiros:

... Eu sinto não possuir maiores conhecimentos geológicos, botânicos, zoológicos, e mais ramos da história natural: dou o que tenho, escrevendo o que sei, desejando que todos se aproveitem do que é meu, assim como eu me servi daquilo que outros melhores do que eu têm escrito até agora.¹³⁹

¹³⁶ Idem, Ibidem. p.26.

¹³⁷ Idem, Ibidem. p.II.

¹³⁸ Idem, Ibidem. p.V.

¹³⁹ Idem, Ibidem. p.27.

Nesta obra, Cunha Matos irá desempenhar novamente seu papel de funcionário do estado descrevendo as regiões por onde passou. Mas é importante assinalar a adaptação de seu discurso. Em suas descrições, sobretudo nas referentes aos usos e costumes dos habitantes, é o europeu quem fala com seu olhar moldado pelas teorias de progresso e os padrões de civilidade tão em voga no período. Ele dessa forma irá preocupar-se em expor o exótico e o diferente em relação ao que costumeiramente vivenciava. Seu relato, portanto, assemelha-se aos outros inúmeros relatos produzidos no período pelos viajantes europeus, que para cá vieram em busca de explorar o território, beneficiados pela abertura dos portos. As românticas descrições da opulenta natureza brasileira não são tão recorrentes quanto nos relatos estrangeiros. Todavia, no caso de Matos, os registros que se referem às potencialidades naturais também são bastante contrastantes com a debilidade dos recursos humanos empregados para a sua exploração.¹⁴⁰ As diferenças raciais também são assinaladas. Os habitantes das regiões mais interioranas e dos sertões são geralmente descritos como vadios, ociosos e pouco afeitos aos hábitos da civilização. Por sua vez, os homens com quem Matos se relacionou (vistos como seus iguais) ao longo de sua viagem e as casas das elites locais que freqüentou, são alvos de inúmeros elogios.

2.4. A atuação como Deputado.

Cunha Matos chegou ao Rio de Janeiro no final de abril de 1826. Sua atuação na Assembléia foi significativa. Nas sessões de 1826 e 1827 tratou de vários temas como o da liberdade de imprensa, o da criação dos juízes de paz, o da abolição do tráfico de escravos, o da execução das bulas pontifícias, etc.¹⁴¹

Na sessão de 8 de junho de 1826 discutiu-se um parecer da comissão de comércio, agricultura e indústria, sobre um projeto de Cunha Matos, para que as repartições públicas e corporações religiosas comprassem para o próprio consumo os gêneros produzidos pelas fábricas nacionais. Tal projeto foi combatido veementemente por Souza França, defendido por

¹⁴⁰ *“Ainda que os caminhos por ora sejam maus, não se deve atribuir o seu péssimo estado às dificuldades da natureza. Bem poucas pessoas cuidam das conveniências públicas (...) a indolência deixa tudo como estava, e os habitantes da Província viajam no meio de todas as incomodidades.”*

À indolência Matos também atribui as doenças e a cor da pele de muitos sertanejos. MATOS, R. J. C., op.cit., p. 68.

¹⁴¹ SOARES, G. op.cit., p.78.

Vergueiro e rejeitado pela comissão.¹⁴² Sobre o parecer da comissão Cunha Matos assim se manifestou:

Sr.Presidente, o meu projeto envolve alguns princípios muito recomendáveis de economia política e o primeiro é o estabelecimento de fábricas; e como devem ser auxiliados os fabricantes, por isso estabeleço que as corporações religiosas, que de todos recebem o que possuem sem retribuição alguma, distribuam pelos povos que as alimentam. Fundei-me neste princípio de economia política, que é reconhecido pelos meus impugnadores.¹⁴³

E concluiu afirmando que apesar de seu projeto ter sido rejeitado conformava-se, pois a posteridade lhe faria honra. Destacou ainda que seu desejo era o de que alguma pessoa “cheia de patriotismo” e que “pelo bem e amor do seu país” apresentasse uma proposta melhor que aquela, visto que, uma vez que esta fosse apresentada, estaria pronto para apoiá-la.¹⁴⁴

A respeito do tratado com a Grã-Bretanha sobre o fim do comércio de escravos, Cunha Matos (que fazia parte da comissão de diplomacia) se manifestou em 9 de junho de 1827, apresentando seu voto em separado. Afirmava ser a convenção celebrada entre o governo brasileiro e o britânico “*derrogatória da honra, interesse, dignidade, independência e soberania da nação brasileira*”:

- 1º - Porque prejudica enormemente ao comércio nacional;
- 2º - Porque ataca a lei fundamental do império do Brasil;
- 3º - Porque arruína a agricultura princípio vital da existência do povo;
- 4º - Porque aniquila a navegação;
- 5º - Porque dá um cruel golpe nas rendas do Estado;
- 6º - Porque é prematura;
- 7º - Finalmente porque é extemporânea; ataca a lei fundamental do império quando o governo se atribui o direito de legislar, direito que só pode ser exercido pela assembléia geral com a sanção do imperador, sujeitando os súditos brasileiros aos tribunais e justiças inglesas, justiças e tribunais incompetentes e que nenhum de nós conhece, e privando os mesmo súditos brasileiros da liberdade de resgatar ou negociar em pretos escravos (escapados à morte) nos portos africanos, livres e independentes da coroa de Portugal ou de outro potentado da Europa.¹⁴⁵

Em seguida apresentou a sustentação de seu voto, expondo os artigos de sua “*fé política*”. Entendia o tráfico de escravos como um “*mal menor*” e que este deveria ser abandonado sem a influência inglesa:

Antes porém de começar o meu discurso, peço a indulgência desta câmara para expor dois artigos da minha fé política a respeito do negócio de que vamos tratar: o

¹⁴² Idem, Ibidem. p.79.

¹⁴³ Idem, Ibidem. p.83.

¹⁴⁴ Idem, Ibidem. p.87.

¹⁴⁵ Idem, Ibidem. p.88.

primeiro é que, por modo nenhum, eu me proponho defender a justiça e a eterna conveniência do comércio de escravos para o império do Brasil; eu não cairia no indesculpável absurdo de sustentar no dia de hoje e no meio dos sábios de primeira ordem da nação brasileira, uma doutrina que repugna as luzes do século, e se acha em contradição com os princípios de filantropia geralmente abraçados.

O que me proponho é mostrar que ainda não chegou o momento de abandonarmos a importação dos escravos, pois que não obstante ser um mal, é um mal menor do que não os recebermos. Também me proponho mostrar que este comércio devia terminar quando, e pelo modo que a nação brasileira julgasse conveniente sem que nisto pudesse entrar a influência inglesa, cujas vistas são diametralmente opostas ao desenvolvimento dos grandes recursos do Brasil, que um dia podem ser prejudiciais aos ambiciosos desígnios da Grã-Bretanha.¹⁴⁶

Concluiu defendendo a soberania nacional:

... o tratado acha-se concluído, acha-se ratificado por S.M. Imperial; o negócio não pode voltar atrás; o governo cedeu à força maior; acomodemo-nos com a nossa desgraça, mas cumpre que a Inglaterra saiba, e que saiba o mundo todo, que os brasileiros reconhecendo, como já reconheceram os negociantes de escravos da Bahia (como mostro por este parágrafo do requerimento que eles fizeram a respeito das violências dos ingleses) (leu) que este tráfico é odioso e deve terminar no Brasil, os mesmos brasileiros clamam contra a intervenção armada dos ingleses nos nossos negócios domésticos; censuram a exorbitação do nosso ministro; estranham o pânico dos nossos negociadores; conhecem que a Convenção ataca ao comércio, a agricultura, a navegação, as rendas dos cofres nacionais; que é prematura e finalmente é extemporânea. O meu voto portanto dirigi-se a que acabe sem sacrifício da dignidade nacional.¹⁴⁷

Em 19 de junho do mesmo ano Cunha Matos apresentou dois projetos de lei: um propondo mudanças nas ordens religiosas de ambos os sexos, proibindo a sua criação sem licença da Assembléia Geral Legislativa do Império e também o estabelecimento das ordens terceiras de diversas congregações, sem a permissão dos bispos e confirmação desta Assembléia. O outro propunha a regularização da Igreja brasileira, a qual deveria ser presidida pelo patriarca do Império, e a convocação de um concílio nacional a fim de dar-lhe a devida regularidade e uniformidade. Matos era conhecedor do direito canônico, estudava as bulas da cúria romana e protestava contra aquelas que lhes parecia atentatórias à Constituição e independência política brasileira.¹⁴⁸

Em sessão do dia 21 de julho assim se manifestou:

...Combato as bulas porque não considero o Brasil um feudo da cúria romana, mas sim um Estado livre e independente e tendo seu soberano por direito imperial

¹⁴⁶ Idem, Ibidem. p.92-3.

¹⁴⁷ Idem, Ibidem. p.105-6.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem. p.108.

conferido pelos povos toda a liberdade e jurisdição de nomear os bispos do Império; bem como a Assembléia Legislativa tem todo o poder de criar e erigir, no território do mesmo Império, todos e quantos bispados e prelazias forem convenientes.

A Igreja brasileira tem liberdades reivindicadas há muitos séculos. Nós não atacaremos em tempo algum os direitos sagrados e intransferíveis do chefe visível da igreja de Deus, centro da unidade do povo católico, mas nós também não consentiremos que os nossos metropolitanos, os nossos bispos percam a maior parte da jurisdição e proeminências que por direito divino lhes competem.¹⁴⁹

Na sessão de 4 de janeiro de 1830, Matos novamente se manifestou, desta vez a respeito da proposta do Ministro da Fazenda José Ignácio Borges apresentada a Câmara, que versava sobre o resgate do cobre e sobre a suspensão por cinco anos do pagamento dos juros e amortização dos empréstimos externos:

Não nos lembraremos por maneira nenhuma de suspender o pagamento da nossa dívida externa. Não desejamos ser incluídos na lista das nações da América que gozam do menor crédito e são até olhadas com horror e como destituídas de fé, se é que na Europa não chegam a ser tratadas de bárbaras.

...Repetirei hoje o que disse o Sr. Ferreira França: Venda-se esta prata que está sobre a mesa, vendam-se as nossas casas, os nossos adornos, as nossas propriedades; fiquemos mais reduzidos que for possível; vendam-se as baixelas e terras públicas, mas não deixemos de pagar os nossos credores.¹⁵⁰

No ano de 1826 Cunha Matos participou de mais uma campanha militar. Foi convocado a fazer parte do Estado Maior do Marquês de Barbacena, comandante em chefe da campanha da Cisplatina. Em março de 1827 retornou a Corte e publicou no jornal “*O Espectador Brasileiro*” um artigo no qual explica os motivos que o trouxeram ao Rio de Janeiro. Fora encarregado por Barbacena de uma missão de confiança, como portador de vários ofícios dirigidos ao Ministro da Guerra. Neste artigo ele também narrou tudo o que observou durante o tempo em que fez parte do Estado-Maior do Marquês de Barbacena.¹⁵¹

Em 1829 foi reeleito deputado por Goiás para os próximos quatro anos (1830-3). Em 1831 foi nomeado Inspetor do Arsenal de Guerra da Corte e licenciou-se por dois anos de suas atividades militares e políticas com objetivo de viajar a Portugal.

¹⁴⁹ Idem, Ibidem. p.110.

¹⁵⁰ Idem, Ibidem. p.112.

¹⁵¹ Idem, Ibidem. p.115-6.

CAPÍTULO 3

A CARREIRA INTELECTUAL E A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Acompanhamos até o momento toda a trajetória militar e intelectual de nosso personagem, sobretudo sua atuação no Brasil, sua pátria adotiva. Vimos através de suas obras e de sua atuação política que sua escolha pela nova pátria tornou-se cada vez mais sólida. No presente capítulo trataremos da viagem que Cunha Matos faz a Portugal, em um período que esta nação passava por uma conturbada conjuntura política. Através de sua *Introdução às Memórias da campanha do senhor D. Pedro de Alcântara, ex- imperador do Brasil, no Reino de Portugal*, analisaremos as opiniões de Matos a respeito do quadro político lusitano e das repercussões do mesmo no Brasil.

Em seguida trataremos do retorno de Matos ao Brasil em 1833, da retomada de suas atividades políticas, do desenvolvimento de sua carreira intelectual e de sua participação no contexto de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição esta que imortalizou nosso personagem nas páginas de sua *Revista*.

Após licenciar-se de suas atividades militares no Brasil, Cunha Matos embarca com sua família para Portugal. Ele encontrava-se na cidade do Porto quando D. Pedro I lá desembarcou (08/07/1832), com o objetivo de garantir à sua filha o trono português. Matos registrou em seu diário todas as suas observações a respeito da política portuguesa do período e das operações militares dirigidas por D. Pedro contra as forças de D. Miguel.¹

3.1. A “*Introdução às Memórias da campanha do senhor D. Pedro de Alcântara, ex- imperador do Brasil, no Reino de Portugal*”.²

¹ OLIVEIRA, T. J. B. op.cit., p.25.

² Este texto foi publicado em 1925 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob a justificativa de ser um dos documentos “*mais importantes para a História de nossa Independência política, na fase de sua elaboração*”.

Matos embarcou rumo a Cidade do Porto no dia 7 de agosto de 1831, alguns meses depois da abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro em favor de seu filho (7 de abril de 1831).³ Segundo ele mesmo afirma, foi testemunha da “*maior parte dos fatos do Sr. D. Pedro depois de sua viagem a Europa*”. No momento de sua partida não sabia que encontraria o ex-Imperador, nem mesmo que o veria envolvido no “*turbilhão da política*”, pois havia dado crédito “*à sua despedida feita no Rio de Janeiro, em que afirmava ia viver em o retiro e tranquilidade*”.⁴

Antes de narrar o quadro político português, Matos trata do contexto político brasileiro desde a chegada da família real até a abdicação de D. Pedro I.

A Revolução do Porto seria a culpada pela separação política do Brasil de Portugal. Como Matos já havia afirmado em um de seus panfletos políticos,⁵ o dia 24 de agosto foi

memorável para os portugueses, por começarem desde então uns a terem esperanças de liberdade, e outros a perderem o sossego, e a prepararem o luto para a maior parte das famílias de Portugal. O tempo e os desastres mostraram os erros dos cálculos dos regeneradores lusitanos: eles foram os verdadeiros autores da separação instantânea, prodigiosa do Brasil, e as suas falsas teorias abriram a sepultura de Portugal se uma providente mão deixasse de ampará-lo.⁶

A discussão a respeito das rivalidades entre portugueses e brasileiros, já tratadas por ele em um de seus panfletos políticos é retomada. Entretanto, desta vez, Matos afirma que as mesmas tiveram início devido ao constitucionalismo português:

O manifesto publicado pelas cortes à nação portuguesa mostrava, até a última evidência, que as desgraças da mãe pátria nasciam da família real, e da corte no Rio de Janeiro; da abertura dos portos do Brasil aos navios de todas as potências amigas estrangeiras, da necessária e infalível consequência da extinção do comércio das praças de Lisboa e Porto, e da total aniquilação das manufaturas de Portugal. Este manifesto deixou conhecer ao Brasil qual era a sorte que o esperava, e daqui proveio a rivalidade entre os naturais dos dois hemisférios.⁷

³ Matos não explicita o que o motivou a licenciar-se de suas funções militares, nem ao menos a motivação de sua viagem para Portugal.

⁴ A participação de D. Pedro no “*turbilhão da política*” apontado por Matos é assim justificada por ele: “*Os homens são filhos das ocasiões, e ainda os mais sábios mudam de opinião quando aparecem ocorrências com que eles não contavam, principalmente se essas ocorrências favorecem os seus interesses, ou estimulam o seu amor próprio.*” MATOS, Raimundo José da Cunha. *Introdução às memórias da campanha do senhor D. Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil, no Reino de Portugal* (1833). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 97 – Vol.151**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p. 73.

⁵ Panfleto este que já foi analisado no segundo capítulo, datado de 4 de janeiro de 1824, intitulado *Verdades oferecidas aos Brasileiros por hum verdadeiro amigo do Brasil*.

⁶ MATOS, R. J. C. op.cit., p. 8.

⁷ Idem, *Ibidem*. p. 14. No segundo capítulo mostramos que Matos em seu panfleto de 1822 “*Ensaio Histórico Político sobre a origem, progressos e merecimentos das antipathia e recíproca aversão de alguns Portugueses Europeus e Brasilienses, ou Elucidação de Hum Período da Celebre Acta do Governo da Bahia datada de 18 de*

O argumento da “*recolonização*” que as Cortes portuguesas pretendiam empreender ao Brasil, forjado no Rio de Janeiro como justificativa para a Independência, aparece no texto de Matos. O povo do Rio de Janeiro encontrava-se iludido no contexto de 1821 “*pelos agentes voluntários e pelos inimigos ocultos*”, partidários das Cortes de Lisboa.⁸

De acordo com Matos, as leis decretadas pelas Cortes fariam com que o Brasil deixasse de “*existir politicamente*” e que seus habitantes levassem “*suas súplicas*” e “*seu ouro*” aos pés dos ministros portugueses.⁹

Após a chegada da notícia das mesmas no Brasil “*caíram as vendas dos olhos dos brasileiros, que não estavam vendidos às Cortes de Portugal*”. E por isso ergueram-se diversos clamores contra os decretos chegados da Europa. Nesse sentido, a “*província de São Paulo tomou a iniciativa contra as cortes de Lisboa por diligências do conselheiro José Bonifácio de Andrada.*”¹⁰

É deste modo que Matos delineia o início da formação do quadro político que culminou na Independência brasileira. D. Pedro é apontado como salvador da nação após expulsar as tropas insurrectas comandadas por Avilez. Este teria sido o segundo passo que “*sua alteza real*” havia dado para “*livrar o Reino do Brasil das garras assoladoras das malfadadas Cortes de Portugal*”. O primeiro havia sido dado no momento em que ele decidiu permanecer no Brasil quando as Cortes, em Lisboa decretam sua partida imediata para a Europa.¹¹

De acordo com ele, a família real abraçou a causa do Brasil por vontade própria e seu argumento é embasado nos apelos que a princesa Leopoldina fez a José Bonifácio¹² e na carta que o príncipe regente enviou a “*seu augusto pai*” em 28 de abril de 1822, afirmando que defenderia o Brasil com seu sangue, “*este puro sangue brasileiro, que corre pela honra, pela Nação, e por vossa majestade...*”. E conclui reiterando o argumento da “*recolonização*”:

Sua alteza real sempre se inculcou como bom brasileiro; sua augusta filha também o era por nascimento, e por conseguinte os esforços das Cortes de Lisboa empregados em despojar-nos dos nossos direitos como membros de um Reino

Fevereiro do Anno Corrente”, apontava os “*donatários*” como os primeiros a alimentar a rivalidade e a antipatia entre os “*portugueses de ambos os hemisférios*”.

⁸ Idem. Ibidem.

⁹ Idem, Ibidem. p.25-6.

¹⁰ Idem, Ibidem. p.26. Mais a frente José Bonifácio será apontado como o “*patriarca da independência real do Brasil.*”

¹¹ Idem, Ibidem. p.31.

¹² “*José Bonifácio! (disse-lhe a princesa) aqui tendes a princesa minha filha, ela é vossa compatriota, e tem necessidade dos vossos exemplos, e dos vossos serviços, assim como eu da minha parte tenho precisão dos vossos conselhos: o Brasil, e meu marido reclamam as vossas luzes, e o vosso patriotismo!*” Idem, Ibidem p.32.

distinto do de Portugal, ainda que governado por um único monarca, eram injustos, capciosos e conduziam-nos diretamente à nulidade política, ao jugo colonial, único fito daquelas cortes de execração eterna.¹³

Deste modo “a guerra ficou aberta entre os dois países”. “As cortes de Lisboa empenharam-se em subjugar o Brasil à força de armas, e o Brasil jurou ficar independente do Reino de Portugal.”¹⁴

Todavia, conquistada a Independência, os conflitos continuaram.

O tratado feito entre Portugal e Brasil para o reconhecimento da Independência, de acordo com Matos, não agradou aos brasileiros, pois estes

viam na convenção feita para o pagamento do 1,400,000 libras esterlinas uma espécie de carta de alforria ou manumissão, a que se sujeitou o governo do Império, sem nenhuma necessidade; pois que no caso de continuar a guerra, tinha Portugal mais a temer do Brasil do que esta potência a recear de Portugal, (...) ¹⁵

O título de Imperador concedido como mercê a D. Pedro por seu pai “*também chocou o amor próprio dos brasileiros*”, pois “*este excelso título foi conferido ao Sr. D. Pedro de Alcântara por unânime aclamação dos povos, que nisto exercitaram a sua soberania...*”.¹⁶

Ainda acresce que a linha de separação das duas monarquias brasileira e portuguesa de tal modo se acha traçada na Constituição do Brasil, que a dinastia de Bragança, que reinar em Portugal, não pode suceder à Coroa do Império, quando por acaso faltarem os legítimos descendentes do Sr. Pedro I, chefe do primeiro ramo da referida augusta casa de Bragança, pelo mesmo modo que um príncipe estrangeiro não pode pelas leis fundamentais da monarquia portuguesa ser soberano de Portugal.¹⁷

Acerca do ressentimento dos portugueses por haverem perdido uma de suas principais colônias, Matos afirma que

... este vasto país deixou de ser colônia e ficou independente da mãe pátria, desde o mesmo dia em que sua majestade fidelíssima aportou à cidade da Bahia, e promulgou a liberdade absoluta de comércio com todas as nações amigas do monarca. Queixem-se portanto os portugueses da invasão dos franceses em Portugal, queixem-se da retirada do Sr. D. João, da Corte de Lisboa; e queixem-se finalmente dos niveladores das Cortes, que deram , ou consentiram que se dessem passos mui imprudentes, e tomaram ou consentiram que se tomassem medidas absurdas e hostis contra o Brasil, que ainda hoje se conservaria ligado a Portugal, a

¹³ Idem, Ibidem. p.33.

¹⁴ Idem. Ibidem.

¹⁵ Idem, Ibidem. p.40-1.

¹⁶ De acordo com Cunha Matos “*a vontade nacional é bastante para elevar ao trono a qualquer príncipe que for por ele nomeado*”, e portanto, “*se o imperador do Brasil foi elevado ao trono por vontade unânime do povo brasileiro, com podiam os portugueses reputar ilegal esta aclamação?*”. Idem, Ibidem. p.39-40.

¹⁷ Idem, Ibidem. p.41.

não haverem existido naquele reino os Avilezes, os Carretis, os Madeiras e muitos outros que pretenderam subjugar todas as províncias do litoral do Império.¹⁸

A partir desse momento, Matos começa a tratar do contexto português traçando alguns paralelos com a conjuntura política brasileira.

D. Miguel começa a aparecer na cena política lusitana quando D. João VI o nomeia comandante em chefe do Exército. Os portugueses temiam a morte do monarca, pois o mesmo em sua carta de lei de 15 de novembro de 1825 havia nomeado D. Pedro I como herdeiro da Coroa de Portugal e as pessoas “*que pertenciam ao partido mais poderoso da Nação*” pensavam que este último pretendia governar Portugal como colônia. Tal pensamento ligava-se a menor idade dos filhos de D. Pedro e fazia com que a idéia da Abdicação em nome de algum deles não fosse cogitada. Assim, “*estas e outras considerações deram motivo a que muitos portugueses se lembrassem do Sr. infante D. Miguel para ser o sustentáculo da sua independência e dignidade nacional.*”¹⁹

Após a morte de D. João VI, em 1826, D. Pedro deveria assumir o trono português. Todavia, ele acabou por abdicá-lo em nome de sua filha:

O Sr. D. Pedro de Alcântara achando-se talvez prevenido por este fatal acontecimento, ou repentinamente por um ato de magnanimidade, e de política raras vezes praticada pelos monarcas, organizou uma carta Constitucional para a Nação portuguesa, copiada quase literalmente da Constituição Política do Império do Brasil: nomeou pares do reino quase todos os grandes de Portugal, e no dia 3 de maio abdicou a coroa na sereníssima princesa D. Maria da Glória, a qual desde esse dia tomou o título de rainha do mesmo reino. O decreto da abdicação foi porém condicional, por exigir expressamente, que o senhor infante D. Miguel casasse com a sua augusta sobrinha e prestasse juramento à Carta Constitucional. Aqui começa o fio da grande questão da sucessão à coroa portuguesa, e principiam a aparecer os atos do Sr. D. Pedro, a que uns chamam nullos, e outros acham firmados na mais perfeita legalidade.²⁰

A abdicação de D. Pedro ao trono português também gerou impactos na política brasileira:

... os brasileiros sensatos preconizaram desde logo muitas desgraças ao Império do Brasil, cujos interesses ficariam comprometidos com a sucessão da coroa portuguesa senão para sempre, ao menos durante a menoridade da augusta filha de sua majestade. A abdicação condicional e a absoluta, feitas nesta excelsa princesa brasileira, foi louvada por uns e censurada por outros: aqueles diziam que era glória para o Brasil o ter uma rainha sua patrícia reinando em um povo, com quem se achavam ligados pelo sangue, e diversas relações particulares: os outros

¹⁸ Idem, Ibidem. p.42.

¹⁹ Idem, Ibidem. p. 46.

²⁰ Idem, Ibidem. p. 48.

declaravam que o Sr. D. Pedro não tinha o direito de abdicar em sua filha; que o caso de não desejar ser rei de Portugal, devera a abdicação recair na pessoa de seu augusto filho, o atual imperador o Sr. dom Pedro II, como seu legítimo, imediato e presuntivo herdeiro, e sucessor na forma das leis existentes...²¹

Segundo Matos, o Brasil de fato sofrera “grandes prejuízos nos diversos períodos da questão portuguesa”, que culminaram na abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro, em 7 de abril de 1831, “a qual em muito grande parte teve origem na mesma célebre, e muito espinhosa questão”.²²

No final da década de 1820, D. Pedro começou a ganhar opositores no Brasil, devido ao fato de cobrir vultosas despesas da chamada “questão portuguesa” com o tesouro nacional. Soma-se a isto os boatos de que a Constituição do Brasil seria destruída por D. Pedro que pretendia reduzir o país a um “estado de governo absoluto com o auxílio das baionetas que chamariam da Europa.”²³

Matos retorna ao contexto português narrando a nomeação de D. Miguel a regente de Portugal por D. Pedro, seus primeiros atos na ocupação deste cargo e os apelos que se seguiram para que ele assumisse o trono português. A aclamação de D. Miguel se constituiria num ato de vingança do povo de Lisboa: “o povo de Lisboa imitou a respeito do Sr. infante o procedimento do povo do Rio de Janeiro, em relação a sua majestade o Sr. D. Pedro de Alcântara enquanto príncipe real. As nações também se vingam dos agravos, verdadeiros ou supostos, que se lhes fazem.”²⁴

Os conflitos entre constitucionais (partidários de D. Pedro) e realistas (partidários de D. Miguel) são analisados até o momento em que D. Miguel assumiu o trono.²⁵

Para Matos:

Como eu não defendo os constitucionais, nem realistas, aponto só os fatos históricos, e os argumentos de que reciprocamente se serviam, para o leitor imparcial fazer juízo a favor daquele que lhe parecer, que obrou com regularidade. A mim só me cumpre dizer, que se os constitucionais do Porto, em 1828, contaram só com os da sua opinião neste reino de Portugal, fizeram um cálculo muito falso, e se contariam com o auxílio direto de príncipes estrangeiros, ficaram iludidos na sua boa fé. Portugal há de ser constitucional quando militarem outras circunstâncias; e os moradores do Porto bem conhecem a extensão destas verdades pelo que tem ocorrido desde o dia 9 de julho de 1832, até hoje, 2 de janeiro de 1833, em que nos

²¹ Idem. Ibidem.

²² Idem, Ibidem. p.51.

²³ “Eis como principiou no Rio de Janeiro a fecunda cantilena de ministérios absolutistas, colunas e recolonizadores, cantilena que, afinando o tom, subiu ultimamente ao triple da fatal noite de 6 de abril de 1831, que deu motivo a campanha do Sr. D. Pedro em Portugal.” Idem, Ibidem. p.53.

²⁴ Idem, Ibidem. p. 55.

²⁵ Idem, Ibidem. p.57-63.

achamos expostos às eventualidades de um bombardeamento, a que o exército constitucional até agora não tem podido obstar.²⁶

As tensões também se acirram do lado de cá do Atlântico quando os partidários (portugueses) de D. Pedro desembarcaram no Brasil. Aqui encontraram os “*espíritos extremamente incandescidos por se conhecer a parte muito ativa que o governo do império tomava nos negócios de Portugal, que nos deviam ser absolutamente estranhos, como os de qualquer outro estado do Universo.*”²⁷ Somado a isso havia o fato de que os brasileiros observavam “*com dor*” a admissão de oficiais emigrados que nunca haviam estado no Brasil nas fileiras de seu Exército.²⁸ Os emigrados portugueses teriam sido “*generosamente*” acolhidos no Brasil, fato que ele presenciou como testemunha ocular e tomou parte ativa:

Pode ser que entre um tão crescido número de emigrados houvesse um ou outro mais infeliz, e até mesmo que sofresse algum incômodo, ou privação no Rio de Janeiro, se assim aconteceu foi a poucos, a muito poucos: eu sou testemunha ocular: eu mesmo defendi a sua causa na Câmara dos Deputados; os meus discursos, os discursos de muitos dos meus ilustres colegas, feitos a favor dos nossos hóspedes, existem impressos, e por conseguinte eu não podia esperar que alguns desses mesmos indivíduos tão obsequiados pelos brasileiros estejam dizendo blasfêmias na cidade do Porto, contra os seus benfeitores, e jurando que, depois de conquistarem Portugal, hão de ir em uma imensa frota atacar o Brasil, castigar todos aqueles que expulsaram do trono o Sr. D. Pedro de Alcântara, a quem por conveniência própria chamam agora o Herói do Século, o Anjo Tutelar de Portugal.²⁹

O descontentamento dos brasileiros com a postura do D. Pedro assumiu proporções cada vez maiores, pois “Os males do Brasil cresciam de dia em dia, e a questão portuguesa com os enormes dispêndios dos dinheiros nacionais naquilo que não nos devia importar, chocava as pessoas que se reputavam amigas da pátria.”³⁰ Descontentamento este que tiveram como conseqüência a “inesperada, muito voluntária, muito espontânea, e impolítica abdicação de sua majestade em seu augusto filho o Sr. D. Pedro II, e a sua imediata viagem para a Europa acompanhado por sua excelsa consorte a imperatriz, assim como pela Sra. D. Maria da Glória...”³¹

²⁶ Idem, Ibidem. p. 64.

²⁷ Idem, Ibidem. p. 65. Note-se que aqui Matos coloca-se entre os brasileiros ao afirmar que os negócios de Portugal “*nos deviam ser absolutamente estranhos.*” Tal posicionamento será reiterado mais a frente.

²⁸ Idem, Ibidem.

²⁹ Idem, Ibidem. p. 68.

³⁰ Idem, Ibidem. p.72. Aqui novamente Matos faz questão de frisar que os negócios relativos à questão portuguesa deveriam “nos” ser absolutamente “estranhos”.

³¹ Idem, Ibidem.

Depois de partir para Europa, D. Pedro iniciou a ofensiva contra D. Miguel a fim de recuperar o trono para sua filha, D. Maria da Glória. Cunha Matos narra detalhadamente o conflito que se estabeleceu entre os dois irmãos, fazendo questão de colocar-se neutro nesta questão.

Ao receber a notícia de que o porto de Lisboa estava bloqueado pela esquadra francesa, Cunha Matos deu-se conta da exata dimensão do conflito entre D. Miguel e D. Pedro, o que o levou a não desembarcar na capital portuguesa.³²

Matos temia que as autoridades portuguesas o considerassem um partidário de D. Pedro. Entretanto, para sua surpresa, conseguiu desembarcar no Porto com sua família sem maiores problemas:

...contaram-nos que havia suspeitas bem fundadas da vinda do Sr. d. Pedro com uma expedição contra Portugal. Esta última notícia causou-me bastante aflição, por temer que o governo do Sr. d. Miguel suspeitasse, que eu saíra do Rio de Janeiro por ser partidista do imperador, e que vinha ajudá-lo na empresa em que agora se empenhava, e daqui conclui, que o menos que me fariam, seria não me deixarem desembarcar, e lançarem-me fora de Portugal. Nestas melindrosas circunstâncias, meti-me aos mares da fortuna, e escrevi a um amigo meu que obtivesse licença para desembarcar com a minha família fora da barra, visto não haver água bastante para a entrada da embarcação, e recomendou-me, que se declarasse tanto o meu posto militar, como meu emprego de deputado do Corpo Legislativo Brasileiro, afim de que o governo reconhecesse, que eu não me disfarçava, não tinha nada a temer, nem pretendia que me reputassem como espião. O Governo atendeu à minha súplica, desembarquei no dia 17, recebendo o melhor tratamento dos oficiais da polícia da povoação da Foz...³³

A facilidade com que ele consegue licença para desembarcar no Porto faz com que ele tenha uma boa imagem dos agentes de D. Miguel, contrária àquela que se fazia dos mesmos no Rio de Janeiro, onde a estes era imputado um “*caráter feroz*”. Em seguida ele reitera sua imparcialidade no que se refere às questões políticas de Portugal, imparcialidade esta que lhe propiciou a boa acolhida em terras portuguesas:

Eu reputei-me morto para a política, e por isso fui respeitado e toda a minha família, durante o Governo absoluto do Sr. d. Miguel. Se outros estrangeiros têm motivos de queixar-se deste senhor, talvez ele os tenha ainda maiores, para não tolerar, que homens peregrinos, a quem nada importa a política interna de Portugal, queiram envolver-se em questões de que devem ficar absolutamente separados. Eu nunca farei apologia alguma sobre a administração pública do Sr. d. Miguel ou do Sr. d. Pedro, e também não farei a sua censura além da meta permitida a qualquer

³² Idem, Ibidem. p.78.

³³ Idem, Ibidem. p. 80.

particular, e sobretudo a um estrangeiro residente no País, por me lembrar do que se diz ter acontecido em Veneza.³⁴

Na passagem acima podemos perceber uma mudança em relação ao discurso político que Matos empregou em seus panfletos redigidos no Brasil, no calor dos conflitos vintistas. Em todos aqueles panfletos, Matos colocava-se como um português, que servira dignamente à Portugal e que naquele momento abraçara a causa do Brasil. Aqui observamos que é o “*brasileiro*” quem fala quando ele se reputa “*estrangeiro*” (como fez em outras passagens já citadas) ao se referir aos negócios de Portugal.

A divisão e as disputas partidárias portuguesas são narradas com a ressalva da imparcialidade da qual ele se dizia portador.

Matos conclui seu texto fazendo uma “*breve e resumida*” descrição da Cidade do Porto. Nestas descrições é novamente o “*brasileiro*” quem fala. Como podemos observar nas citações abaixo, a Cidade do Porto é descrita como um território estranho ao que ele pertencia e os parâmetros de comparação referem-se ao Brasil:

O povo pode reputar-se dividido em duas classes: a primeira composta de gente luzida, civil e digna de maior estimação pelas suas belas qualidades; a segunda grosseira, malévola, vingativa, pronta para jurar falso por um copo de vinho, e bem pouco amiga daquilo que se chama asseio, candura e urbanidade. (...) Nas casas e nos seus habitantes, e nos templos não se encontram o luxo e ostentação das grandes povoações do Brasil.

A educação da mocidade é muito diferente da do Brasil, e adequada à natureza do Governo absoluto que prescreve umas, e proscreev outras obras, de maneira que a maior parte dos estudantes do Porto são muito fracos controversistas políticos por não terem conhecimento das obras opostas ao sistema administrativo de Portugal. (...) Pelo que respeita ao Brasil, a maior parte dos moradores do Porto e quase os de todo o Reino tem idéias muito extravagantes e cheias de prejuízos. Supõem que no Brasil não há gente branca, e que a instrução pública é incomparavelmente mais atrasada do que a de Portugal: julgam que o Brasil de 1832 é o Brasil do tempo do marquês de Pombal. Custa-lhes a acreditar que o Império é um Estado livre, soberano e independente de Portugal. Sonham na reunião voluntária, ou na recolonização forçada; e as pessoas das aldeias e muitas da cidade chamam-lhe, os nossos Brasis. (...) As lojas estão fornecidas indiferentemente, sem contudo poderem entrar em linha com os aparatosos armazéns do Rio de Janeiro. As modistas francesas tem aqui pouco que fazer, e por isso há apenas três ou quatro, e nenhuma destas faz a fortuna das que vão ao Brasil, graças à prodigalidade das senhoras do Rio de Janeiro e outros lugares...³⁵

³⁴ Idem, Ibidem. p. 81.

³⁵ Idem, Ibidem. p.87.

3.2. O retorno ao Rio de Janeiro.

De volta ao Rio de Janeiro, Cunha Matos foi chamado a novos e importantes serviços públicos. Em outubro de 1833 foi designado membro da comissão encarregada do novo projeto de ordenança do exército. Ainda em fins desse mesmo ano, quando a Regência determinou a destituição de José Bonifácio do cargo de tutor de D. Pedro II, nomeando-lhe por sucessor o Marquês de Itanhaém, coube a Cunha Matos ao lado de Joaquim de Lima e Silva, o papel de dar voz de prisão a Bonifácio que se negava a atender ao decreto.³⁶

Em 1834, após a reforma da Academia Militar, foi nomeado seu comandante, cargo em que permaneceu por pouco tempo pois tal reforma foi revogada. Logo em seguida foi nomeado Vogal do Conselho Supremo Militar.³⁷ Em setembro de 1835 foi promovido a Marechal de Campo. Seus serviços militares fizeram-lhe conquistar o oficialato da Imperial Ordem do Cruzeiro e a comenda de S. Bento de Aviz, além de distinções honoríficas portuguesas.³⁸

A partir de 1833, Matos passou a dedicar-se com mais ênfase aos trabalhos intelectuais. Neste mesmo ano, publicou as *Memórias da Campanha do Senhor D. Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil, no Reino de Portugal*. Em 1834 publicou seu *Repertório da Legislação Militar*, trabalho que continha todos os regulamentos, ordenanças, índices, repertórios e coleções, bem como manuscritos particulares que lhe foram comunicados, e apontamentos de legislação que se achavam em vigor no Império. Em 1836 publicou seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. No *Auxiliador da Indústria Nacional* publicou dois relatórios, um de 6 de novembro de 1836 e outro de 6 de agosto de 1837, ambos tratando de questões econômicas. No ano de 1837 publicou também a *Corografia Histórica da província de Minas Gerais*.³⁹

Neste período Cunha Matos ocupou o cargo de Primeiro Secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Tal associação, criada no ano de 1827, tinha como principal proposta incentivar o progresso e o desenvolvimento brasileiros. Possuía uma forte marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que surgiram no continente

³⁶ Aqui mostra-se sobretudo como um funcionário do Estado brasileiro ao dar voz de prisão a quem outrora havia imputado o título de “*patriarca da real independência do Brasil*.”

³⁷ OLIVEIRA, T. J. B. op.cit., p.25.

³⁸ SOARES, G. op.cit., p.123.

³⁹ Idem, Ibidem. p.144.

européu durante os séculos XVII e XVIII.⁴⁰ Ela funcionou durante setenta e sete anos (entre 1827 e 1904). Através da publicação de sua revista, o *Auxiliador da Indústria Nacional*, buscava “vulgarizar no país os conhecimentos úteis à lavoura e às demais indústrias nacionais”. Buscava também instruir as “classes mais numerosas” por meio de uma escola primária noturna de adultos e de uma escola industrial, evitando “as misérias e as perturbações políticas e aperfeiçoando o homem no seu moral e na sua atividade.”⁴¹

Alguns textos de Matos foram publicados no *Auxiliador da Indústria Nacional* entre os anos de 1836 e 1838. Eram, sobretudo, relatórios das atividades da SAIN relativos ao período no qual ele exerceu o cargo de Primeiro Secretário. Através destes relatórios podemos avaliar as principais características e objetivos desta Sociedade.

Em seu primeiro relatório, datado de 6 de novembro de 1836, ele fala a respeito das atividades que desempenhou lançando vistas sobre o “*dilatado Império do Brasil*” com objetivo de examinar o estado do comércio; avaliar os meios de melhorar a “*indústria*”, fomentar a navegação e identificar os principais obstáculos que se opunham à agricultura. Chega a conclusão de que somente através do “*exame filosófico dos nossos rios, e a inspeção científica das nossas estradas*” seria possível organizar “*projetos praticáveis*” e adotar “*medidas econômicas exequíveis*”, a fim de impulsionar o “*Comércio, à Navegação, à Indústria e à Agricultura, para alcançarem um maior grau de prosperidade, do que aquele em que se acham colocadas.*”⁴²

Atribui o pouco adiantamento da mineração e da indústria no Brasil à administração colonial. Às “*sociedade científicas*” cabiam o papel de “*propor e auxiliar as maneiras de se obterem os melhoramentos de todas as espécies de indústria, que úteis possam vir a ser aos seus Concidadãos*”. E, portanto, a Sociedade da qual fazia parte, “*como Auxiliadora da Indústria Nacional*”, caberia a

grande, a gloriosa tarefa de indicar ao Governo, e apresentar aos Representantes da Nação os meios mais fáceis de promover a prosperidade industrial, fomentando o Comércio, aumentando a agricultura, animando alguns ramos de manufaturas; determinando a plantação de arvoredos nos lugares em que forem mais necessários; proibindo as indiscretas derrubadas dos bosques, (...),desenvolvendo a navegação interior, (...)estabelecendo as mais convenientes estradas (...), introduzindo o maior

⁴⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1**, p.8.

⁴¹ SILVA, José Luiz Werneck. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico. In: WEHLING, Arno. **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: ERCA Editora e Gráfica Ltda., 1989. p.13-4.

⁴² Memória do Primeiro Secretário atual o Ex^{mo} Sr. Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, por ele lida na sessão pública da Sociedade em 6 de novembro próximo passado. In: **Auxiliador da Indústria Nacional – jan a dez de 1837 – Nº 1 a 12 – Ano V – Nº 2**, p. 38.

número possível de máquinas de vapor, destruindo cachoeiras; explorando minas, e outras preciosidades fósseis por meios científicos, que corrijam, os desacertos passados.⁴³

Em seu segundo relatório, datado de 6 de agosto de 1837, ele reforça o papel das sociedades científicas como propulsoras da “*prosperidade nacional*” e afirma que tempo virá em que a Sociedade Auxiliadora será a “*mais interessante*”, ou ao menos “*uma das mais respeitáveis do Império do Brasileiro.*” Pois

Acreditada na Corte, estimada nas províncias, louvada em países estrangeiros, a Sociedade a que nos gloriamos pertencer marcha na primeira linha dos Estabelecimentos, que gradualmente chegam a adquirir uma estatura colossal. Sim, Senhores! A nossa Sociedade composta das mais respeitáveis Notabilidades do Império; contando em seus registros um grande número de Sábios de primeira ordem, apresentando Planos, Projetos de interesses permanentes, e tendo conseguido a conclusão de várias empresas verdadeiramente patrióticas, cobre-se com a bem merecida divisa de útil, e tem a glória de desempenhar os deveres do título que tomou desde o primeiro dia em que foi instalada.⁴⁴

Não apenas as atividades da Sociedade são exaltadas, mas também as qualidades de seus sócios:

Nós não recebemos honras imaginárias, não nos ataviamos de florões e grinaldas que só figuram pela sua beleza: nós não mendigamos os nomes dos Grandes do mundo só para darmos importância à lista dos nossos sócios: procuramos e achamos pessoas dignas por muitos títulos do nosso reconhecimento, e que sabem descer das altas hierarquias em que se acham colocadas, à simples categoria de Membros de uma associação literária, em que o mérito é conhecido, e avaliado pelas obras, e a estimação depende da soma dos benefícios à prol da humana Sociedade.⁴⁵

De acordo com José Luiz Werneck da Silva, através do *Auxiliador*, a SAIN instrumentalizava, com base científica, sua função de impulsionadora dos interesses econômicos das frações hegemônicas da sociedade fluminense. O grande objetivo destas frações era o da “*construção da nação*” em seu benefício no âmbito da uma monarquia constitucional. Para tanto não eram suficientes os “homens industriais” da Sociedade Auxiliadora. Havia a premente necessidade de se “*pensar a nação intelectualmente*”,

⁴³ Idem, Ibidem. p. 49-50.

⁴⁴ Relatório recitado na sessão pública da Assembléia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no Rio de Janeiro, no dia 6 de agosto de 1837, pelo seu Primeiro Secretário Raimundo José da Cunha Mattos. In: **Auxiliador da Indústria Nacional – jan a dez de 1837 – Nº 1 a 12 – Ano V – Nº 2**, p. 267-8.

⁴⁵ Idem, Ibidem. p. 269.

utilizando-se para isso da história e da geografia, bem como de “sumidades intelectuais” e de “homens civilizados”.⁴⁶

3.3. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 18 de agosto de 1838, Cunha Matos apresentou uma proposta assinada por ele e por Januário da Cunha Barbosa,⁴⁷ no sentido da criação de um Instituto Histórico e Geográfico, filial desta sociedade. Justificavam a criação desta instituição baseados em seu caráter pedagógico que iria “*ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros*”. Enfatizavam ainda as dificuldades a que estavam sujeitas as investigações acerca da história da pátria, sobretudo, devido a carência de um instituto histórico que se ocupasse em centralizar documentos “*preciosos*” que encontravam-se espalhados pelas províncias do Império.⁴⁸ Tal proposta foi aprovada em assembléia geral em 19 de outubro de 1838. A instalação definitiva do IHGB se deu a 21 de outubro de 1838, ocupando provisoriamente as instalações cedidas pela Sociedade Auxiliadora. Após a aprovação dos estatutos, Cunha Matos foi nomeado o primeiro vice presidente e diretor da seção de geografia da nova instituição.⁴⁹ Segundo Lúcia P. Guimarães, a idéia do empreendimento de tão ilustrada associação representava um empreendimento de vanguarda, a exemplo do que ocorria em diversas localidades da Europa, em um movimento identificado por Jacques Le Goff como “*destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança.*”⁵⁰

⁴⁶ SILVA, J. L. W. op.cit., p.16.

⁴⁷ Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) foi o primeiro secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como Cunha Matos também teve sua personalidade retratada em necrológio e elogios históricos publicados na Revista do IHGB, sendo ressaltados seus talentos de literato e político, que “*consagrou sua pena e serviços à liberdade da nação.*” Além de seguir a carreira eclesiástica, também atuou como professor de filosofia, deputado, diretor da Tipografia Nacional, redator do diário do governo, bibliotecário da Biblioteca Nacional e como membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. AZEVEDO, Moreira. *Os precursores. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 51(78):49-53, 1888. p.50-1.

⁴⁸ GUIMARÃES, M. L. S. op.cit., p.36.

⁴⁹ SOARES, G. op.cit., p.149.

⁵⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul./set.1995.* p. 473.

Desde os primeiros anos de sua fundação o Instituto Histórico responsabilizou-se por coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da história do Brasil.⁵¹ Sua principal meta era dotar o país recém-independente de um passado adequado às pretensões da monarquia. Dessa forma, em meio às diversas crises institucionais e às notícias de revoltas que agitavam o país, sustentava um projeto político cuja consecução só seria viável através de uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao regime.⁵² A análise da lista de seus vinte e sete fundadores revela o alcance da proposta de fundação de tal instituição.

Participaram da fundação do Instituto, ao lado de figuras aparentemente desvinculadas do panorama político, algumas notabilidades da Corte, cujas biografias se confundiam com a própria trajetória do Estado Imperial. A presença de 8 elementos portugueses no quadro dos fundadores também é outro dado significativo. Indivíduos que se deslocaram para o Brasil quando da transmigração da Família Real, em 1808, eram os “*portugueses enraizados*”, segundo a expressão de Maria Odila Silva Dias, que haviam participado do processo de Independência e ocuparam cargos e funções de destaque durante o Primeiro Reinado. Dentre os nascidos no Brasil, observa-se através da prevalência de elementos naturais do Rio de Janeiro, seguindo-se dos nascidos na Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, o reflexo do jogo das influências regionais na Corte. Dos vinte e quatro sócios fundadores cuja escolaridade é conhecida, apenas quatro possuíam formação de nível médio. Dentre os que completaram o ensino superior, constata-se a predominância da formação jurídica de Coimbra, seguindo-se dos cursos de preparo para a carreira militar. Em terceiro lugar, salienta-se a não menos conhecida opção dos brasileiros pelas faculdades de medicina francesas. No que se refere às atividades profissionais desempenhadas pelos fundadores, havia apenas um professor, um comerciante, e uma modesta parcela de militares vinculados exclusivamente à caserna. A grande maioria era constituída por políticos. Predominavam no grupo os indivíduos de origem urbana, descendentes de militares e de funcionários públicos. Setores que, articulados ao comércio, participaram do processo de Independência optando pela adoção do regime monárquico, na antiga colônia portuguesa. Destes seguimentos da sociedade luso-brasileira, saíram os homens públicos que dirigiram o país até meados do século XIX, e que estiveram à frente do Instituto Histórico.⁵³

⁵¹ GUIMARÃES, M. L. S. op.cit., p.6.

⁵² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *O “tribunal da posteridade”*. In: PRADO, M. E. **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999. p.36.

⁵³ Idem, *Ibidem*. p.38-41.

Lúcia M. P. Guimarães afirma que sem negligenciar as suas inclinações intelectuais, a adesão destes vultos à Academia teve um significado cujo alcance extrapolou não apenas o reduzido círculo beletrista do Rio de Janeiro, como também os limites da própria Sociedade Auxiliadora.⁵⁴ A autora destaca que dois grupos políticos integraram a lista dos fundadores. Um grupo composto por aqueles que iniciaram a carreira por ocasião da Independência e outro com elementos que ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação. No primeiro grupo, além de Cunha Matos e Torres Alvim, que já prestavam serviços à Casa de Bragança desde o tempo de D. João VI, destacam-se as figuras emblemáticas de Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira e mais um significativo conjunto de parlamentares que principiaram a vida pública na Assembléia Constituinte de 1823: Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Vianna, José Feliciano Fernandes Pinheiro, José Antônio da Silva Maia e Francisco Gê de Acaiaba Montezuma. Este grupo também contava com a presença do ministro da Fazenda do 11º Gabinete do Primeiro Reinado, José Antônio Lisboa. O segundo grupo era composto por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa (filho do Visconde de Cairu), Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes.⁵⁵

A listagem dos fundadores descrita acima, à luz do panorama político do período regencial reúne elementos do antigo “*Partido Restaurador*” (que perdera o sentido de existência ao final de 1834, após a morte de Pedro I) e remanescentes da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro. Principal reduto do “*liberalismo moderado*”, esta entidade civil, organizada logo após a Abdicação, tinha como principal objetivo “*segurar e dirigir a opinião pública*”. Era encabeçada pelo então deputado, Evaristo da Veiga e contava com a participação de militares, parlamentares, dentre outras autoridades da burocracia imperial. Durante a primeira metade do período regencial, esta associação exerceu grande influência nos assuntos públicos.

Após a destituição de José Bonifácio, episódio em que Cunha Matos teve participação já assinalada, a corte palaciana com seu séquito de funcionários e agregados passou para a esfera de influência do ministro Aureliano de Souza Coutinho. Alterou-se, assim, o equilíbrio das forças políticas nos bastidores da Quinta da Boa Vista e do Paço da Cidade.⁵⁶

Depois de cessada a motivação que aglutinava os partidários da volta de D. Pedro I, estes migraram para o lado dos “*liberais moderados*”, realinhando-se junto a Aureliano e seus correligionários da Sociedade Defensora. Círculo do qual já fazia parte Cunha Matos, o

⁵⁴ Idem, Ibidem. p.40-42.

⁵⁵ Idem, Ibidem. p.43.

⁵⁶ Idem, Ibidem. p.44.

marechal Torres Alvim, Joaquim Francisco Vianna e Januário da Cunha Barbosa, que trouxe para o convívio do grupo José Clemente Pereira. Mesmo após sua queda do ministério, provocada pelas manobras oposicionistas de Bernardo Pereira de Vasconcellos, o prestígio e a autoridade de Aureliano permaneceram intocados. Mas, na segunda metade do período regencial, à proporção que Vasconcellos avançava, o grupo de Aureliano viu-se obrigado a recuar. E depois de perder os postos-chave da Regência, devido à subida do “*Gabinete Parlamentar*” (19 de setembro de 1837) onde Vasconcellos ocupou dois ministérios, ficaram reduzido à Quinta da Boa Vista e por isso mesmo muito visados pelos adversários. Necessitavam, portanto, de abrir um novo espaço na Corte, aparentemente neutro e que lhes facilitasse o trânsito no cenário político. Neste sentido, nada mais oportuno do que a criação do Instituto Histórico, nascido na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e gerado em altos conchavos nos salões de São Cristóvão.⁵⁷ Portanto, depois de apresentadas as origens e as vinculações partidárias dos fundadores do Instituto, podemos concluir que estes não se reuniram motivados apenas pelo amor às letras, ou porque estivessem sofrendo da “*saturação do monopólio que a vida pública vinha exercendo em suas mentes.*”⁵⁸

O Instituto Histórico foi um projeto grandioso, idealizado no círculo palaciano e tendo como inspiração o modelo parisiense. No âmbito nacional, tinha como objetivo estabelecer ramificações em todas as províncias do Império. E no internacional, tinha como meta estabelecer intercâmbio permanente com agremiações congêneres em diversos países. Para a consecução destes objetivos contava com a publicação de um periódico trimestral, onde seriam editados documentos históricos e divulgadas suas atividades, bem como a produção intelectual de seus associados.⁵⁹ Este periódico exerceu grande influência na fundação de uma historiografia no Brasil. Desde seu primeiro número, preocupou-se em oferecer ao seu público leitor um quadro detalhado da produção intelectual no campo da História. Campo este que ainda encontrava-se em processo de definição no país, para o qual a *Revista* seria de fundamental importância. Mas além da discussão de questões puramente historiográficas, a *Revista* se constituiu para o século XIX brasileiro como um privilegiado fórum de debates político-intelectuais.⁶⁰

⁵⁷ GUIMARÃES, L. M. P., op.cit., p.482.

⁵⁸ Idem, Ibidem. p.481.

⁵⁹ Idem, Ibidem. p.483.

⁶⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839- 1857)*. In: WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: O Instituto, 1989. p.23.

O período de atuação de Cunha Matos no Instituto Histórico foi curto, pois veio a falecer em 23 de fevereiro de 1839.⁶¹ Mas, sua atuação fora bastante significativa pois compareceu a todas as reuniões realizadas por esta instituição desde a sua fundação. Sua morte foi anunciada na 6ª sessão do Instituto, realizada em 2 de março de 1839, por Januário da Cunha Barbosa, sendo este também o portador a quem Cunha Matos confiou suas últimas palavras para os membros desta instituição:

Cumpro um doloroso dever comunicando-vos que o vosso ilustre consocio, e vice-presidente desta associação, o marechal de campo Raymundo José da Cunha Matos, poucos dias antes de seu falecimento e já desenganado de que não melhoraria da enfermidade que o levou a sepultura, me fez chamar a seu leito, e me pediu que fosse o depositário dos seus sentimentos para os comunicar na primeira ocasião, tanto á Sociedade Auxiliadora, como ao Instituto Histórico. Disse-me pois que agradecia a estimação e respeito que merecera sempre de todos os seus sócios, e que morria com o pesar de não haver contribuído bastante, como esperava, para a prosperidade e glória de tão úteis associações; que deixava separadas, para serem entregues, as memórias que aqui recitara, e que aqui terminava sua vida formando os mais sinceros votos de um zeloso consocio pelo aumento e honra das suas associações a que pertencera, e de cujos membros para sempre se despedia.⁶²

Após sua morte alguns de seus manuscritos legados ao Instituto Histórico por sua família continuaram a serem publicados na *Revista* desta instituição, bem como diversos elogios históricos a seu respeito. Em 1863, foi publicada sua *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Texto escrito em 1838 em resposta a proposta de Januário da Cunha Barbosa, apresentada logo na primeira sessão do Instituto, sobre quais seriam as “*verdadeiras épocas da história do Brasil*”. Em 1874 foi publicada a “*Corografia Histórica da Província de Goiás*”. Em 1925 as “*Memórias da Campanha do Senhor D. Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil, no Reino de Portugal*” foram reeditadas. Outras obras como “*Épocas Brasileiras ou Sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil*” e “*Épocas brasileiras ou Sumário dos acontecimentos mais notáveis da província da Bahia*”, também foram editadas na revista do Instituto Histórico nos anos de 1925 e 1976, respectivamente. Seu “*Compendio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal nos Mares e Continentes da África Oriental e Ocidental*”, doado ao Instituto Histórico por seu filho Libânio Augusto da Cunha Matos, foi publicado pelo Arquivo Nacional em 1963.

⁶¹ A data de falecimento de Cunha Matos aqui apresentada foi retirada do “*Processo de Habilitação à pensão militar da viúva do Marechal de Campo Graduado Raimundo José da Cunha Matos, fundador e 1º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde a sua fundação*”, publicado na **Revista do IHGB 162 (410)**, Rio de Janeiro, jan./mar.2001, p.219-226. A data de falecimento do mesmo apontada no trabalho de Gerusa Soares é de 19 de janeiro de 1839.

⁶² **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo I, segunda edição, 1839. p.63-64.

3.4. A “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde seus primeiros anos de funcionamento empenhou-se no empreendimento de um projeto de História Geral do Brasil que identificava-se com um grande levantamento descritivo de fatos e documentos. Em resposta à tomada de consciência da fragilidade do Império, datada do processo de Independência, os membros desta agremiação esforçaram-se no reconhecimento do vasto território brasileiro como forma de tentar impedir a fragmentação territorial e social do Império.⁶³

As discussões acerca desta História Geral do Brasil foi uma das temáticas que mais motivou os debates entre os acadêmicos do IHGB nos primeiros anos de sua criação. A *Dissertação* de Cunha Matos foi fruto, como já dito, da proposta de Januário da Cunha Barbosa de se estabelecerem as “*verdadeiras épocas da história do Brasil.*” Para este último, o estabelecimento destas “épocas” era uma etapa preliminar à escrita da História Geral.⁶⁴

Na sessão de 15 de dezembro de 1838, diversos membros se pronunciaram a respeito deste tema e os sócios Lino de Moura, Silvestre Rebelo de Cunha Matos leram memórias específicas sobre esta questão. As discussões a esse respeito arrastaram-se por mais duas sessões e encerraram-se sem uma definição colegiada. Somente a memória apresentada por Cunha Matos mereceu publicação, mas isso se deu apenas no ano de 1863.⁶⁵

O texto de Matos foi apontado por Valdei L. Araújo como um indicativo de como esta questão foi abordada nas sessões do IHGB, já que como o próprio autor afirma, ele levou em consideração as diversas opiniões manifestadas pelos sócios nas discussões sobre o tema.⁶⁶

Logo no início de sua *Dissertação*, Cunha Matos deixa clara sua intenção de contribuir para a elucidação da história do império apresentando o sistema que utiliza para a realização de seus trabalhos históricos e geográficos:

... cumpre que em desempenho dos deveres que me propus de concorrer para melhor elucidação da história deste império, eu escreva mais algumas palavras e

⁶³ ARAUJO, Valdei Lopes. **A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. Rio de Janeiro, 2003. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. p. 160.

⁶⁴ Idem, Ibidem. p. 188.

⁶⁵ Idem. Ibidem.

⁶⁶ Idem. Ibidem.

ofereça mais alguns argumentos que corroborem as opiniões já emitidas, e apresentem o sistema que eu tenho seguido até hoje e pretendo seguir daqui em diante em todos os meus trabalhos históricos e geográficos do Brasil, e de diferentes outras regiões do universo.⁶⁷

Em seguida afirma não ser possível escrever a História Geral do Império do Brasil “*de um só jato*”, e se considera inabilitado para a escrita de tal história por faltarem muitos elementos provinciais necessários para fazê-lo. Segundo ele, em consonância com a opinião do Visconde de São Leopoldo, seriam as histórias particulares ou das províncias os melhores materiais para a elaboração da História Geral do Império. Essa posição de Cunha Matos ia de encontro com a opinião de Januário da Cunha que compreendia a tarefa da escrita da História Geral como algo que já havia se iniciado e nesse sentido, seria o IHGB um sujeito coletivo e coeso, capaz de coordenar diretamente essa escrita.⁶⁸ Talvez seja este o motivo para que o texto de Matos tenha esperado 25 anos para ser publicado.

Cunha Matos critica duramente s trabalhos publicados a respeito da história nacional anteriores a 1822 são duramente e aponta-os como um dos obstáculos para o desenvolvimento da citada História Geral:

Como será possível escrever uma história filosófica do povo do Brasil antes de levar ao cadinho da censura mais severa o imenso fardel de escritos inexatos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos anteriores ao ano de 1822 em que unicamente se imprimia em Portugal, e raríssimas vezes no Brasil, aquilo que um governo desconfiado, uma inquisição intolerante, um Ordinário sem critério, uma mesa da comissão sobre a censura dos livros que permitiam que fosse publicado?⁶⁹

Outro obstáculo estaria representado nas obras dos estrangeiros:

Como será possível escrever a história filosófica do Brasil tomando como farol os livros estrangeiros impressos antes da declaração de independência do império? O que vemos acerca da história em quase todos os escritores estrangeiros? Aquilo que escreveram os portugueses, e os brasileiros; e demais a mais muitas inventivas, insulsos, calúnias, impérios, falsidades em desabono do povo do Brasil!⁷⁰

Para a composição da narrativa de uma história nacional de acordo com os novos padrões que o Instituto visava implementar, a documentação existente deveria ser submetida a crítica e algumas obras censuradas:

Eu entendo que seria uma tarefa muito interessante deste Instituto o encarregar de alguns dos seus membros, o exame, e a censura de todos os livros impressos acerca

⁶⁷ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XXVI, 1863. p.121.

⁶⁸ ARAUJO, V. L. op.cit., p.193.

⁶⁹ MATOS, R. J. C. op.cit., p.122-123.

⁷⁰ Idem, Ibidem. p.123.

da história do Brasil tanto nacionais como estrangeiros, começando pela carta que Pedro Álvares Cabral remeteu ao rei D. Manoel... Outros documentos estão pedindo o escalpelo da boa crítica, e são as celebradas cartas de Américo Vespúcio cuja autenticidade é atacada e defendida por escritores muito modernos.⁷¹

Tece alguns comentários a respeito dos vários escritos sobre o Brasil de nacionais e de estrangeiros. Estes últimos, segundo ele, distinguiram-se acima dos portugueses e dos brasileiros no que dizia respeito às ciências naturais. Logo abaixo diz que os estrangeiros Eschwege, Mawe, Neuwied, Pohl, Natherer, Langsdorf, Spix e Martius, entre outros, publicaram suas viagens como naturalistas precedidos por alguns brasileiros e portugueses, e completa:

... nem é justo lançar em rosto aos habitantes do Brasil o não terem publicado as relações das suas viagens científicas antes do ano de 1808, sabendo-se que o governo apenas concedia subsídios muito escassos aos naturalistas nacionais, e que antes da abertura dos portos aos estrangeiros, de propósito se punham obstáculos às explorações e às notícias mais circunstanciadas das províncias internas, por temor de alguma tentativa de conquista...⁷²

Defende os brasileiros e portugueses, afirmando que os estrangeiros são injustos em suas críticas a respeito deles:

Pelo que respeita a história, são alguns estrangeiros muito injustos e muito severos contra os brasileiros e os portugueses; pois é fato reconhecido, que em consequência da calamitosa sujeição da coroa de Portugal à de Castella, e pela sistemática diligência dos reis Filippes foram sufocadas as ciências e as artes em Portugal, para deste modo haverem um maior número de braços de homens ignorantes, mas valentes que defendessem os interesses castelhanos nas fronteiras da França, na Itália, e sobretudo nos Países Baixos contra os holandeses revoltados.⁷³

Em seguida lista uma série de autores como frei Rafael de Jesus, frei Manoel Callado, Bernardo Pereira de Barredo, Francisco Brito Freire e Gaspar Estácio, que merecem o título de clássicos nas “coisas do Brasil”, elaborando um conjunto de referências que devem ser seguidas para a escrita da história nacional.

Critica a censura que se estabeleceu no ano de 1816 limitando os talentos dos brasileiros e portugueses:

... a censura lançou pêas aos talentos dos brasileiros e portugueses, tanto em as matérias políticas como nas religiosas: nenhum escritor se atrevia a fazer observações sobre a marcha da administração; ninguém se atrevia a censurar um

⁷¹ Idem, Ibidem. p.123-124.

⁷² Idem, Ibidem. p.124.

⁷³ Idem, Ibidem. p.125.

ato menos acertado do governo: os seus erros eram umas vezes metamorfoseados em mistérios sublimes da polida civilização, e outras vezes apenas se censuravam em termos equívocos, e na mais recôndita solidão.⁷⁴

E afirma que “A história só pode ser composta por filósofos, mas para isso devem estes gozar uma inteira e sensata liberdade.”⁷⁵

Utilizando-se dos argumentos acima justifica a falta de escritos (de brasileiros) a respeito do Brasil e reafirma a impossibilidade de se escrever uma História Geral do país:

Tudo quando aqui vos digo, são verdades reconhecidas geralmente no Brasil, é pois desde o ano de 1823 em diante que entre nós existe a liberdade de escrever; e por conseguinte parece-me absolutamente desculpável a falta de bons escritos nacionais antigos, e absolutamente impossível o arranjar-se desde já uma história geral, ou uma história filosófica do império de Santa Cruz. Aquele que se meter nessa empresa, a de sofrer toda a sorte de torturas, a de achar-se no meio de grandes dificuldades, a de infalivelmente naufragar nos baixios de contradições.⁷⁶

Estabelece a seguir uma cronologia para a história nacional, dividindo em três as “*épocas brasileiras*”: a primeira seria a dos aborígenes ou autóctones; a segunda a do descobrimento do território pelos portugueses e da administração colonial; e a terceira abrangeria “*todos os conhecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um sistema de governo imperial, hereditário, constitucional e representativo.*”⁷⁷

A respeito da primeira época, primeiramente, comenta a falta de fontes para analisá-la e, em seguida, inicia uma discussão a respeito das origens dos aborígenes encontrados no Brasil. Cita Humboldt e uma série de nomes de portugueses e brasileiros, atribuindo-lhes as melhores informações acerca dos índios dos rios Negro e Branco, mas afirma:

... mas cumpre reconhecer que os jesuítas e outros missionários em termos anteriores haviam feito explorações, e aberto caminho as pesquisas mais recentes de homens que se inculcam mais filósofos. Foi moda obscurecer os importantíssimos serviços feitos ao Brasil pelos religiosos da companhia de Jesus, e de outras congregações regulares, para marchar de acordo com os ministros cujas vidas e projetos acerca do Brasil, Não se acham suficientemente elucidados.⁷⁸

Cunha Matos aborda um conjunto de questões que ocuparão por um período significativo a agenda temática e de interrogações da *Revista do IHGB*, ao estabelecer esta primeira época como a dos conhecimentos a respeito dos indígenas. Apontava assim para um

⁷⁴ Idem, Ibidem. p.126.

⁷⁵ Idem. Ibidem.

⁷⁶ Idem, Ibidem. p.129.

⁷⁷ Idem. Ibidem.

⁷⁸ Idem. Ibidem.

dos temas centrais com o qual se ocupariam os letrados voltados para a construção da narrativa nacional.⁷⁹ Sua experiência como militar, enquanto governador das armas da província de Goiás o colocou diante dessas populações e os desafios que significavam sua decifração para o projeto de um Estado Nacional. Experiência esta registrada em seu relato de viagem. Como formas de produzir conhecimento seguro a respeito dessa população são apontados os estudos etnográficos e lingüísticos. Também a arqueologia (concebida segundo as regras de interrogação da natureza) poderia contribuir para desvendar os mistérios de uma cronologia que não se deixava captar pelos registros comuns de uma cultura fundada na escrita. A escrita da história nacional, segundo ele, ficaria então impedida até um conhecimento seguro a respeito dessas populações e desse tempo ser realizado.

A respeito das outras duas épocas, curiosamente vai imperar um silêncio no restante do texto. Percebe-se que ele empenhou-se, sobretudo, em organizar o conhecimento acerca da primeira delas, aquela que ainda não havia sido ainda submetida às regras existentes para a escrita da história, a partir de uma matriz científica, elaborada segundo o modelo em gestação pela cultura histórica oitocentista. E devido a isso, ainda não controlada por esse projeto escriturário veiculado pelo IHGB.⁸⁰

Outra preocupação evidente em seu texto é a de esboçar sua concepção de história, a forma e os procedimentos de acordo com os quais a mesma deveria ser escrita:

A história é a ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados. Também há historia acerca do futuro, a qual deve ser considerada como vaticínios, profecias, pressentimentos ou previsões. A historia abrange todos os ramos dos conhecimentos humanos: pode ser geral ou particular, e divide-se em secções principais, que são subdivisões em particulares ou especiais. Ela em a matéria, ordem, e estilo deve ser escrita por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exato e o mais claro possível; e o fim principal da historia política e civil, é encaminhar os homens a pratica das virtudes e ao aborrecimento dos vícios para que daí resulte o bem estar das sociedades. Os historiadores costumam dividir os seus trabalhos em épocas ou períodos; e os que tratam especialmente dos homens ou dos estados, descrevem em primeiro lugar as noticias ou as tradições dos tempos fabulosos, depois destes heróicos, e finalmente os verdadeiros antigos e modernos.⁸¹

Deixa bastante claro também quais as melhores fontes para o trabalho historiográfico, ressaltando a importância da crítica documental:

⁷⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista*. In: CARVALHO, José Murilo. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.117.

⁸⁰ Idem, Ibidem. p.118.

⁸¹ MATOS, R. J. C. op.cit., p.137.

Os melhores materiais para escrever a historia do Brasil (e a de outros lugares), são os monumentos e as inscrições abertas em laminas de pedra e metálicas; os diplomas legislativos, as cartas imperiais ou regias, os regulamentos ou regimentos, resoluções, avisos, provisões e patentes. Termos de posse dos governadores, bispos, magistrados, oficiais municipais, e das outras classes de empregados públicos, e as cartas de sesmarias das terras concedidas aos mais antigos povoadores. Um crítico muito austero deve presidir o exame destes monumentos; observar o talho da letra, a cor e os estado das tintas, confrontar as eras ou as coisas com as pessoas, enfim desempenhar os deveres de bom paleógrafo e bom cronólogo. Se os escritores do Brasil tivessem praticado estas regras que são imprescritíveis, e aconselhadas desde a mais alta antiguidade por aqueles que estão reputados mestres dos historiadores, não teríamos o desgosto de encontrar ficções em vez de realidades, e de ler muito desfigurados alguns dos mais belos episódios dos fastos brasileiros.⁸²

Através das palavras de Cunha Matos, podemos perceber que a nova realidade política advinda da separação de Portugal e do rompimento definitivo do estatuto de colônia, permitiu também a consciência de uma ruptura entre passado e presente, entre a história antiga e moderna do Império (expressa logo no título de sua *Dissertação*). Foi o tempo da política o responsável por modular os esforços para a construção de uma cronologia para a história do Império. Cunha Matos, como visto acima, apresenta um conjunto de fontes que serviriam de referências centrais para o trabalho de elaboração de uma narrativa nacional, organizando dessa maneira um repertório canônico a partir do qual essa escrita da história deveria ser constituída. Aponta também para o estabelecimento de uma cronologia que deveria organizar esses mesmos procedimentos escriturários.⁸³

A *Dissertação* escrita por Cunha Matos foi apontada por Manoel Salgado Guimarães como um dos “*textos fundadores*” da historiografia nacional. Tais textos, segundo ele, fundaram uma forma peculiar de escrita: a escrita da história do ponto de vista nacional e do historiador. Este último apesar de compartilhar com diversos especialistas do código letrado algumas características e tradições, foi responsável também por desenhar uma nova especialidade para as atividades das letras: a de escrever a história do Brasil a partir de procedimentos adequados, capazes de assegurar a verdade do narrado segundo os protocolos em construção e que começam a vigir para esse tipo de escrita peculiar. Através destes textos procurava-se indicar os procedimentos a serem empregados na construção de uma narrativa do passado que deveria ser lembrado quando o que estava em questão era o relato das origens da nação.⁸⁴

⁸² Idem, Ibidem. p. 137-138.

⁸³ GUIMARÃES, M. L. S. op.cit., p.115-116.

⁸⁴ Idem, Ibidem. p.99-100.

A primeira geração de literatos e escritores (na qual Cunha Matos inclui-se) que se empenha na construção de um modelo para a escrita da história nacional tinha como tarefa reconstruir o passado que se desejava narrar. De acordo com Valdeci Araújo, ao longo da década de 1830, a disputa entre as diversas interpretações da história, em especial do episódio da Independência, ganhou conotações fundamentais na disputa pelo poder.⁸⁵

Os textos que emergem nos primeiros anos de fundação do IHGB, são especialmente ricos para vislumbrarmos os primeiros momentos do debate em torno das formas mais adequadas de proceder a escrita da história nacional, uma vez que tudo estava por fazer e que várias possibilidades se mostravam viáveis. Serão eles os responsáveis pela fundação de algumas das regras que se tornaram condições indispensáveis para o trabalho do historiador: o trabalho a partir de documentos transformados em fontes para escrita, lugar de legitimação para o saber produzido. Irão compartilhar ainda da concepção de história como mestra, apoiando-se na defesa do que denominam uma história filosófica, ainda que este *topos* esteja sendo revisto pela escrita oitocentista.

Lê-los, a partir de sua historicidade própria, é reconhecer as tensões e disputas que silenciosamente os configuram, abrindo mão de vê-los como superfícies sem arestas, unidades constituídas pela vontade de um autor que lhes transfere sentido e unicidade. Repensá-los é talvez um exercício de historiografia, uma reflexão acerca dos modos de fazer que nos constituem também hoje como historiadores.⁸⁶

3.5. O IHGB como um “lugar de memória”.

Fundado no ano de 1838, O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contribuiu para o projeto de consolidação do Estado Imperial brasileiro que dava seus primeiros passos e necessitava de um passado adequado que lhe garantisse identidade própria frente ao conjunto mais amplo das nações.⁸⁷ O projeto historiográfico desenvolvido na instituição foi profundamente marcado por essa conjuntura política, visto que, a maior parte de seus membros constituía-se de notórios homens públicos. A conjuntura do período regencial e dos primeiros dias do Segundo Reinado, repleta de disputas políticas, não se apresentava como propícia para que viessem à tona determinados acontecimentos recentes e contraditórios. Sobretudo se esses acontecimentos envolvessem personalidades em plena militância político-

⁸⁵ ARAUJO, V. L. op.cit., p. 12.

⁸⁶ GUIMARÃES, M. L. S. op.cit., p.119.

⁸⁷ GUIMARÃES, M. L. S. op.cit., p.8.

partidária.⁸⁸ Assim, os intelectuais que estiveram à frente do IHGB responsabilizaram-se por selecionar os acontecimentos do passado mais adequados à consecução do projeto de legitimação monárquica. Forjaram dessa forma uma linha de continuidade entre o império lusitano e a monarquia brasileira, apresentando o processo de Independência como natural, sem traumas, nem rupturas. O passado começou a ser visto, neste momento, como um campo de experiência, que iluminado pelo presente, traria a figura total de uma identidade. Nesse sentido, a Independência tornou-se um marco, um evento a partir do qual todo o passado colonial poderia ser compreendido como a formação da nacionalidade.⁸⁹

Os intelectuais do Instituto esmeraram-se na produção da memória nacional. Como parte desse projeto, organizaram uma “galeria de heróis”, de personalidades que deveriam ser cultuadas pelos serviços prestados à glória da pátria. Nessa busca de “brasileiros ilustres” a atividade literária foi um fator primordial de distinção. A publicação das biografias, enquanto reconstituições vivas do passado possuíram um claro sentido pedagógico, através da divulgação de “vidas exemplares”. O exemplo dos “grandes homens” deveria ser contagioso, fazendo surgirem novos exemplos, ou ao menos deveriam servir de guia moral e cívico.⁹⁰

Raimundo José da Cunha Matos figurou nesta galeria de heróis. Utilizaremos os apontamentos biográficos publicados na Revista do IHGB a respeito desse personagem através dos elogios históricos e necrológio para analisar a construção da imagem que se formou em torno do mesmo, louvado pela bravura de soldado e por seus talentos literários e políticos. Através do exemplo de Cunha Matos poderemos observar não apenas a maneira como o Instituto contribuiu para dotar a pátria de um passado adequado, repleto de valorosos servidores, mas também como essa instituição definiu sua própria identidade frente à conjuntura política do período.

Logo na sessão inaugural do Instituto, que ocorre a 21 de outubro de 1838, Januário da Cunha Barbosa traçou um sombrio quadro acerca do desenvolvimento dos estudos da História da Pátria, entregues às interpretações de autores estrangeiros. Em seu discurso, além de tecer uma série de reflexões sobre a importância do culto a Clio, concluiu que a Academia deveria chamar para si o encargo de escrever uma história nacional única e coerente.⁹¹ Tal discurso é citado por diversos autores como um dos pilares da gênese da historiografia brasileira.⁹²

⁸⁸ GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.515.

⁸⁹ ARAUJO, V. L. op.cit., p. 172.

⁹⁰ ENDERS, Armele. “*O Plutarco Brasileiro*” – *A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, 2000/1. p.8.

⁹¹ BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo I, 1839. p.9-18.

⁹² GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.507.

À partir de então a instituição responsabilizou-se por salvar e eternizar tudo aquilo que fosse suscetível de se tornar memorável, cuja definição dependia de uma série de disposições teóricas e pressupunha também um certo número de procedimentos metodológicos que abrangiam um campo que começava com a descoberta das fontes e se estendia até a produção textual.⁹³

Como já citado, dentre os 27 fundadores da instituição, 14 eram homens públicos, cuja influência ultrapassou os limites das benesses ou do prestígio que eles carregaram dentro do Instituto. Assim, orientado pelos homens que estiveram à frente dos acontecimentos de 1822, o IHGB começou a tecer a memória de um país recém-separado da metrópole e que carecia de unidade.⁹⁴

Estes indivíduos foram responsáveis pela orientação e consecução de todas as atividades da instituição. Seus trabalhos não se limitaram à organização da “memória de papel”, tão pouco às atividades em que pesassem a erudição e o cuidado com a pesquisa documental.⁹⁵ Através deles constituiu-se a “Memória”, como foi definida por Pierre Nora: “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.”⁹⁶

Segundo este autor:

Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria... Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória.⁹⁷

De acordo com Pollak, os “lugares de memória” apontados por Nora (os monumentos, o patrimônio arquitetônico e seus estilos, as paisagens, as datas e personagens históricas, as tradições e os costumes, certas regras de interação, entre outros) podem ser considerados como os indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Memória esta estruturada por suas hierarquias e classificações, responsável pela definição do que é comum

⁹³ CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: Diálogos, DHI/UEM, v.8, n.1, p.11-29, 2004. p.14.

⁹⁴ GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.515.

⁹⁵ Idem, Ibidem. p.516.

⁹⁶ NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: Projeto História. São Paulo (10), 1993. p.15.

⁹⁷ NORA, P. op.cit., p.13.

a um grupo e do que o diferencia dos outros. Nessa operação fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.⁹⁸

A idéia da formação de um “gigantesco estoque de material” pode ser encontrada já no primeiro volume da Revista, em um ensaio publicado por Januário da Cunha Barbosa, denominado “Lembranças do que devem procurar os sócios (...) para remeterem à sociedade central”. Segundo este autor, as biografias de brasileiros ilustres figuravam entre os testemunhos dignos de destaque, assim como cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos, notícias dos costumes indígenas, entre outros.⁹⁹

A “necessidade de recordar” foi orientada pelas condições originais com que os integrantes do IHGB dialogaram com as circunstâncias históricas do período, sobretudo o grupo dos políticos. Questão que se deslocava do plano intelectual para o da ação política. Foi deste patamar que foram tomadas as decisões de tornar públicos certos documentos; arquivar fontes cuja veiculação prejudicasse a imagem de determinados sócios e censurar obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso. Procurava-se assim, para a construção da memória do Império, selecionar no “vertiginoso repertório” do passado os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente. A organização das lembranças era norteada pela necessidade de levar adiante o projeto político iniciado em 1822, que encontrava-se fragilizado pela falta de unidade das províncias e pela vacância do trono, que se estendia desde a Abdicação.¹⁰⁰

Nesse sentido, o passado mais adequado certamente não era o imediato, entendido como o espaço de tempo que se estendeu do período que antecedeu a independência até a fundação do Instituto. Pois nele se inseriam conflitos internos mal resolvidos e que arrastavam-se desde antes do Primeiro Reinado, como conseqüências dos embates por maior autonomia travado entre as províncias e o governo central. Outro fator responsável que tornava o passado recente inadequado para os propósitos do Instituto era o envolvimento dos políticos atuantes na instituição nas questões citadas acima. O destino designado pela Comissão de História para uma documentação sobre a Revolução Pernambucana de 1817 é bastante ilustrativo destes pressupostos.¹⁰¹

⁹⁸ POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. p.3.

⁹⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem a sociedade central*. Apud GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.516.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.516-7.

¹⁰¹ Idem. Ibidem.

Na sessão de 22 de outubro de 1839, José Inácio de Abreu e Lima, filho do chamado “padre Roma” (uma das lideranças da Revolução de 1817 em Pernambuco) doou ao Instituto um manuscrito de Caetano Pinto de Miranda e Montenegro (governador da província no período da Revolução Pernambucana), em que este demonstrava uma certa simpatia para com os rebeldes. Tal “raridade” acabou censurada pela Comissão, que optara pelo seu arquivamento, até que “todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade”.¹⁰²

Cunha Matos foi uma das personalidades envolvidas na repressão dos insurretos pernambucanos. Falecera meses antes da divulgação do citado parecer e foi alvo de um extenso elogio fúnebre publicado na Revista, onde dentre os relevantes serviços prestados à Pátria, o necrológio salientava justamente sua atuação na Revolução Pernambucana.¹⁰³ Os primeiros documentos acerca da Revolução de 1817 só irão aparecer nas páginas da Revista em 1866, através de testemunhos menos comprometedores que o manuscrito de Caetano Pinto de Miranda e Montenegro.

Visto que as crises localizavam-se no passado imediato, o Instituto passou a identificar no Segundo Reinado o recomeço da história nacional, cujas origens encontravam-se numa época mais longínqua, ou seja, no espaço de tempo entre 1500 e 1816, período este que contemplava basicamente o período colonial do Brasil. Lá estariam localizadas as raízes do Império. A instituição optou, portanto, pela difusão de testemunhos de personalidades do aparelho colonial. Nada que pudesse trazer a tona qualquer indício de contestação ao sistema colonial seria publicado. Muito pelo contrário, a documentação impressa do passado remoto do Império deveria carregar as marcas da continuidade, da centralização e da legitimidade.¹⁰⁴

Através desse processo de construção da memória nacional, transformava-se o Estado Monárquico estabelecido em 1822 em legítimo herdeiro e sucessor do império ultramarino português. Herança esta sustentada inclusive com a presença de um representante da Casa de Bragança no trono brasileiro. Forjou-se o conceito de que a passagem do estatuto de colônia para o de país independente se deu de forma natural, sem traumas, nem rupturas. A antiga metrópole converteu-se em “mãe-pátria”, dando um caráter de singularidade ao caso brasileiro frente a seus vizinhos no continente, que contaminados pela anarquia e por furores democráticos, fracionaram a América Espanhola.¹⁰⁵

¹⁰² IHGB, Ata da sessão de 22 de outubro de 1839. Apud GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.518.

¹⁰³ GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.518.

¹⁰⁴ Idem, Ibidem. p.520.

¹⁰⁵ Idem, Ibidem. p.523.

Como parte desse projeto de construção da memória da nação, o Instituto assumiu a missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas. Para tanto, deu início à organização de uma galeria ordenada de homens ilustres, colocando-os em uma disposição espaço-temporal adequada, para que fossem percebidos de forma nítida por aqueles que quisessem seguir seus passos no caminho da “honra e da glória nacional”.¹⁰⁶ Segundo Januário da Cunha Barbosa, “a história é um fecundo seminário de heróis”, e através da vida dos grandes homens se aprenderia a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos. Assim, se alguém praticou um ato “digno de ser escrito” os historiadores do IHGB estariam prontos pra registrá-lo.¹⁰⁷ Ocorre a partir de então no interior desta instituição, um processo denominado por Lúcia P. Guimarães de “memórias partilhadas”, que constitui-se na produção de narrativas escritas, que tomam forma dentro de um quadro de significado, que lhes é dado pelo grupo onde são produzidas.¹⁰⁸ Dentro desse quadro, a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator extremamente importante para o sentimento de continuidade e coerência de um grupo.¹⁰⁹

O próprio Instituto Histórico, enquanto instituição encarnou muitas vezes a figura de um herói que seria um agente coletivo. Seus gestos heróicos diziam respeito a sua fundação e suas tarefas históricas consistiriam em salvar o passado nacional e em construir uma memória nacional.¹¹⁰

Logo no primeiro número da Revista do Instituto, são dados os primeiros passos para a execução do projeto de construção do panteão de heróis nacionais, ou seja, das personalidades da história nacional a serem cultuadas. Os sócios residentes fora do Rio de Janeiro são alertados em relação ao material que deveriam buscar em suas respectivas regiões para enviar à sede na capital do Império. Nesse sentido, as notas biográficas sobre as “celebridades regionais” são as primeiras a serem apontadas.¹¹¹

O declínio das monarquias absolutas e o fortalecimento das nações estimularam na Europa do século XIX o gosto pelos grandes homens e o interesse por seu culto.¹¹² Ângela de

¹⁰⁶ CEZAR, T. op.cit., p.26.

¹⁰⁷ Idem, Ibidem. p. 23-24.

¹⁰⁸ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *O império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional*. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p.280.

¹⁰⁹ POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992. p.200-212.

¹¹⁰ CEZAR, T. op.cit., p.23.

¹¹¹ GUIMARÃES, M. L. S. op.cit., p.36.

¹¹² ENDERS, A. op.cit., p.6.

Castro Gomes sublinha a importância que a produção de biografias alcançou neste século como resultado de um longo processo de transformação pelo qual passaram as sociedades ocidentais. Nesse processo a lógica coletiva, regida pela tradição, deixa de se sobrepor ao indivíduo que se torna “moderno”, passa a postular uma identidade singular para si no interior do todo social e a afirmar-se com valor distinto e constitutivo desse mesmo todo. As sociedades modernas reconhecem a partir de então os indivíduos como livres e iguais, postulando a autonomia dos mesmos e abrindo campo para um novo tipo de interesse sobre esse “eu moderno”. A vida individual nesse momento assume uma importância até então desconhecida, tornando-se matéria digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros.¹¹³

A preocupação biográfica aparece no segundo número da Revista que continha uma rubrica intitulada “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc...”. Mas essa seção não esgotava toda a obra biográfica deste periódico, que passou a publicar também “esboços biográficos” ou “elogios” pronunciados por ocasião do falecimento dos membros da instituição. O “panteão de papel” erigido pela Revista do IHGB e pelos inúmeros dicionários biográficos publicados no Segundo Reinado, não foi uma simples réplica da tendência internacional do culto aos grandes homens. Estava de acordo com as leis gerais que passaram a orientar a história do Brasil como sucessão de fatos e como narrativa, e que foram definidas por Martius em nome do Instituto.¹¹⁴

O IHGB adotou a noção de homem ilustre elaborada pelas academias iluministas. “O grande homem das luzes” além de dispor de uma série de méritos, se distinguiria do herói singular pelo fato de pertencer a uma “república de talentos”, ou seja, a uma coletividade de cidadãos notáveis.¹¹⁵

A seção dos “Brasileiros ilustres...” da Revista do IHGB segue a regra dos dicionários do período, encarregados de salvar do esquecimento tais homens ilustres. Entre 1839 e 1888, cento e dezoito personagens foram nela destacados. E embora a seção às vezes desapareça da revista, como por exemplo, entre 1852 e 1856, isso não impede que sejam publicados artigos biográficos ou necrológicos minuciosos, que também possuíam a função de exaltar a memória dos grandes vultos da pátria.¹¹⁶

A galeria de heróis nacionais que o IHGB visava construir possuía raízes no período anterior a 1822. Dignos de figurar na galeria de vultos “distintos por letras, armas, virtudes,

¹¹³ GOMES, A. C. (org). op.cit., p. 11-2.

¹¹⁴ ENDERS, A. op.cit., p.2.

¹¹⁵ Idem, Ibidem. p.1-3.

¹¹⁶ Idem, Ibidem. p.4.

etc.” seriam todos aqueles que mesmo não sendo “brasileiros por nascimento”, o eram por suas “ações gloriosas e por haverem passado grande parte de sua vida neste País”. A relação dos biografados se compõe de uma mistura de brasileiros e portugueses, fator responsável por reforçar as linhas de continuidade e legitimidade da monarquia brasileira.¹¹⁷

Cunha Matos começa a figurar na “galeria de heróis” da pátria logo após seu falecimento. Como já foi demonstrado, a morte de Cunha Matos é anunciada na 6ª sessão do Instituto, realizada em 2 de março de 1839, por Januário da Cunha Barbosa, sendo este também o portador a quem Cunha Matos confiou suas últimas palavras para os membros desta instituição. Matos despedia-se dos seus consócios pesaroso por não haver contribuído tanto quanto esperava “para a prosperidade e glória” da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Histórico. E deixava como legado para essa última associação as memórias que redigiu.¹¹⁸

Na sessão de 16 de outubro de 1839, foi lida uma carta de D. Maria Venância de Fontes Pereira de Mello, viúva de Cunha Matos, onde esta, “querendo dar uma prova” de seu reconhecimento ao Instituto pelas “demonstrações de sentimento que patentearam seus dignos membros na ocasião da inauguração do Busto” de seu esposo, decidiu oferecer a “ilustre e científica Sociedade” parte de seus escritos, principalmente os relativos ao Brasil. Nesta carta ela deixou claro que ficaria muito grata se estes manuscritos fossem dignos da estima dos membros do Instituto, bem como de publicação.¹¹⁹ Tal carta demonstra um interesse também por parte de sua viúva, apontada por Bellegarde em Elogio Histórico ao marechal, como “amante das letras e digna esposa de tão benemérito cidadão”¹²⁰, em perpetuar a memória de Cunha Matos enquanto literato, que legou importantes contribuições a história e a geografia da pátria.

No mesmo número da Revista do Instituto Histórico, em a que a notícia da morte de Cunha Matos é anunciada por Januário da Cunha Barbosa, também são publicados um necrológio (sem assinatura) e um elogio histórico (de Pedro de Alcântara Bellegarde) a Cunha Matos. Em ambos são ressaltados seus feitos enquanto militar, político e literato.

Nos dois textos, seus autores preocupam-se em demarcar o lugar ocupado por este personagem na história da pátria, através da listagem dos títulos que recebeu ao longo de sua trajetória: Marechal de Campo; Vogal do Conselho Supremo Militar; Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro; Comendador na de S. Bento de Aviz; Deputado de duas legislaturas do

¹¹⁷ GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.522.

¹¹⁸ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, op.cit., p.63-4.

¹¹⁹ **Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 138 – Doc. 47.**

¹²⁰ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, op.cit., p.290.

Império; Sócio Correspondente do Instituto Histórico de França, da Sociedade Real Bourbonica e da Academia Real das Ciências de Nápoles; Secretário Perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; e um dos fundadores do Instituto Histórico do Brasil.¹²¹

O necrológio¹²² o caracteriza como um dos mais “distintos e ativos literatos”, que enriquecera o Instituto Histórico em seus primeiros meses de existência com diversas memórias, onde manifestou sua “vastíssima erudição”: “...ele preparava um tesouro, em que seriam depositados, para o conhecimento do mundo, os méritos dos cidadãos esclarecidos por suas letras e serviços, que com ele tem direito a veneração do Brasil.”¹²³ O autor assim justifica a realização da necrologia do ilustre sócio: “...cumprindo assim um rigoroso dever da nossa associação, e pagando ao mesmo tempo a dívida de gratidão contraída para com a sua memória. Seu nome fica portanto consignado em nossas atas, recomendado à veneração dos Brasileiros, como o de um distinto militar, escritor erudito e honrado cidadão.” Em seguida são listados seus feitos enquanto militar, que o “distinguiam heroicamente” e ressaltadas suas qualidades de “ativíssimo oficial”; “dotado de uma robusteza incomparável”; “que se não poupava no desempenho dos seus deveres. Repartindo o seu tempo entre as comissões de que era encarregado e a investigação da história e geografia das terras que pisava...”, e que sempre cuidou de “ilustrar a sua profissão pela glória das letras, que a tornam muito mais respeitável.”¹²⁴ Por fim, a morte de tão bravo e ativo soldado da pátria, amante das letras, é atribuída à tristeza de que é acometido após o falecimento de sua jovem filha D. Gracia Ermelinda da Cunha Mattos¹²⁵, que acompanhara seu pai no “amor das letras” servindo-lhe de secretária de gabinete. Esta última também foi alvo de inúmeros elogios na obra de Gerusa Soares, publicada em 1931. Foi retratada por essa autora como dotada de uma “formosa

¹²¹ Ibidem, p.72 e 284.

¹²² Os necrológios ou elogios fúnebres eram sempre pronunciados por ocasião do falecimento de algum membro do Instituto. Eram artigos muito freqüentes nas páginas da *Revista* do IHGB. Continham as principais informações da trajetória de vida das personalidades retratadas e possuíam um claro objetivo de enaltecimento dos feitos dos sócios falecidos.

¹²³ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, op.cit., p.72.

¹²⁴ Ibidem p.74.

¹²⁵ Em 12 de agosto de 1838, Matos pronuncia-se através do Relatório apresentado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, demonstrando sinais do abatimento que lhe acometera após a morte de sua filha: “*A tarefa que me incumbe o lugar que ocupo de vosso Primeiro Secretário, é pra mim tanto honrosa quanto lisonjeira, mas eu temo Senhores; que a calamidade com que a Divina Providência a poucos dias visitou minha família, ainda conserve convulsas as faculdades mentais de que eu antes gozava; e por isso não possa oferecer-vos um alinhado discurso digno de uma Sociedade tão egrégia, e de um auditório tão distinto como o que se acha reunido nesta casa.*” MATOS, Raimundo José da Cunha. Relatório Recitado em a sessão pública da Assembléia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro. Em o dia 12 de agosto de 1838. **Auxiliador da Indústria Nacional – Janeiro a Dezembro de 1837 – nº 1 a 12 – Ano V – nº2**. p. 332.

inteligência, aprimorada no trato dos bons livros e na convivência dos homens ilustres do seu tempo”.¹²⁶

O Elogio Histórico ressalta novamente as qualidades de Matos apontadas na necrologia, caracterizando-o como: um homem que construiu uma carreira “vagarosa mais segura”; “perseverante, trabalhador, incansável no cumprimento dos seus deveres, e aplicando o tempo que deles lhes restava, ou furtava ao sono para escrever.”¹²⁷ Seus

Tantos e tão variados trabalhos, três campanhas entre a aspereza da fronteira setentrional da Espanha, mais de 20 anos de residência dos inóspitos climas africanos, nem levemente lhe atacam a compleição de ferro: deitando-se tarde, erguendo-se cedo, tomando o repouso dos numerosos trabalhos de que era incumbido em o estudo e escrita, tal foi a vida de nosso perdido sócio sempre útil ao Estado quer pelos serviços militares, quer pelos literários.¹²⁸

Aqui novamente a morte da filha é apontada como o motivo de seu falecimento: “Na avançada idade que faleceu era robusto e ágil, mas uma compleição, que prometia tão longa duração, foi cortada pela saudade, mostrando até o fim de sua vida a bondade natural de seu coração que jamais se desmentiu.”¹²⁹

No dia 6 de abril de 1848 o Instituto Histórico realizou uma cerimônia para inauguração solene dos bustos de seus dois fundadores, Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa. Essa cerimônia apontada como a “primeira do gênero em nosso país”, contou com a participação de mais de 400 espectadores, tanto nacionais quanto estrangeiros. A ela compareceram o Imperador, ministros e conselheiros do Estado, senadores, deputados, grande parte do corpo diplomático e consular, médicos, advogados, militares, religiosos de todas as ordens e literatos de diversas nações. A sessão teve início com o discurso do presidente do Instituto, Candido José de Araújo Vianna, que colocou sobre os bustos coroas de pau-brasil. Tal discurso se inicia com o enaltecimento da idéia de fundação desta “associação literária” que partiu de dois “distintos Brasileiros”:

O amor da pátria e o amor das letras, a lisonjeira perspectiva da glória da nação, e o generoso estímulo da própria honra, sugeriram no ânimo de dois distintos Brasileiros a idéia grandiosa da fundação de uma associação literária, que curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, dispersos por suas províncias e fora do Império.¹³⁰

Em seguida, Vianna sublinhou o elevado posto a que o Instituto foi alçado com o auxílio do monarca e de seus colaboradores:

¹²⁶ SOARES, G. op.cit.

¹²⁷ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, op.cit., p. 284-285.

¹²⁸ Idem, Ibidem. p. 287.

¹²⁹ Idem, Ibidem. p. 289.

¹³⁰ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XI, 1848.** p.216.

...honrado com a imediata proteção do Monarca Brasileiro, vê consignados nos registros de seus membros os nomes augustos de príncipes, e os de abalizados sábios e literatos nacionais e estrangeiros; mantém com as mais acreditadas corporações de letras amiga e fraternal correspondência; e tem recolhido em seus arquivos muitos códices preciosos, e numerosos escritos importantes para a história e geografia do Brasil, a que vai dando periódica publicação.¹³¹

E concluiu seu discurso enaltecendo novamente a figura dos fundadores, “*varões respeitáveis*” por suas virtudes, cujas imagens devem inspirar o amor das letras, bem como a devoção à pátria e à monarquia:

Será pois, dignos consócios, a nossa homenagem de menos estrepitosa demonstração, mas nem por isso terá menor valia aos olhos do sábio. Vamos patentear nos vultos desses varões respeitáveis, nas suas feições amenas e expressivas, que soube conservar hábil artista, a generosidade, o patriotismo, a humanidade, e mais virtudes que os ornaram: cinjamos as veneráveis frentes com os virentes ramos da árvore ditosa, cujo nome, conferido ao descobrimento do venturoso Cabral, prevaleceu por fatalidade sobre o da sagrada árvore da nossa Redenção. Seja essa coroa símbolo da pátria que fazia bater seus corações generosos; da pátria, a cuja glória dedicaram seus pensamentos e suas fadigas. Presidam os bustos venerandos aos trabalhos da nossa associação, perenes despertadores do nosso zelo pelas letras, e de nossa devoção à pátria e à monarquia.¹³²

A cerimônia prossegue com outro inflamado discurso, desta vez do orador do Instituto, Manoel de Araújo Porto Alegre, que logo de início assinala a importância do culto aos beneméritos. Afirma ser, dentre “*todas as oblações consagradas ao homem*”, as mais nobres “*e as que entram no domínio do heroísmo, as honras conferidas aos mortos*”. Pois:

Um povo se retrata todo inteiro nas honras que confere aos seus mortos ilustres. As nações que entregam ao vento as cinzas dos seus beneméritos não têm futuro: são raças barbarizadas, cuja pátria é um vasto mercado, cujo berço é um balcão, e a vida uma cadeia tecida de anéis terrenos; são homens que fazem consistir toda a sua glória, toda a sua felicidade num pouco de metal: um sórdido e limitado horizonte circunscreve-lhes o universo de suas mais altas aspirações; e o templo do seu Deus, o altar de suas adorações se resume nas tábuas azinhavradas de uma criminosa gaveta. (...) Nos columbários, nos cemitérios, nas sombrias naves de verdura e de mármore, é que um povo encontra os títulos de sua glória legítima: a lista dos óbitos é o grande índice dos fastos da humanidade.¹³³

Seu discurso continua, ressaltando a importância do trabalho pela pátria através do culto à história que é considerada “*o manancial que fertiliza o entusiasmo, que o prepara e fortalece para aparecer no meio dos homens trajados com as vestes do heroísmo e das outras virtudes.*” Cita os nomes de Homero, Tucídides, Cícero, Licurgo, Carlos Magno, Camões,

¹³¹ Idem, Ibidem. p.217.

¹³² Idem, Ibidem. p.218.

¹³³ Idem, Ibidem. p.219.

dentre outros filósofos, estadistas, artistas, literatos e cientistas, como os grandes heróis da humanidade. E enaltece o valor da pátria:

A pátria, Senhores, é a segunda placenta do homem adulto: sem o seu influxo moral não há virtudes, não há heroísmo, não há belo, não há o sublime: o povo que antecipa a prevenção ao juízo, o ridículo à crítica, o sarcasmo à razão, a inveja à glória, e a indiferença ao entusiasmo, é uma tribo que caminha com passos gigantescos para a escravidão, tão desgraçado e tão cego que fora melhor não existir.¹³⁴

Faz referência a Cunha Matos exaltando as qualidades, imbuídas de grande patriotismo, que possuía enquanto homem das letras, soldado e político:

Havia na alma do marechal Cunha Mattos um reflexo da de Thucydides e de Cesar; bravo no campo de batalha, e instruído nas letras humanas, no meio do estrondo da artilharia, do sibilar dos pelouros, dos gemidos e da confusão, tinha a poderosa faculdade de tudo observar; no meio de marchas forçadas, de perigos incessantes, o nosso finado consocio achava tempo de escrever largamente, e para analisar tudo o quanto se passava na guerra do Russilhão: era um desses temperamentos que se não curvam à fome e ao sono, era um espírito que dominava a carne: era um homem de quatro almas; em qualquer ponto onde se achasse, caminhavam com ele o soldado, o naturalista, o geógrafo e o historiador!¹³⁵

(...) Governador justiceiro e vigilante, deputado ilustrado, repertório vivo de consultas nos altos tribunais e comissões a que pertenceu, poeta contemplativo diante da natureza, tal era o fundador desta Academia, tal era o homem de quem hoje inauguramos o busto, e de quem sempre conservaremos uma grata memória.¹³⁶

Fala a respeito da importância de se erigirem monumentos à memória, considerando-os como termômetros que medem o grau de civilização dos povos:

Vamos escrevendo com monumentos plásticos a nossa gratidão: a dívida com o passado cresce de dia em dia; o túmulo consome tudo o que saiu da mente e não se realizou com o alfabeto, ou com o mármore: o alfabeto é a alma da civilização, o mármore o seu corpo, e a imprensa o seu carro triunfal; e as artes são as tecedeiras da túnica veneranda do passado, são os obreiros do trono sobre que se assentam todas as civilizações; o termômetro que marca o desenvolvimento é graduado com templos, túmulos e livros.¹³⁷

Mais um discurso é proferido “*Sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil*” pelo sócio correspondente José Feliciano de Castilho. A cerimônia é apontada por este autor como um “*espetáculo augusto*”, como um grande acontecimento, capaz de congregar no mesmo recinto “*o monarca, o sábio, o artista, o filósofo, os que dirigem a nau do Estado, os que representam as civilizadas potências*”. Celebrava-se no Brasil a inauguração de uma nova era, representante da “*vitória de um século*”

¹³⁴ Idem, Ibidem. p.226.

¹³⁵ Idem, Ibidem. p.227.

¹³⁶ Idem, Ibidem. p.229.

¹³⁷ Idem, Ibidem. p.231.

ilustrado sobre os preconceitos de antigos tempos".¹³⁸ Novamente a importância do culto aos beneméritos é assinalada como um "*termômetro da verdadeira grandeza de um povo*", capaz assegurar a imortalidade das nações: "*Essas duas são as fontes de onde dimana o crédito e a imortalidade das nações: - proteção aos seus homens grandes, enquanto vivos, depois apoteose de mortos!*"¹³⁹ Imortalidade esta que para se concretizar também necessitava da proteção às artes e às ciências:

Glória pois ao povo a que estas considerações são instintivamente familiares! Glória aos seus chefes quando compreendendo a sua providencial missão, derem as letras e as ciências a consideração elevada, a desvelada proteção, sem a qual definham e morrem. Esse povo será grande; porque assentará na mais sólida base de grandeza. Esses chefes serão imortais; porque a sua fama atravessará os tempos, dando nome aos séculos.¹⁴⁰

Neste discurso, a importância dos monumentos à memória é novamente evocada:

Dessa proteção ilustrada são opulentos herdeiros os povos que os protegidos honraram com suas obras: a imortalidade de um povo resulta da imortalidade de seus gênios. As gerações passam, mas ficam os monumentos de pedra, do livro, do nome; esses transcendem gloriosos os séculos, e servem não raro de escudo a nacionalidade.¹⁴¹

Concluí seu discurso afirmando ter o Brasil conseguido alcançar as "*condições sociais*" que lhe garantissem a imortalidade, através da proteção que o monarca desvelava às letras e às ciências, e do culto aos grandes vultos realizado pelo Instituto :

Sem receio podem dizer-se estas verdades no venerando grêmio onde soa a minha humilde voz. Sem receio, porque os conselhos de futuro são aqui a história do passado. As duas grandes condições sociais realizou-as o Brasil. A proteção desvelada e constata às ciências e às letras simboliza-se naquele cetro. O culto dos grandes pela ciência simboliza-se nesta majestosa solenidade. São sólidas as escoras: é sobre elas que tem por uso assentar a imortalidade de um povo.¹⁴²

Como podemos observar, os discursos proferidos nesta cerimônia solene possuíam muitos pontos em comum, como a exaltação da idéia de fundação do Instituto e de seus idealizadores; a importância do culto aos beneméritos para a glória da pátria; e a necessidade da criação e manutenção de monumentos à memória a fim de dar ao presente e ao futuro os exemplos a serem seguidos. Outro aspecto comum destes discursos é o destaque dado à proteção imperial com que contava o Instituto, vital para a sua existência, e o constante louvor

¹³⁸ Idem, Ibidem. p.259.

¹³⁹ Idem, Ibidem. p.265.

¹⁴⁰ Idem, Ibidem. p.261.

¹⁴¹ Idem, Ibidem. 264-5.

¹⁴² Idem, Ibidem. p. 266.

à figura do monarca. Candido Vianna, assim se refere à mercê concedida ao Instituto pelo Imperador:

É este o mais cabal testemunho do seu amor às letras, de sua proteção à Sociedade. Senhor, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que V. M. Imperial é imediato protetor, em nome das letras, de que V. M. Imperial é cultor infatigável e justo apreciador, eu rendo a V. M. Imperial infinitas graças por tão assinalada mercê.¹⁴³

Porto Alegre além de ressaltar a importância do augusto patrocínio de que goza a instituição, define o Imperador como “*homem nação*”:

Felizmente para a época atual e para o futuro, hoje, nesta casa sagrada, neste recinto radiante das luzes e da majestade do Príncipe Americano, vimos colocar na concha da balança oposta do egoísmo mais um contrapeso civilizador, mais uma medalha diamantina, que diminua o peso do espírito da atualidade, desse espírito devastador, que avassalaria todo o Império, se uma porção de homens de fé e de crença inabalável não se levantasse, e não viesse buscar um seguro asilo junto ao trono imperial, gozar do munificente amparo de sua alta liberdade, de sua proteção paternal. Aqui estamos seguros: temos em face um homem que vale uma nação, e uma inteligência que abraça todas as verdades da filosofia da história; este homem nação, esta vasta inteligência é o nosso Protetor;...¹⁴⁴

Já Feliciano de Castilho além de enaltecer as qualidades do monarca de protetor e cultor das letras, afirma ser o século XIX, o “*século de Pedro II*”:

Parabéns, Senhores e irmãos meus, irmãos em letras, e irmãos em pátria! Parabéns de ver sentado em vosso venerando trono o soberano que não esquece o ser homem – o poderoso que também se honra de ser sábio – o mancebo que sem custo alcançou a prudência e o saber das cans – o protetor das letras, que é ao mesmo tempo, o seu mais competente juiz, mais primoroso cultor. Longo estádio se abre ante esse reinado, que, com tais elementos, não é vaticínio, mas lógico rigor, denominar glorioso. Possa para o Brasil literário preparar-se o que as gerações hajam de chamar de século de Pedro II.¹⁴⁵

A cerimônia contou ainda com a leitura dos elogios históricos à Januário da Cunha Barbosa, proferido por Francisco de Paula Menezes, e à Cunha Matos, proferido por Francisco Manuel Rapozo de Almeida.

Este último, inicia seu discurso sublinhando a importância do culto aos beneméritos que constituem-se como exemplos a serem seguidos pelas gerações futuras em sua “*missão civilizadora*”:

O culto de respeito e consideração que as gerações póstumas costumam consagrar aos homens que trabalharam no progresso da ilustração humana é na verdade grandioso e solene. As homenagens assim rendidas sobre o tumulo dos beneméritos

¹⁴³ Idem, Ibidem. p.218.

¹⁴⁴ Idem, Ibidem. p.223-4.

¹⁴⁵ Idem, Ibidem. p.262.

são além de um dever, um poderoso incentivo para animar os novos gênios a não desanimarem na estrada da sua missão civilizadora.¹⁴⁶

Neste texto Cunha Matos é louvado desde seu nascimento na cidade de Faro, “*sob a influência daquele céu puro e benigno do antigo reino de Algarves.*”¹⁴⁷ Os adjetivos que o caracterizam enquanto um bravo soldado também aqui aparecem, mas o maior destaque é dado às suas qualidades de “*homem das letras*”:

Deixemos ao historiador nacional apreciar e sentenciar esta ilustre personagem, que representou um papel tão distinto no drama político do Brasil; e consideremos o incansável acadêmico exercendo, já na volta da sua velhice, uma missão literária, e aplicando a sua inteligência e profundo saber aos melhoramentos morais e materiais do país.¹⁴⁸

O autor afirma que a Academia Militar, a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Histórico tinham para com ele uma enorme dívida, pelos numerosos serviços prestados. Seu busto, ao lado do de Januário da Cunha Barbosa, é apontado pelo mesmo como objeto digno de veneração:

Os bustos venerandos, que hoje inaugura o Instituto à memória ilustre destes homens distintos, permanecerão entre nós respeitados com o culto da nossa devoção e saudade. A essas imagens eloqüentes pediremos inspirações e alentos para prosseguir na carreira encetada; e nós e os que nos sucederem, ou os que tiverem de vir engrossar nossas fileiras, passaremos respeitosos por diante desses simulacros respeitáveis.¹⁴⁹

As celebrações de aniversário do Instituto costumavam reunir as figuras mais expressivas da Corte, e seguiam, via de regra, um determinado ritual: saudação ao Imperador, discurso do presidente do IHGB, leitura do relatório anual do secretário perpétuo e o elogio aos sócios falecidos, proferido pelo orador oficial. Intercalando as falas, uma orquestra de câmara executava peças musicais, selecionadas especialmente para o evento.¹⁵⁰

Cunha Matos é novamente homenageado ao lado de Januário da Cunha Barbosa e Visconde de São Leopoldo, em razão da celebração dos 50 anos do Instituto Histórico. Estes personagens são apresentados como os “*propugnadores do estudo e da glória*” do país, “*três vultos... os mais dedicados batalhadores dessa cruzada de luz, de liberdade e de ciência.*” “*Esses os iniciadores da idéia que deve ensinar os brasileiros a velar as glórias da pátria, e*

¹⁴⁶ ALMEIDA, Francisco Manuel Rapozo. *Elogio Histórico do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 11, 1848. p.234-235.

¹⁴⁷ Idem, Ibidem. p.235-236.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem. p. 236.

¹⁴⁹ Idem, Ibidem. p. 238.

¹⁵⁰ GUIMARÃES, L. M. P. op.cit., p.51.

abrir horizontes novos a estudos do país. Fundam eles o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e escrevem desse modo seus nomes nos fastos gloriosos da nação.”¹⁵¹

Cunha Matos é apontado nesta cerimônia por seu “*valor, civilismo e galhardia militar*” e também por seus talentos literários, como ocorre nos outros textos referentes a ele: “*Na carreira das letras deixou assinalado seu nome, como na das armas. No parlamento ostentou entre todos maior instrução sobre legislação militar. Dedicado ao serviço da pátria, prestou-lhe tudo que lhe coube nas forças, e soube consagrar a glória do país, que adotou por seu, a pena e a espada.*”¹⁵² Seu nome é indicado a figurar na “*legião dos homens notáveis*”: “*Hoje que esta associação soleniza o seu primeiro jubileu, avaliando-se o inteligente amor, o zeloso interesse pelas gloriosas tradições da pátria desse sócio, registre-se seu nome, que deve permanecer na história, na legião dos homens notáveis.*”¹⁵³

O texto termina exaltando as figuras dos fundadores do Instituto e deixando bastante claro o projeto que permeou esta instituição desde os primeiros anos de sua fundação:

Enriquecidos de vasta capacidade, dotados de vivo sentimento nacional, reuniram suas forças na formação desta sociedade que devia cooperar para alargar os limites das ciências e para gravar nas páginas da imortalidade as ações heróicas dos varões ilustres; e empreenderam tão ousado cometimento com toda dedicação, e robustez de ânimo, não atendendo aos obstáculos opostos a sua iniciativa. Fundado esse Instituto considerado hoje como uma instituição do país por contar a larga existência de 50 anos, e por ter tido sempre a sua frente o perior, abriram eles por si mesmos os caminhos que deviam levá-los a posteridade e por isso vivem hoje na memória da pátria.¹⁵⁴

Em 1924 é publicado na *Revista* um artigo à respeito do período em que Cunha Matos atuou como Governador das Armas na província de Goiás, de autoria de Americano Brasil. Seu estudo foi baseado, sobretudo, nas correspondências oficiais de Matos. O autor narra com detalhes todas as atividades desempenhadas por Matos enquanto ocupava este cargo, sublinhando seus talentos políticos e literários, seu patriotismo e sua rigorosa disciplina militar. Afirma que Cunha Matos não foi um “*adotivo de ocasião: foi um sincero e isto se sente em todas as suas manifestações.*”¹⁵⁵

No ano de 1938, em que o Instituto comemora seu centenário, novos bustos de Cunha Matos e de Januário da Cunha são confeccionados, financiados pelo governo federal. Segundo consta em correspondência trocada entre o 1º Secretário Perpétuo do Instituto, Max Fleiuss e

¹⁵¹ AZEVEDO, Moreira. *Os precursores*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 51(78):49-53, 1888. p.49-50.

¹⁵² Idem, *Ibidem*. p.51.

¹⁵³ Idem, *Ibidem*. p.52.

¹⁵⁴ Idem, *Ibidem*. p.53.

¹⁵⁵ BRASIL, A.op.cit., p.186.

o chefe de gabinete do então Ministro da Fazenda, Arthur de Souza Costa. A autorização para a confecção dos bustos, bem como de moedas comemorativas ao jubileu da instituição é concedida em 3 de agosto de 1938. Desta vez, os bustos dos sócios fundadores seriam colocados sobre seus jazigos. Para isso, o Instituto envia ao Irmão Corretor da Venerável Ordem 3ª dos Mínimos de S. Francisco de Paula um pedido de autorização para transferir os despojos de Cunha Matos (que já encontravam-se em jazigo pertencente ao Instituto desde 1868) para outro local, onde houvesse mais espaço para a colocação de seu busto.¹⁵⁶

Para os autores de biografias ligados ao IHGB, o fato de registrar alguns dados de um glorioso nome do passado, salvando-o assim do esquecimento já era em si uma homenagem. Nesse sentido, o Instituto cultivou também a sua memória além da própria nação. Armele Enders apresenta a cerimônia ocorrida em 1848 para a inauguração dos bustos de Cunha Matos e Cunha Barbosa como um exemplo desse pressuposto. Classificando tal cerimônia como um tipo de festividade acadêmica, elitista e fechada.¹⁵⁷

As celebridades recenseadas por esses autores são fruto da sociedade política do reinado de D. Pedro II. Elaborou-se mais do que uma “*galeria nacional*” uma “*galeria de espelhos*”, composta de servidores e dignitários do Império. Onde contemplava-se nos vultos do passado os papéis que o IHGB atribuía para si no presente: os de “*alavanca da civilização*” e de “*coluna sustentadora do trono*”.¹⁵⁸

O peso das tradições nos meios intelectuais torna os processos de transmissão cultural essenciais, pois um intelectual se define sempre em referência a uma herança, como um legatário ou um filho pródigo. Estes indivíduos, apesar de se inserirem em um campo sociocultural mais amplo, procuram construir diferenças capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas. Demarcam, dessa forma, espaços e estabelecem meios de atuação.¹⁵⁹ Neste processo, a referência ao passado assume grande importância, pois reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras sociais entre as coletividades. A memória, fenômeno construído, apresenta-se como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, à medida que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.¹⁶⁰

¹⁵⁶ **Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Lata 682 – Pasta 6 (17 docs.).

¹⁵⁷ ENDERS, A. op.cit., p.22.

¹⁵⁸ Idem, Ibidem. p.27.

¹⁵⁹ GONTIJO, Rebeca. *História, cultura, política e sociabilidade intelectual*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, M. F. B.; GOUVEA, M. F. (orgs). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.263.

¹⁶⁰ POLLAK, op.cit., p.9.

As homenagens prestadas a Cunha Matos através da publicação de elogios históricos, necrológio e confecção de bustos, ilustram de forma bastante clara, o já citado projeto do IHGB de formação de uma “*galeria de heróis nacionais*”, em que seus sócios também ocupariam lugar fundamental. Desta forma, o Instituto auxiliava na execução do projeto de construção de um passado adequado a nova pátria, bem como demarcava o espaço que esta instituição deveria ocupar na história da mesma. Para tal, nada mais adequado de que o exemplo de um de seus sócios fundadores, imortalizado como um bravo soldado e importante homem das letras, que empregou durante toda a sua trajetória de vida, a pena e a espada serviço da pátria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Raimundo José da Cunha Matos deu seus primeiros passos na carreira militar ainda jovem a serviço do império lusitano. Desde este período observamos o desenvolvimento de seu hábito de anotar em diários todas as informações que considerava relevante a respeito das operações militares que participava.

À medida que galgava novas patentes militares também aprimorava-se como intelectual. Nesse sentido, Cunha Matos foi herdeiro da tradição ilustrada lusitana que exerceu grande influência na produção de suas obras, permeadas pelos conceitos de cientificidade e progresso vigentes no período. Foi possível observar que sua atuação enquanto intelectual foi também marcada por sua condição de servidor do estado. A primeira obra analisada, o *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*, resultado do período em que Matos residiu em terras africanas, como já demonstramos, foi redigida com o objetivo de beneficiar o estado português com as informações a respeito de suas possessões coloniais.

Ao longo desta obra, o autor deixa bastante claro os objetivos de seu trabalho, assinalando as potencialidades das terras a serem exploradas, ressaltando a importância econômica da exploração das mesmas e lamentando a perda de tão fecundas oportunidades de crescimento por Portugal. Matos viveu na África durante um período em que as disputas colonialistas e os conflitos oceânicos estavam bastante acirrados. Os cargos administrativos assumidos por ele e sua dedicação ao estudo das obras e documentos que encontrava nos arquivos deram origem ao seu *Compêndio*. A experiência de 19 anos vividos em territórios tão inóspitos será lembrada pelo autor em diversas passagens que irão aparecer ao longo de suas futuras obras e em seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados, durante seus dois mandatos no Brasil.

Após transferir-se para o Brasil em 1817, Matos atuou como militar neste território ainda como servidor do estado lusitano. Entretanto, podemos observar seu envolvimento cada vez maior no conturbado contexto político brasileiro, marcado por acirradas disputas que envolveram as questões em torno da ruptura política com Portugal e da construção de um novo país. Cunha Matos teve expressiva atuação no contexto da Independência brasileira, participando do fluido jogo político que predominava no Rio de Janeiro, através da redação de panfletos políticos onde posicionou-se a respeito de importantes questões então em voga, como a da permanência do Príncipe Regente no Brasil, da manutenção da integridade do império luso-brasileiro e das rivalidades que se estabeleceram entre “portugueses europeus” e

“brasileiros”. É neste momento que ele faz sua opção pela nova pátria e abraça com entusiasmo a “causa do Brasil”, fazendo exortações patrióticas, colocando-se como um “bom brasileiro” e um súdito fiel de D. Pedro I. Os panfletos, como vimos, constituíram-se em fortes instrumentos de luta política e foi através deles que Matos defendeu sua “nova pátria” e fez parte do quadro dos formadores de uma “opinião pública” na Corte.

A partir de 1822 Matos passa a servir ao Brasil com o mesmo rigor que servira à sua pátria de nascimento. Enquanto ocupou o cargo de Governador das Armas da província de Goiás mostrou-se como ativo militar, rigoroso na disciplina que aplicava à tropa e bastante empenhado na educação cívica da mesma. Envolveu-se também, com vimos, em diversas querelas políticas em função dos projetos que visava implementar na província e das ácidas críticas que dirigia ao governo da mesma, mas em todos os seus ofícios fez questão de colocar-se como fiel servidor do Império Brasileiro. Mesmo envolvido constantemente em missões militares neste período, ele não deixou de lado sua atividade como intelectual. Aproveitou-se de uma de suas missões para escrever seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*, novamente com o claro objetivo de beneficiar o governo com as informações a respeito da geografia, comércio e economia das regiões percorridas.

Suas manifestações na Câmara, no período em que ocupou o cargo de deputado também foram marcadas pelo seu “patriotismo” e preocupação com a defesa da “soberania nacional”.

Através da análise da produção intelectual de Matos compreendida no período de 1822 a 1831, constatamos que seus laços de pertença à sua pátria adotiva tornaram-se cada vez mais sólidos.

No ano de 1833 quando Matos retorna da viagem que fez a Portugal e publica suas *“Memórias da Campanha do senhor D. Pedro de Alcântara, ex imperador do Brasil, no reino de Portugal”* mostramos que através de sua narrativa dos acontecimentos políticos portugueses ele reafirmou sua posição de “brasileiro”. Fez questão de declarar-se neutro no conflito entre D. Pedro e D. Miguel colocando-se como estrangeiro nos negócios políticos lusitanos. Nesta obra ele também preocupou-se em relatar os impactos no Brasil das transformações políticas sofridas por Portugal, que culminaram na Abdicação de D. Pedro I. A partir de 1833, mesmo galgando novas patentes militares, Matos dedica-se com mais ênfase às suas atividades intelectuais. Publica várias de suas obras e passa a atuar na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ocupando o cargo de Primeiro Secretário desta agremiação no período de 1836 a 1838. Como vimos, tal Sociedade propulsora dos interesses econômicos

das frações hegemônicas da sociedade fluminense, também empenhava-se em “pensar a nação”, utilizando-se da história e da geografia, bem como de intelectuais capazes de desempenhar essa tarefa. Estes mesmos homens foram responsáveis pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a finalidade de auxiliar a administração pública, “esclarecer” os brasileiros e contribuir para a “história da pátria” centralizando os “preciosos documentos” que encontravam-se espalhados pelas províncias. Matos foi co-autor da proposta de fundação desta instituição e seu primeiro vice-presidente. Entretanto, vem a falecer pouco tempo depois da instalação da mesma. Sua participação foi curta, mas significativa. Ele legou a instituição todos os seus textos produzidos a respeito do Brasil e foi autor de um dos primeiros textos elaborados dentro da instituição com a finalidade de se estabelecerem critérios para a escrita da história nacional. Além disso, sua trajetória biográfica, imortalizada nas páginas da Revista do Instituto, serviu para a construção da memória da própria instituição e contribuiu para o projeto da mesma de dotar o Brasil de um passado “adequado” através da conformação de uma “galeria de heróis da pátria.”

BIBLIOGRAFIA

Documentação Manuscrita

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Lata 165 – Doc. 28 Carta do capitão José Venâncio Cantalice a Francisco Inácio de Carvalho Moreira, informando o estado em que se acham os trabalhos para a continuação do Repertório das Leis Militares do Gal. ...

Rio, 21-3-1851. Col. Ourém

Lata 346 – Doc. 5 Carta do Cônego Januário da Cunha Barbosa a D^a. Maria Venâncio de Fontes Pereira de Melo, viúva do Marechal ... , agradecendo os manuscritos sobre o Brasil e transmitindo o trecho da carta do Secretário do Instituto Histórico de França sobre a morte do mesmo marechal.

Rio de Janeiro, 4-12-1839

Lata 181 – Pasta 38 (1838 – 39 fls.) Atas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional durante o ano de 1838. Secretário: R. J. da Cunha Matos.

Lata 573 – Pasta 38 Carta (cópia) de José Teixeira de Oliveira ao IHGB, fazendo consultas sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Marquês de São Vicente e Raimundo José da Cunha Matos. Resposta (cópia) do IHGB.

Rio de Janeiro, 1943 – 2 docs.

Lata 491 – Pasta 42 (1925) Carta (cópia) do Rr. Max Fleiuss a D^a. Jerusa Soares, dando notícias exatas onde se encontra sepultado o Mal. Raimundo José da Cunha Matos.

Lata 772 – Pasta 85 Carta (cópia) de Enéas Martins F^o. a Lourenço Lacombe sobre a descoberta, na seção de iconografia da Bibl. Nacional, do Mapa da Marcha do General Cunha Matos, representação gráfica do Itinerário que deverá esclarecer dúvidas sobre o Caminho Novo para as Minas. Algumas páginas do Itinerário e informações extraídas do mesmo. Rio, 1966. Col. Enéas Martins F^o.

Lata 140 – Doc. 55 Carta de Eugène Garay de Monglave (do Institut Historique) ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, felicitando-o pela criação do Instituto Hist. e Geogr. Bras. , lamentando a morte do Mal. de Campo ... e remetendo uma lista de membros do Institut Historique que poderiam entrar para o IHGB. Paris, 10-7-1839

Lata 140 – Doc. 59 Carta de João Sampaio Viana ao 2^o Secretário do Instituto Histórico, sobre a morte do Mal. ...

Bahia, 25 de março de 1839.

Lata 347 – Doc. 17 Carta de José Feliciano Fernandes Pinheiro a ... dando os resultados das buscas feitas na estrada de Santos para S. Paulo, sobre alguns ossos encontrados.

Rio de Janeiro, 30-4-1838.

Lata 491 – Pasta 12 (1938) Carta de L. Lago ao Dr. Max Fleiuss, oferecendo ao IHGB uma cópia da Carta Régia de 20 de novembro de 1818, mandando continuar o pagamento da gratificação de 20 réis diários, concedida a Raimundo José da Cunha Matos.

Lata 138 – Doc. 47 Carta de Maria Venância de Fontes Pereira de Mello ao cônego Januário da Cunha Barbosa, comunicando ter resolvido doar ao Instituto Histórico, parte dos escritos de seu marido o Marechal de Campo ... sobre o Brasil.1839.

Lata 140 – Doc. 64 Carta do cônego Januário da Cunha Barbosa aos membros do IHGB sobre a morte do marechal ...
Rio, 2 de março de 1839.

Lata 701 – Pasta 68 Carta do Dr. José Honório Rodrigues, Diretor do Arquivo Nacional, ao Presidente do IHGB, comunicando a remessa de 50 exemplares da obra: Compêndio das Possessões Portuguesas da na África, original do Brigdº. Raimundo José da Cunha Matos. Rio de Janeiro, 17-10-1963

Lata 574 – Pasta 26 Carta do procurador geral José Luís Alves ao visconde de Sapucaí, Presidente do IHGB, informando achar-se nas catacumbas da Igreja da V. O. dos Mínimos de São Francisco, uma urna contendo os restos mortais de Raimundo José da Cunha matos.

Lata 573 – Pata 67 Carta enviada ao IHGB pelo capitão Dr. José Antônio Madeira solicitando fotos do Cônego Raymundo José da Cunha Mattos e fornecendo informações sobre a sua participação no lançamento das bases da fundação do IHGB.(c/ cópia da resposta) Lisboa, 1969, 3 docs.

Lata 682 – Pasta 6 Cartas e telegramas de e para o Dr. Max Fleiuss, secretário do IHGB, sobre um monumento ao Mal. Raimundo José da Cunha Matos e a colocação de um busto do cônego Januário da Cunha Barbosa no seu jazigo. Rio de Janeiro, 1938 – 17 docs.

Lata 14 – Doc.16 Compêndio histórico das possessoens da Coroa de Portugal nos Mares, e Continente da África Oriental e Occidental composto, e offerecido a S. M. Fidelíssima a rainha de Portugal pelo Brigadeiro ... Rio de Janeiro, s.d.

1. 4. 8 – 10 (ARQ.) Corografia Historica da Província de Minas Geraes pelo General ... (com indice do Resumo choronologico dos mais notaveis acontecimentos de que trata esta Corographia). Rio de janeiro, 1837.

Lata 48 – Doc. 18 Dissertação acerca do Systema de escrever a historia antiga e moderna do Império do Brasil. Pelo Marechal ...
s/local, s/data.

Lata 114 – Doc.26 Elogio histórico do Marechal ... , por Francisco Manoel Raposo de Almeida.
s/l. s/d. (5 fls.)

Lata 47 – Doc.12 Épocas brasileiras. Província da Bahia. Pelo Marechal ...
s/ local, s/ data

Lata 47 – Doc. 11 Épocas brasileiras ou summarias dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil. Pelo Marechal ...
s/ loca, s/data

Lata 93 – Doc. 13 Memória histórica acerca dos mapas geográficos pelo Marechal ...
Rio de Janeiro, 9-10-1838.

Lata 21 – Doc. 25 Nomenclatura botânica: esboço de ... com índice. s/local, s/data

Lata 23 – Doc.24 Notícia sobre o algodão (*Gossypium*) pelo Marechal ... s/ local, s/data, e fls.

Lata 333 – Pasta 01 Ofício (cópia) de José Luís Alves, Procurador geral da Ord. 3ª de S. Francº de Paula ao 1º secretario do IHGB, sobre a comunicação da existência de uma urna contendo as cinzas do mar. Raimundo José da Cunha Matos, um dos fundadores do referido Instituto, e que está guardada com religioso cuidado na Igreja de São Francisco de Paula. Rio de Janeiro, 17-3-1868.

DL 746.19 Ofício de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho a Raimundo José da Cunha matos, secretário perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, agradecendo o convite para sócio efetivo do IHGB. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1838.

DL 746.17 Ofício de Cândido José de Araújo Viana a Raimundo José da Cunha Matos agradecendo ao Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sua nomeação para membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1838. (adquirido por compra)

Lata 680 – Pasta 15 Ofício de Francisco Monteiro de Araripe Sucupira, Presidente da Associação de Imprensa Periódica Paulista, ao Presidente do IHGB, congratulando-se com o mesmo pelas homenagens prestadas à memória do Mal. Raimundo José da Cunha Matos. Carta (cópia) do IHGB agradecendo. São Paulo, 25-2-1939 – 2 docs. 1. Associação de Imprensa Periódica Paulista

DL 746.16 Ofício de José Clemente Pereira a Raimundo José da Cunha Matos agradecendo ao Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a indicação de seu nome para membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Catete, 10 de setembro de 1838. Adquirido por compra.

DL 746.18 Ofício do marquês de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa a Raimundo José da Cunha Matos agradecendo a indicação de seu nome pelo Conselho Administrativo da Sociedade auxiliadora da Indústria Nacional para membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1838. Adquirido por compra.

DL 746.21 Ofício do Visconde de São Leopoldo a Raimundo José da Cunha Matos, secretário perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, agradecendo o convite para membro efetivo do IHGB. (cópia xérox) Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1838. Doação de Victorino Chermont de Miranda.

DL 565.2 Ofício e carta de Libânio Augusto da Cunha Matos oferecendo diversos manuscritos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inclusive a sustentação do voto do Mal. Raimundo José da Cunha matos. 1862 -3 – 3 docs.

Lata 134 – Doc. 15 Proposta original da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assinada por ... e Januário da Cunha Barbosa. Rio, 16-8-1838.

Lata 66 – Doc.2 Sustentação do voto do marechal Raimundo José da Cunha Matos no processo e sentença do Coronel João Crisóstomo da Silva por seu procedimento em Caçapava.

Lata 66 – Doc.19 Tabela ornitológica e entomológica do Brasil, rascunho do marechal. s/local, s/data.

Lata 560 – Pasta 21 Traços biográficos de José Cunha Matos. s/a, s/l, s/d.

Lata 452 – Pasta 28 (1973 - 9 pp.) Um códice de Raimundo José da Cunha Matos – Compêndio Histórico das possessões da Coroa de Portugal, apresentado pelo Dr. M. C. Peregrino da Silva no 1º Congresso da Expansão Portuguesa no mundo, em Lisboa.

Biblioteca Nacional

I-32,15,020

NECROLOGIA, do marechal Raimundo José da Cunha Matos e outros documentos relativos a sua biografia.
24fls, 4 docs.

II-31,32,010

MATOS, Raimundo José da Cunha

Carta a D. João VI, relatando a situação do armamento na Bahia, que não é suficiente para combater os insurretos de Pernambuco e precisam de reforços em homem e munição. Bahia. 05/1817. 4fls.

08,2,020

MATOS, Raimundo José da Cunha

Nomenclatura de alguns vegetais cuja existência é conhecida ou se supõe existir dentro da Província de Minas Gerais e são de maior préstimo a economia urbana. 78p

10,2,016

MATOS, Cunha

Memórias políticas, militares e biográficas. 164p.

I-48,19,054

MATOS, Raimundo José da Cunha

Lista dos livros que vieram do reino de Nápoles para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 07/12/1838. 2p.

I-32,34,035

MATOS, Raimundo José da Cunha procurador da Fazenda Real

“Corografia das Ilhas de São Tomé, Príncipe, Ano Bom, e Fernando Pó (...)”.

São Tomé, 1813. 39p.

I-28,29,018 n° 001

ANDRADE, Manoel Joaquim Gonçalves de bispo de S.Paulo
Ofício ao brigadeiro José da Cunha Mattos, remetendo-lhe o “Mapa e a relação das igrejas e capelas do Bispado de Mariana”.
São Paulo, 01/06/1834.1p.

I-26,1,009

SANTÍSSIMA TRINDADE, José da Bispo
Carta a Raimundo José da Cunha Matos em agradecimento por envio de documentos sobre a Câmara Episcopal de Mariana.
Mariana, 20/03/1834.1p.

Documentação Impressa

ALMEIDA, Francisco Manoel Rapozo de. Elogio *Histórico do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 11, 1848, p.234-240.

AZEVEDO, Moreira. *Os precursores*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 51(78):49-53, 1888.

BELLECARD, Pedro de Alcântara. *Elogio Histórico do falecido vice-presidente O Marechal Raymundo José da Cunha Mattos*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo I, segunda edição, 1839, p.283-290.

BRASIL, Americano. *Cunha Mattos em Goiás (1823-1826)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 96, v.150, 1924.

MATOS, R. J. C. **Carta Histórico-Político-Militar dirigida a Certo Redactor, Refutando completamente a doutrina do N° 49 do Semanário Cívico da Bahia**. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822.

_____. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XXVI, 1863.

_____. **Ensaio Histórico Político sobre a origem, progressos e merecimentos das antipathia e recíproca aversão de alguns Portugueses Europeus e Brasilienses, ou Elucidação de Hum Período da Celebre Acta do Governo da Bahia datada de 18 de Fevereiro do Anno Corrente**. Rio de Janeiro: Typographia de Mor. e Garcez, 1822.

_____. *Introdução às memórias da campanha do senhor D. Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil, no Reino de Portugal (1833)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 97 – Vol.151. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Amilcar Martins, 2004.

_____. *Memória do Primeiro Secretário atual o Ex^{mo} Sr. Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, por ele lida na sessão pública da Sociedade em 6 de novembro próximo passado.* In: **Auxiliador da Indústria Nacional – jan a dez de 1837 – Nº 1 a 12 – Ano V – Nº 2.**

_____. **Nova Questão Política: que vantagens resultarão aos Reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera e leal?** Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1822.

_____. *Relatório recitado na sessão pública da Assembléia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no Rio de Janeiro, no dia 6 de agosto de 1837, pelo seu Primeiro Secretário Raimundo José da Cunha Mattos.* In: **Auxiliador da Indústria Nacional – jan a dez de 1837 – Nº 1 a 12 – Ano V – Nº 2.**

_____. *Relatório Recitado em a sessão pública da Assembléia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro. Em o dia 12 de agosto de 1838.* **Auxiliador da Indústria Nacional – Janeiro a Dezembro de 1837 – nº 1 a 12 – Ano V – nº2.**

_____. **Verdades offerecidas aos Brasileiros por hum verdadeiro amigo do Brasil.** 4 de janeiro de 1824.

Necrologia. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo I, segunda edição, 1839, p.72-76.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo I, segunda edição, 1839, p.63-64.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XI, 1848.

Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 162 (410) 219-226, Rio de Janeiro, jan./mar.2001.

Obras Gerais

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise política do Brasil Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. (p.15-49)

ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das luzes em Portugal. Temas e problemas.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. *A nova historia intelectual de Dominick La Capra e a noção de raça.* In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p.123-134.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social.* **Enciclopédia Einaudi**, vol.5, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p.296-332.

BARATA, Alexandre Mansur. *Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil.* In: CARVALHO, José Murilo. **Nação e Cidadania: novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.351-376.

_____. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2006.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.p.349-364.

BITTENCOURT, Feijó. **Os Fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **Apologia da História Política. Estudos sobre o século XIX português**. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.

BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. *Gente com história, gente sem história: diálogos entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier*. Trad. Flávio M. Heinz. **História UNISINOS**. São Leopoldo, v.10, n.1, jan-abr/2006.

CARVALHO, José Murilo. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. **Topoi**. Rio de Janeiro, n.1, p.123-152.

CEFAI, Daniel (dir). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001.p.93-116.

CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v.8, n.1, p.11-29, 2004.

CHARLE, Cristophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In: HEINZ, Flavio M. (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

ENDERS, Armelle. *“O Plutarco Brasileiro” – A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, 2000/1.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa, Teorema, 1994.

FILHO, Oswaldo Munteal. *O rei e o naturalista*. In: **Anais do Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado nas Américas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *História, Historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, Rachel et alii (org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro Mauad, 2005.

_____. (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

_____. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.19, 1997.

GONTIJO Rebeca. *História, cultura, política e sociabilidade intelectual*. In: SOIHET, Rachel et alii (org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro Mauad, 2005.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “*Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826)*”. In: MATOS, R. J. da C. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins; Coleção Memória de Minas, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional*. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 265-285.

_____. *O “Tribunal da Posteridade”*. In: PRADO, Maria Emilia. **O estado como vocação: idéias e praticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999. p.33-58.

_____. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1839)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995**.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*. In: **Nação e Cidadania: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.93-122.

_____. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839- 1857)*. In: WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: O Instituto, 1989.

_____. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

_____. *Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte*. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p.1-28.

HARLAN, David. *A historia intelectual e o retorno da literatura*. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.p.15- 62.

HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges**. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p.39-131.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte. MG: UFMG, IPEA, 2000.

JANCSÓ, István e MACHADO, André Roberto de A. *Tempos de Reforma, Tempos de Revolução*. In: **D. Leopoldina: Cartas de uma imperatriz/** pesquisa e seleção de cartas Bettina Kann e Patrícia Souza Lima; artigos István Jancsó... [et.al.]; coordenação editorial Angel Bojadsen; tradução Tereza

Maria Souza de Castro e Guilherme José de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. p.17-49.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004.

KURY, Lorelai. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)*. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol.11 (suplemento 1): 109-29. Rio de Janeiro, 2004.

LA CAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTÍ, Elias José. “Giro lingüístico” e história intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. p.237-292.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.167-182.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque. *A razão ilustrada e a diversidade humana*. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27, n.95, p.341-360, maio/ago, 2006.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840**. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *Animais, Monstros e Disformidades: a “Zoologia Política” no Processo de Construção do Império do Brasil*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.24, 1999/2.

MOREL Y CANAL, Jordi. El concepto de sociabilidade em la historiografía contemporânea (Francia, Itália y Espana). **Siglo XIX – Nueva Epoca**. Mexico, n.13, enero-junio/1993, p.5-25.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NEVES, Guilherme Pereira. “Revolução Pernambucana”. In: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira (orgs). **Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838)*. In: PRADO, M.E. **O estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: ACESS, 1999.

_____. **Corcundas e Constitucionais. A cultura política da independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n.10, p.07-28, dezembro de 1993.

NOVAIS, Fernando A. *O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos*. In: NOVAIS, Fernando A. **Aproximações. Estudos de História e Historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Tarquínio J.B. “*Um soldado na tormenta*”. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981.

OUTRAM, Dorinda. **O Iluminismo**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

PIMENTA, João Paulo G. e ARAÚJO, Valdeí Lopes. “História”. In: **Ler História**, 55 (2008), 83-96.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003. (cap.1 e 2).

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. In: **Estudos Históricos**, vol.5, n.10, 1992.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3**, 1989.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2002.

RODRIGUES, José Honório. Prefácio. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. **Compêndio Histórico das Possessões da Coroa Portuguesa nos Mares e Continentes da África Oriental e Ocidental**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Arquivo Nacional, 1963.

SANTOS, Claudia Regina Andrade. *La ville de Rio de Janeiro sous le regard des voyageurs français*. In: MOURA, Ana Maria S.e FILHO, Nelson de Sena (orgs). **Cidades: relações de poder e de cultura**. Goiânia: Vieira, 2005.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura*. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. p. 193-202.

_____. “*Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e afastamentos*.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.19, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Rosa Coclet. **Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

SILVA, José Luiz Werneck. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico*. In: WEHLING, Arno. **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: ERCA Editora e Gráfica Ltda., 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **A Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

SIMMEL, Georg. *Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal*. In: MORAIS FILHO, Evaristo de (org). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: Remond, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. (cap.3).

SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo G. **O “nascimento político” do Brasil: as origens do estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SLEMIAN, Andréa. **Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SOARES, Gerusa. **Cunha Mattos (1776-1839): Fundador do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Empresa Graphica Editora. Paulo, Pongetti & C. Rio de Janeiro, 1931.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa: Reflexões sobre uma nova velha história**. In: RH – Revista de História, nº2/3, primavera, 1991.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Vol.1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

WEHLING, Arno.(coord.) **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: O Instituto, 1989.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 2001.